

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
A	Ativo	6.004.902.213,77	1.996.293.897,40	1.959.102.745,03	6.042.093.366,14
001000007	Circulante e Realizável a Longo Prazo	553.118.276,20	265.782.347,90	261.755.400,06	557.145.224,04
001100006	Disponibilidades	43.930,79	136.099.339,87	136.116.745,85	26.524,81
001110009	Caixa	1.163,80	9.314,06	8.345,67	2.132,19
0011110006	Caixa	1.163,80	9.314,06	8.345,67	2.132,19
1111000001	Caixa	1.163,80	9.314,06	8.345,67	2.132,19
0011200002	Depósitos Bancários	42.766,99	136.090.025,81	136.108.400,18	24.392,62
0011230003	Depósitos Bancários de Inst sem Cont. Reserva	42.766,99	136.090.025,81	136.108.400,18	24.392,62
1123000004	Caixa Econômica Federal - c/c 572-0	0,00	17.300.000,00	17.300.000,00	0,00
1123000005	Bradesco - administrativa c/c 061-2	3.011,78	10.943.645,88	10.946.657,66	0,00
1123000006	Bradesco - Rec. Próprios c/c 062-0	4,60	34.497.791,57	34.494.528,95	3.267,22
1123000008	Bradesco - FEMPO c/c 0637-8	1.007,11	5.707,89	5.213,87	1.501,13
1123000009	Bradesco - BNDES c/c 773-0	67,34	3.118.654,42	3.118.616,44	105,32
1123000010	Bradesco - FUNDES/FREMF 774-9	67,81	49.907.411,23	49.907.479,04	0,00
1123000012	Bradesco - BNDES Micro c/c 1042-1	501,14	311.786,62	300.449,71	11.838,05
1123000015	Bradesco - Caixa Rotativo c/c 063-9	8,17	8.786,03	8.790,00	4,20
1123000100	Bradesco - AgeRio Recursos FINEP	26.637,37	13.287.980,66	13.314.595,15	22,88
1123000101	Caixa - Agência AG. 3225- c/c 2151-9	297,00	0,00	0,00	297,00
1123000102	Banco do Brasil - C/C 100.000-4	11.164,67	88.918,07	93.069,36	7.013,38
1123000103	Bradesco - FUNGETUR C/C 4183-1	0,00	6.619.343,44	6.619.000,00	343,44
0013000004	Títulos e Valores Mobiliários	321.474.156,98	52.019.674,45	63.635.677,10	309.858.154,33
0013100007	Livres	321.474.156,98	52.019.674,45	63.635.677,10	309.858.154,33
0013110004	Título de Renda Fixa	57.380.393,41	215.006,56	0,00	57.595.399,97
0013110035	Letras Financeiras do Tesouro	57.380.393,41	215.006,56	0,00	57.595.399,97
1311003001	LFT	57.380.393,41	215.006,56	0,00	57.595.399,97
0013115009	Cotas de Fundos de Investimento	264.093.763,57	51.804.667,89	63.635.677,10	252.262.754,36
0013115157	Cotas de Fundo de Curto Prazo	229.625.230,10	50.970.888,57	62.852.902,85	217.743.215,82
1311515015	Cotas de Fundos	229.625.230,10	50.970.888,57	62.852.902,85	217.743.215,82
0013115755	Cotas de Fundos em Participações	34.468.533,47	423.633,84	782.774,25	34.109.393,06
1311575005	Cotas de Fundos#Investimentos em Participação	34.468.533,47	423.633,84	782.774,25	34.109.393,06
0013115999	Outros	0,00	410.145,48	0,00	410.145,48
1311599001	Cotas de Fundos Garantidores	0,00	410.145,48	0,00	410.145,48
0016000001	Operações de Créditos	203.391.157,21	68.354.038,27	51.273.227,50	220.471.967,98
0016200007	Financiamentos	236.880.920,45	33.669.667,89	16.400.682,72	254.149.905,62
0016210004	Financiamentos	236.880.920,45	33.669.667,89	16.400.682,72	254.149.905,62
1621000200	Financiamentos - Recursos Próprios	138.993.599,06	20.926.178,55	6.447.479,73	153.472.297,88
1621000208	Financiamentos Microcrédito	1.087.689,51	113.223,72	157.186,17	1.043.727,06
1621000210	Financiamentos Rec Próprios	122.314.830,83	17.339.725,11	5.832.819,71	133.821.736,23
1621000212	Financiamentos Setor Público	15.634.515,03	3.470.382,52	447.646,38	18.657.251,17
1621000291	CC - Rendas Recursos propios	32.619,65-	1.367,69	5.198,72	36.450,68-
1621000292	CC- Rendas microcredito	10.816,66-	1.479,51	4.628,75	13.965,90-
1621000300	Financiamentos - Repasse BNDES	16.284.968,68	177.130,58	706.164,76	15.755.934,50
1621000301	Financiamentos Repasses Fname	2.774.438,53	8.376,24	95.906,57	2.686.908,20
1621000311	Financiamento BNDES ATIVO	14.171.209,85	148.880,95	511.839,89	13.808.250,91
1621000393	CC- Rendas BNDES ATIVO	660.679,70-	19.873,39	98.418,30	739.224,61-
1621000400	Financiamentos - Repasse FINEP	47.434.976,70	5.367.627,29	2.042.785,70	50.759.818,29
1621000401	Financiamentos Repasse - FINEP	47.434.976,70	5.367.627,29	2.042.785,70	50.759.818,29
1621000800	Programa BNDES de Microcrédito	49.217,65	3.044,53	5.430,73	46.831,45
1621000801	Programa BNDES de Microcrédito	49.662,53	2.880,04	5.179,71	47.362,86
1621000890	CC- Rendas BNDES microcrédito	444,88-	164,49	251,02	531,41-
1621000900	Refinanciamento	34.118.158,36	7.195.686,94	7.198.821,80	34.115.023,50
1621000901	Refinanc. Operaç. Inadimplentes/Default	34.896.469,37	7.183.479,44	7.138.800,99	34.941.147,82
1621000990	CC- Rendas Operações Inadimplentes	778.311,01-	12.207,50	60.020,81	826.124,32-
0016900008	(-) Provisão para Operações de Crédito	33.489.763,24-	34.684.370,38	34.872.544,78	33.677.937,64-
0016930009	(-)Provisão para Financiamentos	33.489.763,24-	34.684.370,38	34.872.544,78	33.677.937,64-

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1693000010	(-) provisão financiamento nível A	285.389,49-	285.389,49	324.370,58	324.370,58-
1693000011	(-) provisão financiamento nível B	863.742,89-	865.171,72	876.006,77	874.577,94-
1693000012	(-) provisão financiamento nível C	2.825.710,27-	2.825.987,85	3.049.517,83	3.049.240,25-
1693000013	(-) provisão financiamento nível D	30.777,44-	30.777,44	29.332,77	29.332,77-
1693000014	(-) provisão financiamento nível E	4.088,71-	4.088,71	6.891,15	6.891,15-
1693000015	(-) provisão financiamento nível F	2.081.838,56-	2.699.454,71	2.437.088,16	1.819.472,01-
1693000016	(-) provisão financiamento nível G	8.932.513,58-	9.507.697,90	9.974.620,82	9.399.436,50-
1693000017	(-) provisão financiamento nível H	18.465.702,30-	18.465.802,56	18.174.716,70	18.174.616,44-
0018000009	Outros Créditos	5.604.689,01	9.064.795,69	10.444.529,49	4.224.955,21
0018300008	Rendas a receber	22.285,50	18.158,24	14.831,59	25.612,15
0018370007	Serviços Prestados a Receber	22.285,50	18.158,24	14.831,59	25.612,15
1837000004	Valores a Receber - Reconciliação	22.285,50	18.158,24	14.831,59	25.612,15
0018800003	Diversos	5.582.403,51	9.046.637,45	10.429.697,90	4.199.343,06
0018803000	Adiantamentos e Antecipações Salariais	792.287,96	163.200,32	818.863,11	136.625,17
1880300002	Adiantamento de 13º salário	597.759,71	0,00	597.759,71	0,00
1880300003	Adiantamento de férias	80.942,61	163.200,32	107.517,76	136.625,17
1880300006	Adiantamento Parcela Fixa - PLR	113.585,64	0,00	113.585,64	0,00
0018840001	Devedores por depósitos em garantia	80.010,54	0,00	0,00	80.010,54
0018840207	Para Interposição de Recursos Trabalhistas	80.010,54	0,00	0,00	80.010,54
1884020001	Recursos Trabalhistas	80.010,54	0,00	0,00	80.010,54
0018845006	Imposto e Contribuições a compensar	4.131.935,59	6.070.828,47	8.816.584,23	1.386.179,83
0018845109	Antec. IRPJ não compensadas no próprio exerc.	2.494.563,92	4.172.502,37	6.059.920,14	607.146,15
1884510001	IRPJ estimativa mensal	1.887.417,77	4.172.502,37	6.059.920,14	0,00
1884510005	IRPJ a compensar - Ano 2015	564,52	0,00	0,00	564,52
1884510006	IRPJ a compensar - Ano 2016	297.584,43	0,00	0,00	297.584,43
1884510007	IRPJ a compensar - Ano 2018	308.997,20	0,00	0,00	308.997,20
0018845202	Antec. CSLL não compensadas no próprio exerc.	1.332.583,98	1.898.326,10	2.756.664,09	474.245,99
1884520001	CSLL estimativa mensal	858.337,99	1.898.326,10	2.756.664,09	0,00
1884520004	CSLL a compensar - Ano 2015	112.783,80	0,00	0,00	112.783,80
1884520005	CSLL a compensar - Ano 2016	361.462,19	0,00	0,00	361.462,19
0018845903	Outros Impostos e Contribuições a Compensar	304.787,69	0,00	0,00	304.787,69
1884590001	PIS a compensar	31.328,06	0,00	0,00	31.328,06
1884590002	COFINS a compensar	224.939,95	0,00	0,00	224.939,95
1884590007	Outros Impostos -compensar	3.790,36	0,00	0,00	3.790,36
1884590008	Outros Valores a Compensar - Encargos	44.729,32	0,00	0,00	44.729,32
0018892004	Devedores Diversos - Pais	578.169,42	2.812.608,66	794.250,56	2.596.527,52
1889200002	Transitória Contas Financiamentos	529.812,47	2.812.608,66	787.519,94	2.554.901,19
1889200005	Ocorrências a Apurar	48.356,95	0,00	6.730,62	41.626,33
0019000008	Outros Valores e Bens	22.604.342,21	244.499,62	285.220,12	22.563.621,71
0019800002	Outros Valores e Bens	22.065.279,21	0,00	0,00	22.065.279,21
0019810009	Bens não de Uso Próprio	28.728.820,54	0,00	0,00	28.728.820,54
0019810102	Imóveis	28.728.820,54	0,00	0,00	28.728.820,54
1981010001	Imóveis	28.728.820,54	0,00	0,00	28.728.820,54
0019899006	(-) Prov. p/ Desvalor. Outros Valores e Bens	6.663.541,33-	0,00	0,00	6.663.541,33-
0019899903	(-) Outros Valores e Bens	6.663.541,33-	0,00	0,00	6.663.541,33-
1989990001	Provisão p desvalorização de outros valores e	6.663.541,33-	0,00	0,00	6.663.541,33-
0019900005	Despesas Antecipadas	539.063,00	244.499,62	285.220,12	498.342,50
0019910002	Despesas Antecipadas	539.063,00	244.499,62	285.220,12	498.342,50
1991000001	Vale transporte	28.034,82	17.990,18	28.034,82	17.990,18
1991000002	Vale refeição e alimentação	239.377,06	171.509,44	239.377,06	171.509,44
1991000003	Seguros	108.248,75	0,00	2.506,98	105.741,77
1991000007	IPTU	11.908,99	0,00	11.594,18	314,81
1991000099	Outras despesas antecipadas	151.493,38	55.000,00	3.707,08	202.786,30
0020000004	Permanente	11.490.974,89	20.948,35	204.227,98	11.307.695,26
0022000002	Imobilizado em Uso	3.355.170,86	20.948,35	95.543,63	3.280.575,58
0022500007	Ativo Imobilizado de Uso	3.355.170,86	20.948,35	95.543,63	3.280.575,58
0022520001	INSTALAÇÕES	5.694,34	0,00	0,00	5.694,34
2241000001	Instalações	5.694,34	0,00	0,00	5.694,34
0022530008	MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	2.934.741,27	17.407,85	4.019,00	2.948.130,12
0022530101	Mobiliário	908.206,64	11.000,10	3.520,00	915.686,74
2242000001	Móveis e equipamentos de uso	908.206,64	11.000,10	3.520,00	915.686,74

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
0022530204	Equipamentos de Processamento de Dados	1.984.768,02	0,00	0,00	1.984.768,02
2293000001	Equipam. de proces. de dados	1.984.768,02	0,00	0,00	1.984.768,02
0022530307	Equipamentos de Comunicação e de Segurança	41.766,61	6.407,75	499,00	47.675,36
2291010001	Equipam. de comunicação	41.766,61	6.407,75	499,00	47.675,36
0022560009	IMÓVEIS	8.864.941,63	0,00	0,00	8.864.941,63
0022560205	Edificações	8.864.941,63	0,00	0,00	8.864.941,63
2231020001	Imóveis	8.864.941,63	0,00	0,00	8.864.941,63
0022590000	OUTROS IMOBILIZADOS DE USO	8.450.206,38-	3.540,50	91.524,63	8.538.190,51-
0022599001	(-) DEPREC. ACUM. DE ATIVO IMOBILIZADO DE USO	8.450.206,38-	3.540,50	91.524,63	8.538.190,51-
0022599207	(-) Instalações	3.879,68-	0,00	24,86	3.904,54-
2249600001	(-) Deprec. acum. de instalações	3.879,68-	0,00	24,86	3.904,54-
0022599300	(-) Móveis e Equipamentos	2.155.035,11-	3.540,50	32.398,59	2.183.893,20-
2249900001	(-) Deprec. acum. de moveis e equipt's	657.424,18-	3.041,50	6.600,92	660.983,60-
2299910001	(-) Deprec. acum.sist.comunicação	30.184,86-	499,00	374,02	30.059,88-
2299930001	(-) Deprec. sist. proc. de dados	1.467.426,07-	0,00	25.423,65	1.492.849,72-
0022599609	(-) Imóveis - Edificações	6.291.291,59-	0,00	59.101,18	6.350.392,77-
2239900001	(-) Depreciação Acum. de Imóveis de Uso	6.291.291,59-	0,00	59.101,18	6.350.392,77-
0025000009	Intangível	8.135.804,03	0,00	108.684,35	8.027.119,68
0025100002	Ativos Intangíveis	8.135.804,03	0,00	108.684,35	8.027.119,68
0025135008	LICENÇAS E DIREITOS AUTORAIS E DE USO	14.271.896,42	0,00	0,00	14.271.896,42
2519810002	Licença de Uso Software Informática	125.827,46	0,00	0,00	125.827,46
2519820101	Licença Software Temporário Gestão RH	104.330,00	0,00	0,00	104.330,00
2519820102	Licença Software temporário - Informatica	1.208.271,78	0,00	0,00	1.208.271,78
2519820201	Licença Software Permanente Engenharia	11.212,50	0,00	0,00	11.212,50
2519820202	Licença Software Permanente Informática	12.810.592,45	0,00	0,00	12.810.592,45
2519820204	Licença Demais Sistemas de informação	11.662,23	0,00	0,00	11.662,23
0025199006	(-) Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	6.136.092,39-	0,00	108.684,35	6.244.776,74-
0025199350	(-) Licenças e Direitos Autorais e de Uso	6.136.092,39-	0,00	108.684,35	6.244.776,74-
2519910002	(-) Amort. Software Informática	125.827,46-	0,00	0,00	125.827,46-
2519920101	(-) Amort. Software Temp. Gestão RH	104.330,00-	0,00	0,00	104.330,00-
2519920102	(-) Amort. Software Temp. Informática	1.208.271,78-	0,00	0,00	1.208.271,78-
2519920201	(-) Amort. Software Engenharia	11.212,50-	0,00	0,00	11.212,50-
2519920202	(-) Amort. Software Perm. Informática	4.683.568,52-	0,00	108.489,98	4.792.058,50-
2519920204	(-) Amort. Demais Sistemas de Informação	2.882,13-	0,00	194,37	3.076,50-
0030000000	Compensação	5.440.292.962,68	1.730.490.601,15	1.697.143.116,99	5.473.640.446,84
0030000001	Compensação	5.203.412.042,23	1.697.894.452,12	1.681.815.953,13	5.219.490.541,22
0030900008	Controle	5.203.412.042,23	1.697.894.452,12	1.681.815.953,13	5.219.490.541,22
0030910005	Avais, Fianças e Outras Garantias Recebidas	648.212.840,02	23.361.866,15	11.069.302,37	660.505.403,80
0030910108	Avais, Fianças e Outras Garantias Recebidas	648.212.840,02	23.361.866,15	11.069.302,37	660.505.403,80
3091010100	Recursos Próprios	264.743.451,24	4.301.366,15	195.240,00	268.849.577,39
3091010102	Hipoteca	19.560.000,00	0,00	0,00	19.560.000,00
3091010104	Alienação Fiduciária	25.269.292,00	725.800,00	0,00	25.995.092,00
3091010115	Caução	2.356.170,90	0,00	0,00	2.356.170,90
3091010117	Cessão de direitos creditórios	171.403.009,38	2.909.086,15	0,00	174.312.095,53
3091010118	Penhor	9.692.000,00	0,00	0,00	9.692.000,00
3091010121	Seguros e assemelhados	11.362.978,96	666.480,00	195.240,00	11.834.218,96
3091010124	Operações garantidas por outras entidades	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
3091010126	Garantia Fidejussória	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
3091010200	BNDES	73.280.764,64	0,00	739.062,37	72.541.702,27
3091010202	Hipoteca	30.447.651,04	0,00	510.000,00	29.937.651,04
3091010210	Alienação Fiduciária - Imóveis Outros	23.889.083,10	0,00	0,00	23.889.083,10
3091010212	Cessão de direitos creditórios	16.526.644,01	0,00	0,00	16.526.644,01
3091010213	Penhor	705.749,00	0,00	0,00	705.749,00
3091010216	Seguros e assemelhados	1.711.637,49	0,00	229.062,37	1.482.575,12
3091010300	FINAME	23.655.938,20	0,00	0,00	23.655.938,20
3091010301	Alienação Fiduciária	19.723.365,06	0,00	0,00	19.723.365,06
3091010306	Caução	799.608,00	0,00	0,00	799.608,00
3091010311	Seguros e assemelhados	1.362.965,14	0,00	0,00	1.362.965,14
3091010317	Penhor	1.770.000,00	0,00	0,00	1.770.000,00
3091010400	FINEP	148.799.240,56	3.000.000,00	0,00	151.799.240,56

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3091010407	Hipoteca	4.660.000,00	0,00	0,00	4.660.000,00
3091010409	Alienação Fiduciária - Imóvel Residencial	19.704.800,00	0,00	0,00	19.704.800,00
3091010411	Caução	2.725.596,97	0,00	0,00	2.725.596,97
3091010412	Cessão de direitos creditórios	110.817.169,62	0,00	0,00	110.817.169,62
3091010416	Seguros e assemelhados	8.691.673,97	0,00	0,00	8.691.673,97
3091010421	Garantia Fidejussória	2.200.000,00	3.000.000,00	0,00	5.200.000,00
3091010500	Setor Público	81.796.185,96	16.024.000,00	0,00	97.820.185,96
3091010504	Cessão de direitos creditórios	81.796.185,96	16.024.000,00	0,00	97.820.185,96
3091010600	Refinanciamentos	55.937.259,42	36.500,00	10.135.000,00	45.838.759,42
3091010602	Alienação Fiduciária Imóveis	38.451.702,50	0,00	8.900.000,00	29.551.702,50
3091010604	Hipoteca	12.482.546,76	0,00	1.235.000,00	11.247.546,76
3091010607	Caução	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
3091010608	Cessão de direitos creditórios	4.235.867,30	0,00	0,00	4.235.867,30
3091010612	Seguros e assemelhados	707.142,86	36.500,00	0,00	743.642,86
0030920002	Patrimônio de Fundos Públicos Administrados	1.902.519.283,81	0,00	2.620.730,31	1.899.898.553,50
3092000001	FUNDES	1.512.889.949,32	0,00	2.620.730,31	1.510.269.219,01
3092000002	FREMF	319.976.885,06	0,00	0,00	319.976.885,06
3092000003	Fundo UPP	69.652.449,43	0,00	0,00	69.652.449,43
0030921001	Rendas de Operações de Crédito - Controle	7.084.284,34	1.512.295,44	8.596.579,78	0,00
0030921104	Rendas de Oper. de Créditos, Exc. V. Cambial	7.084.284,34	1.512.295,44	8.596.579,78	0,00
3092110001	Rendas de Operações de Crédito- Exceto var.Ca	7.084.284,34	1.512.295,44	8.596.579,78	0,00
0030922000	Rendas de TVM - Controle	7.561.867,36	1.064.608,39	8.626.475,75	0,00
0030922103	Rendas de TVM, Exceto Variação Cambial	7.561.867,36	1.064.608,39	8.626.475,75	0,00
3092210001	Rendas TVM, Exceto Var. Camnbial	7.561.867,36	1.064.608,39	8.626.475,75	0,00
0030926006	Desp.de Obrigações por Empr e Repasses - Cont	1.000.607,95-	1.193.495,40	192.887,45	0,00
0030926109	Desp. Obrig. por Emp. e Repasses - Exc. V Cam	1.000.607,95-	1.193.495,40	192.887,45	0,00
3092610001	Desp. Obrig. Em. Repasse Exceto Var. Cambial	1.000.607,95-	1.193.495,40	192.887,45	0,00
0030948008	Créditos ao Setor Público - Pat. Destacado	15.634.515,03	3.022.736,14	0,00	18.657.251,17
0030948400	Fator de Ponderação 100%	15.634.515,03	3.022.736,14	0,00	18.657.251,17
3094840001	Fator de Ponderação 100%	15.634.515,03	3.022.736,14	0,00	18.657.251,17
0030949007	Patrimônio de Referência Destac. Finan. S Pub	44.535.000,00	0,00	0,00	44.535.000,00
3094900001	PR Destacado Finan Crédito Setor Público	44.535.000,00	0,00	0,00	44.535.000,00
0030960000	Créditos Baixados Como Prejuízos	29.018.374,51	36.261,05	22.851,45	29.031.784,11
0030960103	Setor Privado	29.018.374,51	36.261,05	22.851,45	29.031.784,11
3096010001	Créditos Baixados Prejuízos	29.018.374,51	36.261,05	22.851,45	29.031.784,11
0030986008	Valores de Créditos Contratados a Liberar	22.954.557,71	1.611.806.958,21	1.612.391.111,33	22.370.404,59
0030986101	Pessoas Jurídicas	22.954.557,71	1.611.806.958,21	1.612.391.111,33	22.370.404,59
3098610001	Vlrs créditos contratados a liberar PJ	22.954.557,71	1.611.806.958,21	1.612.391.111,33	22.370.404,59
0030999002	Outras Contas de Compensação Ativas	2.526.891.927,40	55.896.231,34	38.296.014,69	2.544.492.144,05
3099900600	PREJUÍZO FUNDOS	31.397.496,25	0,00	0,00	31.397.496,25
3099900601	Prejuízo FREMF	31.397.496,25	0,00	0,00	31.397.496,25
3099900500	Operações Ativas Curto/Longo Prazo	332.923.772,47	55.429.364,54	34.890.286,49	353.462.850,52
3099900501	Recursos Próprios Curto	22.088.505,67	1.430.640,50	16.198,87	23.502.947,30
3099900502	Recursos Próprios Longo Prazo	101.270.578,36	10.078.740,39	37.219,34	111.312.099,41
3099900503	Setor Público Curto Prazo	4.538.790,04	27.235,86	0,00	4.566.025,90
3099900504	Setor Público Longo Prazo	11.095.724,99	2.995.500,28	0,00	14.091.225,27
3099900505	BNDES Curto Prazo	7.443.416,38	0,00	69.727,89	7.373.688,49
3099900506	BNDES Longo Prazo	6.116.331,42	0,00	374.162,16	5.742.169,26
3099900507	FINAME Curto Prazo	1.038.016,71	0,00	20.744,86	1.017.271,85
3099900508	FINAME Longo Prazo	1.736.421,82	0,00	66.785,47	1.669.636,35
3099900509	FINEP Cutro Prazo	10.746.170,38	205.616,78	0,00	10.951.787,16
3099900510	FINEP Longo Prazo	36.688.806,32	3.119.224,81	0,00	39.808.031,13
3099900511	Refinanciamento Curto Prazo	8.505.110,91	624.992,23	0,00	9.130.103,14
3099900512	Refinanciamento Longo Prazo	25.613.047,45	0,00	628.127,09	24.984.920,36
3099900550	Operações Passivos - C/L Prazo	63.284.645,77	3.269.476,03	919.114,56	65.635.007,24
3099900598	Provisão de Operações de Crédito Curto Prazo	10.774.912,43	11.782.535,60	10.774.912,43	11.782.535,60
3099900599	Provisão de Operações de Crédito Longo Prazo	21.983.293,82	21.895.402,06	21.983.293,82	21.895.402,06
3099900400	Controle de estimativa IR e CSLL	2.938.861,40	466.866,80	3.405.728,20	0,00
3099900401	Controle estimativa IR antenciapção mensal	2.019.973,39	320.735,69	2.340.709,08	0,00
3099900402	Controle estimativa CSLL antenciapção mensal	918.888,01	146.131,11	1.065.019,12	0,00
3099900100	Garantia Contratos Administrativos	8.263.031,10	0,00	0,00	8.263.031,10

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3099900101	Depósito / Cheque Caução	42.239,99	0,00	0,00	42.239,99
3099900102	Outras Garantias	8.220.791,11	0,00	0,00	8.220.791,11
3099900200	Garantia Contratos FUNDES	2.083.642.930,76	0,00	0,00	2.083.642.930,76
3099900202	Hipoteca	14.440.000,00	0,00	0,00	14.440.000,00
3099900203	Penhor	862.221.776,25	0,00	0,00	862.221.776,25
3099900212	Seguros e semelhantes	30.500.000,00	0,00	0,00	30.500.000,00
3099900217	Garantia Fidejussória - FUNDES	1.176.481.154,51	0,00	0,00	1.176.481.154,51
3099900300	Garantia Contratos FREMF	67.725.835,42	0,00	0,00	67.725.835,42
3099900302	Hipoteca	28.540.542,90	0,00	0,00	28.540.542,90
3099900303	Penhor Industrial	10.603.548,74	0,00	0,00	10.603.548,74
3099900310	Alienação Fiduciária	28.581.743,78	0,00	0,00	28.581.743,78
0031000000	Classificação da Carteira de Crédito	236.880.920,45	32.596.149,03	15.327.163,86	254.149.905,62
0031200006	Operações de Risco Nível A	57.077.906,38	7.796.213,88	0,00	64.874.120,26
0031210003	Operações de Crédito Nível A	57.077.906,38	7.796.213,88	0,00	64.874.120,26
3121000010	Nível A Operações Crédito Normal	57.077.906,38	7.796.213,88	0,00	64.874.120,26
0031300009	Operações de Risco Nível B	85.675.581,45	2.903.663,00	1.645.944,71	86.933.299,74
0031310006	Operações de Crédito Nível B	85.675.581,45	2.903.663,00	1.645.944,71	86.933.299,74
0031310109	Operações em Curso Normal	85.369.934,18	1.273.940,38	1.645.944,71	84.997.929,85
3131010010	Nível B Operações Crédito Normal	85.369.934,18	1.273.940,38	1.645.944,71	84.997.929,85
0031310202	Operações Vencidas	305.647,27	1.629.722,62	0,00	1.935.369,89
3131020010	Nível B Operações Crédito Vencidas	305.647,27	1.629.722,62	0,00	1.935.369,89
0031400002	Operações de Risco Nível C	60.310.612,01	14.295.860,81	5.962.310,02	68.644.162,80
0031410009	Operações de Crédito Nível C	60.310.612,01	14.295.860,81	5.962.310,02	68.644.162,80
0031410102	Operações em Curso Normal	60.208.255,68	8.291.871,63	5.962.310,02	62.537.817,29
3141010010	Nível C Operações Crédito Normal	60.208.255,68	8.291.871,63	5.962.310,02	62.537.817,29
0031410205	Operações Vencidas	102.356,33	6.003.989,18	0,00	6.106.345,51
3141020010	Nível C Operações Crédito Vencidas	102.356,33	6.003.989,18	0,00	6.106.345,51
0031500005	Operações de Risco Nível D	273.727,28	11.918,23	25.367,74	260.277,77
0031510002	Operações de Crédito Nível D	273.727,28	11.918,23	25.367,74	260.277,77
0031510105	Operações em Curso Normal	251.469,37	11.918,23	8.478,83	254.908,77
3151010010	Nível D Operações Crédito Normal	251.469,37	11.918,23	8.478,83	254.908,77
0031510208	Operações Vencidas	22.257,91	0,00	16.888,91	5.369,00
3151020010	Nível D Operações Crédito Vencidas	22.257,91	0,00	16.888,91	5.369,00
0031600008	Operações de Risco Nível E	13.629,01	14.391,31	5.049,85	22.970,47
0031610005	Operações de Crédito Nível E	13.629,01	14.391,31	5.049,85	22.970,47
0031610108	Operações em Curso Normal	1.253,26	6.464,88	5.049,85	2.668,29
3161010010	Nível E Operações Crédito Normal	1.253,26	6.464,88	5.049,85	2.668,29
0031610201	Operações Vencidas	12.375,75	7.926,43	0,00	20.302,18
3161020010	Nível E Operações Crédito Vencidas	12.375,75	7.926,43	0,00	20.302,18
0031700001	Operações de Risco Nível F	4.156.636,70	410.661,49	935.395,42	3.631.902,77
0031710008	Operações de Crédito Nível F	4.156.636,70	410.661,49	935.395,42	3.631.902,77
0031710101	Operações em Curso Normal	3.670.864,16	410.661,49	456.853,83	3.624.671,82
3171010010	Nível F Operações Crédito Normal	3.670.864,16	410.661,49	456.853,83	3.624.671,82
0031710204	Operações Vencidas	485.772,54	0,00	478.541,59	7.230,95
3171020010	Nível F Operações Crédito Vencidas	485.772,54	0,00	478.541,59	7.230,95
0031800004	Operações de Risco Nível G	10.907.125,32	1.133.320,14	471.484,58	11.568.960,88
0031810001	Operações de Crédito Nível G	10.907.125,32	1.133.320,14	471.484,58	11.568.960,88
0031810104	Operações em Curso Normal	10.876.673,88	677.999,04	471.484,58	11.083.188,34
3181010010	Nível G Operações Crédito Normal	10.876.673,88	677.999,04	471.484,58	11.083.188,34
0031810207	Operações Vencidas	30.451,44	455.321,10	0,00	485.772,54
3181020010	Nível G Operações Crédito Vencidas	30.451,44	455.321,10	0,00	485.772,54
0031900007	Operações de Risco Nível H	18.465.702,30	6.030.120,17	6.281.611,54	18.214.210,93
0031910004	Operações de Crédito Nível H	18.465.702,30	6.030.120,17	6.281.611,54	18.214.210,93
0031910107	Operações em Curso Normal	2.212.370,30	5.818.679,97	6.102.610,08	1.928.440,19
3191010010	Nível H Operações Crédito Normal	2.212.370,30	5.818.679,97	6.102.610,08	1.928.440,19
0031910200	Operações Vencidas	16.253.332,00	211.440,20	179.001,46	16.285.770,74
3191020010	Nível H Operações Crédito Vencidas	16.253.332,00	211.440,20	179.001,46	16.285.770,74
P	Passivo	5.999.386.818,96	1.866.909.286,09	1.902.411.465,39	6.034.888.998,26
0040000008	Circulante e Exigível a Longo Prazo	87.001.259,14	159.939.815,17	166.594.510,31	93.655.954,28
0046000002	Obrigações por Empréstimos e Repasses	63.284.645,77	2.887.553,17	5.237.914,64	65.635.007,24
0046400004	Repasses do País - Instituições Oficiais	63.284.645,77	2.887.553,17	5.237.914,64	65.635.007,24

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
0046430005	Obrigações por Repasse - BNDES	12.517.661,69	795.505,15	72.880,92	11.795.037,46
4643000009	Obrigações repasses - BNDES PASSIVO	12.517.661,69	795.505,15	72.880,92	11.795.037,46
0046450009	Obrigações por Repasse - FINAME	3.355.394,02	200.631,98	4.141,65	3.158.903,69
4645000002	Obrigações por repasses - FINAME	3.355.394,02	200.631,98	4.141,65	3.158.903,69
0046460006	Obrigações por Repasse - FINEP	47.411.590,06	1.891.416,04	5.160.892,07	50.681.066,09
4646000001	Obrigações por repasses - FINEP	47.411.590,06	1.891.416,04	5.160.892,07	50.681.066,09
0049000009	Outras Obrigações	23.716.613,37	157.052.262,00	161.356.595,67	28.020.947,04
0049100002	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assem.	48.225,25	344.121,38	295.896,13	0,00
0049110009	IOF a recolher	48.225,25	344.121,38	295.896,13	0,00
0049110102	Operações de Crédito	48.225,25	344.121,38	295.896,13	0,00
4911010001	IOF s/ Operações de Crédito	48.225,25	344.121,38	295.896,13	0,00
0049300008	Sociais e Estatutárias	2.699.976,91	10.993.075,50	15.493.042,08	7.199.943,49
0049310005	Remuneração do Capital a Pagar	2.699.976,91	10.993.075,50	15.493.042,08	7.199.943,49
0049310108	Dividendos	0,00	4.247.191,58	4.247.191,58	0,00
4931010001	DIVIDENDOS - Estado do RJ	0,00	4.246.852,24	4.246.852,24	0,00
4931010002	DIVIDENDOS - CODIN	0,00	339,34	339,34	0,00
0049310201	JCP	2.699.976,91	6.745.883,92	11.245.850,50	7.199.943,49
4931020001	JCP - Estado do RJ	2.699.784,28	6.745.378,36	11.245.018,82	7.199.424,74
4931020002	JCP - CODIN	192,63	505,56	831,68	518,75
0049400001	Fiscais e Previdenciários	6.619.525,45	14.959.861,89	10.319.997,00	1.979.660,56
0049410008	Impostos e Contribuições sobre Lucros a pagar	186.551,13	569.890,21	608.321,78	224.982,70
4941000001	Cofins a pagar	134.555,62	457.123,74	485.749,77	163.181,65
4941000002	Pis a pagar	21.865,30	74.282,62	78.934,35	26.517,03
4941000005	ISS a pagar	30.130,21	38.483,85	43.637,66	35.284,02
0049415003	Prov. para Impostos e Contribuições s/ Lucros	5.422.310,80	13.197.985,15	8.219.205,79	443.531,44
4941500001	IRPJ	3.337.526,08	8.773.462,59	5.473.540,27	37.603,76
4941500002	CSLL	2.084.784,72	4.424.522,56	2.745.665,52	405.927,68
0049420005	Impostos e Contribuições a recolher	1.010.663,52	1.191.986,53	1.492.469,43	1.311.146,42
0049420108	Impostos e Contrib. s/ Serviços de Terceiros	26.683,99	36.434,20	32.949,76	23.199,55
4942010001	IRRF s/ Serv.Terceiros	3.924,51	4.420,16	4.538,26	4.042,61
4942010003	Contr. Terceiros - Pis, Cofins, CSLL	11.752,31	12.442,20	15.303,44	14.613,55
4942010004	INSS s/ Serviços de Terceiros	5.771,45	5.771,45	4.543,39	4.543,39
4942010005	ISS s/ serviços prestados por terceiros	5.235,72	13.800,39	8.564,67	0,00
0049420201	Impostos e Contribuições sobre Salários	983.979,53	1.155.518,91	1.459.452,83	1.287.913,45
4942020001	IRRF a recolher	452.940,85	252.226,32	493.325,73	694.040,26
4942020002	INSS a recolher	428.088,92	800.342,83	816.805,54	444.551,63
4942020003	FGTS a recolher	102.949,76	102.949,76	149.321,56	149.321,56
0049420902	Outros	0,00	33,42	66,84	33,42
4942090002	IRRF s/ Juros Capital Próprio	0,00	33,42	66,84	33,42
0049900006	Diversas	14.348.885,76	130.755.203,23	135.247.660,46	18.841.342,99
0049930007	Provisão de Pagamentos à Efetuar	5.464.601,16	5.746.908,07	4.401.726,70	4.119.419,79
0049930100	Despesas de Pessoal	5.204.122,50	4.912.693,71	3.684.512,49	3.975.941,28
4993010001	Salários a pagar	1.147.684,03	2.091.607,21	1.982.285,55	1.038.362,37
4993010004	Provisao 13º salario	1.412.832,05	1.716.087,37	303.255,32	0,00
4993010005	Provisao ferias	2.218.286,11	382.930,10	366.830,75	2.202.186,76
4993010006	Honorários Administração	142.222,60	220.567,79	223.517,14	145.171,95
4993010008	Estagiarios	39.503,78	40.758,89	40.271,19	39.016,08
4993010010	Pensao alimenticia	3.262,12	5.646,22	5.646,22	3.262,12
4993010015	Vale refeição	240.331,81	341.510,49	272.688,12	171.509,44
4993010020	Participação lucros e resultados - PLR	0,00	113.585,64	490.018,20	376.432,56
0049930502	Outras Despesas Administrativas	208.330,68	834.214,36	717.214,21	91.330,53
4993050001	Proderj	564,54	564,54	559,76	559,76
4993050003	Reemb.de desp. funcionários	0,00	4.202,70	4.828,70	626,00
4993050004	Publicacoes	907,11	1.943,84	2.958,11	1.921,38
4993050005	Auditoria	27.974,00	132.679,50	104.705,50	0,00
4993050006	Consultorias Tecnicas	0,00	39.429,88	39.429,88	0,00
4993050007	Ressarcimentos cessao empregados	2.555,34	5.110,68	5.776,13	3.220,79
4993050008	Fornecedores p/ imobilizado	0,00	98.490,77	98.490,77	0,00
4993050009	Fornecedores p/ material	21.307,55	27.715,30	6.407,75	0,00
4993050010	Comunicacoes	4.436,43	28.812,97	24.376,54	0,00
4993050011	Consultas Cadastrais -Serasa/CDL/Outros	0,01-	20.734,37	20.734,37	0,01-

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
4993050012	Assinaturas periodicas	0,00	439,15	439,15	0,00
4993050014	Servicos Prestados PJ	129.988,11	225.417,74	109.670,65	14.241,02
4993050015	Viagens	671,31	15.139,45	15.094,14	626,00
4993050016	Sisbacen	820,70	1.275,23	1.275,23	820,70
4993050018	Vale Transporte	0,00	18.289,38	18.289,38	0,00
4993050019	Treinamento / Cursos	2.413,96	61.517,02	59.869,72	766,66
4993050020	Cartorio	646,88	646,88	47,46	47,46
4993050022	Plano Odontologico / Saude	0,00	3.556,80	3.556,80	0,00
4993050023	Seguros	53,28	108,78	55,50	0,00
4993050025	Selic/Cetip	0,00	3.107,96	3.107,96	0,00
4993050028	Condominio	1.601,23	59.480,32	112.500,96	54.621,87
4993050029	Energia Elétrica	511,35	17.140,19	16.628,84	0,00
4993050030	Serviços Limpeza e Motorista	0,00	23.508,41	23.508,41	0,00
4993050031	Serviços Vigilância	0,00	6.014,22	6.014,22	0,00
4993050032	Serv. Mensageiro, Telefonista e Recepção	0,00	5.377,61	5.377,61	0,00
4993050033	Acordos e Indenizações Judiciais	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00
4993050034	Serviços de Assistência Social	13.878,90	27.757,80	27.757,80	13.878,90
4993050099	Outras Despesas Administrativas	0,00	2.752,87	2.752,87	0,00
0049930904	Outros Pagamentos	52.147,98	0,00	0,00	52.147,98
4993090002	Depósito Garantia contr. administrativo	52.147,98	0,00	0,00	52.147,98
0049935002	Provisão para Passivos Contingentes	310.064,85	0,00	65.675,22	375.740,07
0049935105	Passivos Trabalhistas	186.370,81	0,00	65.675,22	252.046,03
4993510001	Passivos Trabalhistas	186.370,81	0,00	65.675,22	252.046,03
0049935909	Outros Passivos	123.694,04	0,00	0,00	123.694,04
4993590001	Fgi - Honra Recebida	123.694,04	0,00	0,00	123.694,04
0049992007	Credores Diversos - País	8.574.219,75	125.008.295,16	130.780.258,54	14.346.183,13
4999200003	Forn.p/serviços e material EM/ EF - Transitór	310.580,47	853.787,86	804.790,30	261.582,91
4999200005	Repases - FUNDES	7.456.470,44	54.485.752,56	53.893.094,27	6.863.812,15
4999200006	Repases FUNDES - CODIN	0,00	225.846,09	225.846,09	0,00
4999200013	Fundos Garantidores a repassar	0,00	35.482,90	39.424,72	3.941,82
4999200014	Transitória Financiamentos - Próprios	0,00	21.930.294,95	21.930.294,95	0,00
4999200015	REPASSES FEMPO	1.727,49	2.137,50	2.369,02	1.959,01
4999200017	Transitória Financiamentos FINEP	0,00	4.986.253,12	4.986.253,12	0,00
4999200018	Transitória FAMPE - Seguro cobrado	648,80	35.064,40	36.264,40	1.848,80
4999200023	Transitória FGO - Seguro cobrado	0,00	11.778,84	11.778,84	0,00
4999200025	Transitória - Refinanciamentos	0,00	6.262.808,35	6.262.808,35	0,00
4999200031	Receita Federal do Brasil	0,00	21.448,27	21.448,27	0,00
4999200032	Secretaria Municipal de Fazenda	0,13	36.481,29	51.561,43	15.080,27
4999200033	Outros Estados	0,00	1.972.024,66	1.972.024,66	0,00
4999200036	Liberações Agerio - Fornecedor	279.041,00	23.143.901,50	22.864.860,50	0,00
4999200041	Taxas Judiciais e Cartorais	1.194,10	475,55	475,55	1.194,10
4999200042	Receita Federal do Brasil - Impostos próprios	0,00	1.645.246,76	1.894.148,15	248.901,39
4999200048	Repases FUNDES - Tesouro	0,00	9.056.691,10	9.056.691,10	0,00
4999200052	Recursos FUNGETUR	0,00	0,00	6.619.343,44	6.619.343,44
4999200098	Pendências a regularizar	211.168,72	263.024,46	60.002,13	8.146,39
4999200099	Transitória de Fundos de Investimentos	0,00	39.795,00	39.795,00	0,00
4999200102	Honorários Sucumbenciais a Destinar	313.388,60	0,00	6.984,25	320.372,85
0060000002	Patrimônio Líquido	472.092.597,14	23.122.965,84	18.622.965,84	467.592.597,14
0061000001	Patrimonio Líquido	472.092.597,14	23.122.965,84	18.622.965,84	467.592.597,14
0061100004	Capital Social	468.948.629,87	0,00	0,00	468.948.629,87
0061110001	Capital	468.948.629,87	0,00	0,00	468.948.629,87
0061110135	Ações Ordinárias - Pais	468.948.629,87	0,00	0,00	468.948.629,87
6111013001	acoes ordinarias - pais	468.948.629,87	0,00	0,00	468.948.629,87
0061500006	Reservas de Lucros	3.420.441,35	4.147.536,02	6.575.429,82	5.848.335,15
0061510003	Reserva Legal	2.409.099,89	55.367,42	139.111,74	2.492.844,21
6151000001	reserva legal	2.409.099,89	55.367,42	139.111,74	2.492.844,21
0061580002	Reservas Especiais de Lucros	1.011.341,46	4.092.168,60	6.436.318,08	3.355.490,94
0061580992	Outras	1.011.341,46	4.092.168,60	6.436.318,08	3.355.490,94
6158099016	Reserva Especial de Lucros Exerc. 2018	1.011.341,46	0,00	0,00	1.011.341,46
6158099017	Reserva Especial de Lucros Exerc. 2019	0,00	4.092.168,60	6.436.318,08	2.344.149,48
0061800005	Lucros ou Prejuízos Acumulados	276.474,08-	18.975.429,82	12.047.536,02	7.204.367,88-

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
0061810002	Lucros e Prejuízos Acumulados	276.474,08-	18.975.429,82	12.047.536,02	7.204.367,88-
6181000001	Lucro ou prejuízo do 2º semestre	0,00	2.214.047,38	539.161,09	1.674.886,29-
6181000002	Lucro ou prejuízo do 1º semestre	276.474,08-	16.761.382,44	11.508.374,93	5.529.481,59-
0090000000	Compensação	5.440.292.962,68	1.683.846.505,08	1.717.193.989,24	5.473.640.446,84
0090000003	Compensação	5.203.412.042,23	1.681.641.613,53	1.697.720.112,52	5.219.490.541,22
0090900000	Controle	5.203.412.042,23	1.681.641.613,53	1.697.720.112,52	5.219.490.541,22
0090910007	Responsabilidade Por Avais e Outras Garantias	648.212.840,02	11.069.302,37	23.361.866,15	660.505.403,80
0090910100	Responsabilidade por Avais e Outras Garantias	648.212.840,02	11.069.302,37	23.361.866,15	660.505.403,80
9091010100	Recursos Próprios	264.743.451,24	195.240,00	4.301.366,15	268.849.577,39
9091010199	Garantias recuros propios	264.743.451,24	195.240,00	4.301.366,15	268.849.577,39
9091010200	BNDES	73.280.764,64	739.062,37	0,00	72.541.702,27
9091010299	Garantias recebidas BNDES	73.280.764,64	739.062,37	0,00	72.541.702,27
9091010300	Finame	23.655.938,20	0,00	0,00	23.655.938,20
9091010399	Garantias recebidas FINAME	23.655.938,20	0,00	0,00	23.655.938,20
9091010400	FINEP	148.799.240,56	0,00	3.000.000,00	151.799.240,56
9091010499	Garantias recebidas FINEP	148.799.240,56	0,00	3.000.000,00	151.799.240,56
9091010500	Setor Público	81.796.185,96	0,00	16.024.000,00	97.820.185,96
9091010599	Garantias recebidas setor publico	81.796.185,96	0,00	16.024.000,00	97.820.185,96
9091010600	Refinanciamentos	55.937.259,42	10.135.000,00	36.500,00	45.838.759,42
9091010699	Garantias recebidas renegociação	55.937.259,42	10.135.000,00	36.500,00	45.838.759,42
0090920004	Respons. por Bens e Direitos Fundos Púb. Adm	1.902.519.283,81	2.620.730,31	0,00	1.899.898.553,50
9092000001	FUNDES	1.512.889.949,32	2.620.730,31	0,00	1.510.269.219,01
9092000002	FREMF	319.976.885,06	0,00	0,00	319.976.885,06
9092000003	Fundo UPP	69.652.449,43	0,00	0,00	69.652.449,43
0090921003	Rendas Geradas por Oper. de Crédito - Control	7.084.284,34	8.596.579,78	1.512.295,44	0,00
9092100001	Rendas Geradas p Oper. de Crédito - Controle	7.084.284,34	8.596.579,78	1.512.295,44	0,00
0090922002	Rendas Geradas por TVM - Controle	7.561.867,36	8.626.475,75	1.064.608,39	0,00
9092200001	Rendas Geradas por TVM - Controle	7.561.867,36	8.626.475,75	1.064.608,39	0,00
0090926008	Desp.de Obrigações por Empr e Repasses - Cont	1.000.607,95-	192.887,45	1.193.495,40	0,00
9092600001	Despesas Incorridas em Obrigações por Emp. Re	1.000.607,95-	192.887,45	1.193.495,40	0,00
0090948000	Créditos Concedidos ao S. Público - PAT Dest.	15.634.515,03	0,00	3.022.736,14	18.657.251,17
9094800001	Creditos Concedidos ao S. Público - Patr	15.634.515,03	0,00	3.022.736,14	18.657.251,17
0090949009	Destaque de Pat. de Referência Financ. S. Púb	44.535.000,00	0,00	0,00	44.535.000,00
9094900001	Destaque de PR Financ Setor Público	44.535.000,00	0,00	0,00	44.535.000,00
0090960002	Baixa de Créditos de Liquidação Duvidosa	29.018.374,51	22.851,45	36.261,05	29.031.784,11
0090960105	Créditos#Baixados nos últimos 12 meses	1.707.843,52	362,36	0,00	1.707.481,16
9096010001	Créditos Baixados Prejuízo - Ultimos 12	1.707.843,52	362,36	0,00	1.707.481,16
0090960150	Créditos Baixados entre 13 e 48 meses	8.257.931,18	22.489,09	17.574,86	8.253.016,95
9096015001	Créditos Baixados entre 13 e 48 meses	8.257.931,18	22.489,09	17.574,86	8.253.016,95
0090960208	Créditos Baixados há mais de 48 meses ou ven	19.052.599,81	0,00	18.686,19	19.071.286,00
9096020001	Créditos Baixados a Mais de 48 meses	19.052.599,81	0,00	18.686,19	19.071.286,00
0090986000	Créditos Contratados à Liberar	22.954.557,71	1.612.391.111,33	1.611.806.958,21	22.370.404,59
0090986153	Pessoas Jurídicas	22.954.557,71	1.612.391.111,33	1.611.806.958,21	22.370.404,59
9098610001	Vlrs créditos contratados a liberar PJ	22.954.557,71	1.612.391.111,33	1.611.806.958,21	22.370.404,59
0090999004	Outras Contas de Compensação Passivas	2.526.891.927,40	38.121.675,09	55.721.891,74	2.544.492.144,05
9099900600	PREJUÍZO FUNDOS	31.397.496,25	0,00	0,00	31.397.496,25
9099900601	Prejuízo FREMF	31.397.496,25	0,00	0,00	31.397.496,25
9099900500	Segregação Carteira Passiva Curto/Longo Prazo	332.923.772,47	34.715.946,88	55.255.024,93	353.462.850,52
9099900501	BNDES Curto Prazo	6.367.884,58	345.225,30	0,00	6.022.659,28
9099900502	BNDES Longo Prazo	6.149.777,11	377.398,93	0,00	5.772.378,18
9099900503	FINAME Curto Prazo	1.618.972,20	129.704,86	0,00	1.489.267,34
9099900504	FINAME Longo Prazo	1.736.421,82	66.785,47	0,00	1.669.636,35
9099900505	FINEP Cutro Prazo	10.850.260,34	0,00	150.168,62	11.000.428,96
9099900506	FINEP Longo Prazo	36.561.329,72	0,00	3.119.307,41	39.680.637,13
9099900550	Operações Ativas - C/L Prazo	236.880.920,45	1.038.626,07	18.307.611,24	254.149.905,62
9099900598	Provisão de Operações de Crédito Curto Prazo	10.774.912,43	10.774.912,43	11.782.535,60	11.782.535,60
9099900599	Provisão de Operações de Crédito Longo Prazo	21.983.293,82	21.983.293,82	21.895.402,06	21.895.402,06
9099900400	Controle de estimativa IR e CSLL	2.938.861,40	3.405.728,21	466.866,81	0,00
9099900401	Controle estimativa IR antenciapção mensal	2.019.973,38	2.340.709,08	320.735,70	0,00
9099900402	Controle estimativa CSLL antenciapção mensal	918.888,02	1.065.019,13	146.131,11	0,00
9099900100	Garantia Contratos Administrativos	8.263.031,10	0,00	0,00	8.263.031,10

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
9099900101	Depósito / Cheque Caução	42.239,99	0,00	0,00	42.239,99
9099900102	Outras Garantias	8.220.791,11	0,00	0,00	8.220.791,11
9099900200	Garantia de Contratos FUNDES	2.083.642.930,76	0,00	0,00	2.083.642.930,76
9099900202	Hipoteca	14.440.000,00	0,00	0,00	14.440.000,00
9099900203	Penhor	862.221.776,25	0,00	0,00	862.221.776,25
9099900212	Seguros e assemelhados	30.500.000,00	0,00	0,00	30.500.000,00
9099900217	Garantia Fidejussória - FUNDES	1.176.481.154,51	0,00	0,00	1.176.481.154,51
9099900300	Garantia de Contratos FREMF	67.725.835,42	0,00	0,00	67.725.835,42
9099900302	Hipoteca	28.540.542,90	0,00	0,00	28.540.542,90
9099900303	Penhor Industrial	10.603.548,74	0,00	0,00	10.603.548,74
9099900310	Alienação Fiduciária	28.581.743,78	0,00	0,00	28.581.743,78
0091000002	Classificação da Carteira de Créditos	236.880.920,45	2.204.891,55	19.473.876,72	254.149.905,62
0091100005	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	236.880.920,45	2.204.891,55	19.473.876,72	254.149.905,62
0091110002	Carteira de Créditos Classificados	236.880.920,45	2.204.891,55	19.473.876,72	254.149.905,62
9111000001	Carteira de creditos classificados	236.880.920,45	2.204.891,55	19.473.876,72	254.149.905,62
R	Receitas	54.363.126,42	1.613.660,46	6.768.754,50	59.518.220,46
0070000009	Contas de Resultado Credoras	54.363.126,42	1.613.660,46	6.768.754,50	59.518.220,46
0071000008	Receitas Operacionais	54.183.126,42	1.613.660,46	6.768.754,50	59.338.220,46
0071100001	Rendas de Operações de Crédito	14.453.797,42	1.050.037,19	2.562.332,63	15.966.092,86
0071115003	Rendas de Financiamentos	14.453.797,42	1.050.037,19	2.562.332,63	15.966.092,86
7111500200	Recursos Próprios	8.065.400,35	283.674,61	1.326.476,43	9.108.202,17
7111500202	REC Próprios	6.203.916,64	246.580,74	1.139.575,34	7.096.911,24
7111500204	Microcrédito	230.823,08	10.467,74	37.018,57	257.373,91
7111500206	Setor Público	1.630.660,63	26.626,13	149.882,52	1.753.917,02
7111500300	Repasse BNDES	1.114.190,25	12.166,22	59.694,72	1.161.718,75
7111500301	Finame	106.973,62	1.745,36	8.376,24	113.604,50
7111500307	BNDES Ativo	1.007.216,63	10.420,86	51.318,48	1.048.114,25
7111500400	Repasse FINEP	2.692.219,65	62.977,41	309.313,08	2.938.555,32
7111500401	FINEP	2.692.219,65	62.977,41	309.313,08	2.938.555,32
7111500800	Programa BNDES de Microcrédito	9.716,18	449,44	1.333,13	10.599,87
7111500801	Programa BNDES de Microcrédito	9.716,18	449,44	1.333,13	10.599,87
7111500900	Refinanciamentos	2.357.485,55	690.769,51	853.737,40	2.520.453,44
7111500901	Refinanciamento Oper Inadimp/Default	2.357.485,55	690.769,51	853.737,40	2.520.453,44
7111500999	Juros	214.785,44	0,00	11.777,87	226.563,31
7111500099	Rendas juros e mora prejuízo recebido	214.785,44	0,00	11.777,87	226.563,31
0071500003	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	25.904.695,86	196.109,05	1.260.717,44	26.969.304,25
0071510000	Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.856.967,41	0,00	215.006,56	3.071.973,97
7151000001	LFT	2.856.967,41	0,00	215.006,56	3.071.973,97
0071540001	Rendas de Aplicações Fundos	23.047.728,45	196.109,05	1.045.710,88	23.897.330,28
7154000100	Fundos de Aplicação Financeira	15.141.457,03	187.202,76	993.820,01	15.948.074,28
7154000106	Fundo de Investimentos	15.141.457,03	187.202,76	993.820,01	15.948.074,28
7154000200	Fundos em Participações	7.906.271,42	8.906,29	51.890,87	7.949.256,00
7154000209	Receitas Fundo de Investimentos em Participaç	7.906.271,42	8.906,29	51.890,87	7.949.256,00
0071700009	Rendas de Prestação de Serviços	13.445.750,59	366.450,23	2.093.749,71	15.173.050,07
0071799003	Rendas de Outros Serviços	13.445.750,59	366.450,23	2.093.749,71	15.173.050,07
7179900002	Flat-Fee - FUNDES	1.802.830,88	254.568,75	447.947,07	1.996.209,20
7179900003	Comissao Agente- FUNDES	1.242.181,06	60.295,17	195.502,88	1.377.388,77
7179900004	Serv. Acompanhamento - FUNDES	8.146.388,91	738,95	1.096.396,33	9.242.046,29
7179900008	Comissao de Agente - FREMF	5.759,66	0,00	0,00	5.759,66
7179900013	TCC - Fundo UPP/FEMPO	490,01	15,83	28,90	503,08
7179900017	Comissão de Agente - Fundo UPP	115,56	0,00	0,00	115,56
7179900019	TCC - Tarifa de Consulta Cadastral	438.836,50	3.583,53	29.558,53	464.811,50
7179900020	TRC - Tarifa de Renovação Cadastral	24.000,00	0,00	1.200,00	25.200,00
7179900021	TAG - Tarifa de Avaliação de Garantia	19.500,00	0,00	750,00	20.250,00
7179900022	TAC - Tarifa de Alteração Contratual	15.252,19	0,00	0,00	15.252,19
7179900023	TRG - Tarifa de Registro de Gravame	2.250,00	250,00	750,00	2.750,00
7179900024	TAP - Tarifa Estudo/Análise Projeto	100.101,60	0,00	0,00	100.101,60
7179900025	TOC - Tarifa de Operações de Crédito	346.414,66	8.000,00	90.700,00	429.114,66
7179900026	TRN - Tarifa de Renegociação	120.967,10	0,00	0,00	120.967,10
7179900027	TAO - Tarifa de Acompanhamento de Operação	29.683,23	800,00	6.580,00	35.463,23
7179900030	TVA - Tarifa de Visita de Acompanhamento	7.000,00	0,00	2.500,00	9.500,00

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
7179900031	TOI - Tarifa Estudo Análise Projeto	233.106,73	0,00	30.000,00	263.106,73
7179900032	TUO - Tarifa Única de Operação	546.960,00	0,00	0,00	546.960,00
7179900033	TAP - Tarifa Estudo/Análise Projeto Setor Púb	0,00	0,00	13.500,00	13.500,00
7179900037	TOS - Tarifa Operação Simplificada	363.912,50	38.198,00	178.336,00	504.050,50
0071900005	Outras Receitas Operacionais	378.882,55	1.063,99	851.954,72	1.229.773,28
0071920009	Recuperação de Créd. Baixados como Prejuízo	370.356,38	1.063,99	178.709,69	548.002,08
7192000001	Recuperação Créditos Baixados Prejuízo	370.356,38	1.063,99	178.709,69	548.002,08
0071990008	Reversão de Provisões Operacionais	7.758,65	0,00	673.245,03	681.003,68
0071990950	Impostos de Renda	0,00	0,00	426.833,17	426.833,17
7199095001	Reversão IRPJ	0,00	0,00	426.833,17	426.833,17
0071990998	Outras	7.758,65	0,00	246.411,86	254.170,51
7199099001	Reversão CSLL	0,00	0,00	246.411,86	246.411,86
7199099002	Reversão PLR	7.758,65	0,00	0,00	7.758,65
0071999009	Outras Rendas Operacionais	767,52	0,00	0,00	767,52
7199900002	Descontos obtidos	0,01	0,00	0,00	0,01
7199900004	Atualização monetária PER/DCOMP	138,00	0,00	0,00	138,00
7199900007	Subsídios c/ Operações de Crédito	4,50	0,00	0,00	4,50
7199900099	Outras Rendas Operacionais	625,01	0,00	0,00	625,01
0073000006	Receitas não Operacionais	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
0073100009	Lucros em Transações com Valores e Bens	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
0073150004	Lucros na Alienação de valores e bens	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
7315000001	Lucro alienação Bens de Não Uso	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
0078000001	(-) Rateio de Resultados Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
0078100004	(-) Rateio de Resultados Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
0078110001	(-) Rateio de Resultados Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
7811000101	Adição de Rendas	2.149.707,61-	0,00	0,00	2.149.707,61-
7811000102	Exclusão de Rendas	1.111.765,89	0,00	0,00	1.111.765,89
7811000199	Ajustes ECF - Rendas	1.037.941,72	0,00	0,00	1.037.941,72
D	Despesas e Custos	48.847.731,61	42.625.920,39	39.159.799,42	52.313.852,58
0080000006	Contas de Resultado Devedoras	48.847.731,61	42.625.920,39	39.159.799,42	52.313.852,58
0081000005	Despesas Operacionais	42.979.420,81	39.794.419,22	35.686.256,92	47.087.583,11
0081200001	Despesas de Obrigações por Emprést. e Repass	2.556.100,27	252.074,18	59.186,73	2.748.987,72
0081255001	Despesas de Repasses - BNDES	1.064.329,97	72.892,13	11.628,39	1.125.593,71
8125500008	Desp. Repasses - BNDES Passivo	1.064.329,97	72.892,13	11.628,39	1.125.593,71
0081265008	Despesas de Repasses - FINAME	51.724,71	4.141,65	989,82	54.876,54
8126500001	Despesas de repasses FINAME	51.724,71	4.141,65	989,82	54.876,54
0081270000	Despesas de Repasses - FINEP	1.440.045,59	175.040,40	46.568,52	1.568.517,47
8127000001	Despesas de Repasses - FINEP	1.440.045,59	175.040,40	46.568,52	1.568.517,47
0081500000	Despesas com Títulos e Valores Mobiliários	387.334,28	31.774,60	0,00	419.108,88
0081520004	Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	387.334,28	31.774,60	0,00	419.108,88
8152001009	Despesas Fundo de Investimentos em Participaç	387.334,28	31.774,51	0,00	419.108,79
8152002001	Despesas Fundo de Investimentos C.P.	0,00	0,09	0,00	0,09
0081700006	Despesas Administrativas	32.276.234,69	3.763.267,54	567.980,53	35.471.521,70
0081703003	Despesas de Água, Energia e Gás	164.508,92	15.606,14	0,00	180.115,06
8170300100	Energia Elétrica	164.508,92	15.606,14	0,00	180.115,06
8170300101	Energia Elétrica	160.095,36	15.606,14	0,00	175.701,50
8170300102	Energia Elétrica - Imóvel Adquirido Garantia	4.413,56	0,00	0,00	4.413,56
0081706000	Despesas de Aluguéis	33.607,55	8.857,50	5.968,84	36.496,21
8170600200	Bens de Terceiros	33.607,55	8.857,50	5.968,84	36.496,21
8170600205	Impressoras	33.607,55	8.857,50	5.968,84	36.496,21
0081712001	Despesas de Comunicações	170.221,18	16.085,21	15.603,14	170.703,25
8171200001	Despesa com correio	5.411,37	325,49	220,57	5.516,29
8171200002	Telefones	70.038,34	304,16	8.524,51	61.817,99
8171200003	Telecomunicacoes	94.771,47	15.455,56	6.858,06	103.368,97
0081718005	Despesas de honorários	1.643.234,60	274.385,58	0,00	1.917.620,18
0081718108	Conselho Fiscal/COAUD	301.895,00	27.170,55	0,00	329.065,55
8171810001	Honorario cons.fiscal	150.947,50	15.094,75	0,00	166.042,25
8171810002	Honorário Comitê de Auditoria	150.947,50	12.075,80	0,00	163.023,30
0081718304	Diretoria e Conselho de Administração	1.341.339,60	247.215,03	0,00	1.588.554,63
8171830001	Honorarios da diretoria	1.154.260,36	123.051,63	0,00	1.277.311,99
8171830002	Gratificação Diretoria	1.916,82	108.062,32	0,00	109.979,14

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
8171830003	Conselho de administracao	185.162,42	16.101,08	0,00	201.263,50
0081712009	Despesa de Manutenção e Conservação	279.350,32	28.600,07	9.408,64	298.541,75
8172100001	Despesas c/manut. escritório	14.803,08	0,00	0,00	14.803,08
8172100002	Conserv. maquinas e equipamentos	250,00	0,00	0,00	250,00
8172100004	Servico de limpeza	104.599,05	18.864,60	9.392,64	114.071,01
8172100005	Reparos, adaptacoes e conservacao	99.880,79	8.185,47	16,00	108.050,26
8172100006	Conservação/Manutenção - Imóvel em Garantia	59.817,40	1.550,00	0,00	61.367,40
0081724006	Despesas de Material	67.326,90	356,11	0,00	67.683,01
8172400001	Material de expediente	16.492,93	356,11	0,00	16.849,04
8172400002	Material de informática	1.088,73	0,00	0,00	1.088,73
8172400003	materiais de copa e cozinha	36.793,04	0,00	0,00	36.793,04
8172400004	Materiais diversos	12.952,20	0,00	0,00	12.952,20
0081727003	Despesas de Pessoal - Benefícios	4.470.871,18	520.480,26	42.910,99	4.948.440,45
8172700001	Vale transporte	133.446,88	28.334,02	14.724,64	147.056,26
8172700002	Vale refeicao	1.052.709,40	102.903,28	7.877,30	1.147.735,38
8172700003	Plano de saude	2.247.736,45	220.342,80	9.250,84	2.458.828,41
8172700004	Plano odontologico	35.615,32	3.619,20	296,40	38.938,12
8172700005	Seguro	588,54	55,50	0,00	644,04
8172700007	Vale alimentação	844.187,94	152.081,40	10.761,81	985.507,53
8172700008	Auxilio creche	57.601,91	5.798,85	0,00	63.400,76
8172700009	Auxilio babá	97.438,38	7.345,21	0,00	104.783,59
8172700010	Auxilio excepcional	1.546,36	0,00	0,00	1.546,36
0081730007	Despesas de Pessoal - Encargos Soci	5.246.771,25	601.361,58	83.738,86	5.764.393,97
0081730100	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	1.169.820,24	131.228,71	20.064,41	1.280.984,54
8173010002	FGTS s/folha	987.625,21	89.671,73	757,04	1.076.539,90
8173010004	FGTS s/ferias	97.120,31	21.614,38	11.323,61	107.411,08
8173010005	FGTS s/13 salario	85.074,72	19.942,60	7.983,76	97.033,56
0081730502	Previdência Social	4.070.877,17	469.952,87	63.674,45	4.477.155,59
8173050002	Prev. social s/folha	3.120.837,58	283.565,21	2.432,00	3.401.970,79
8173050003	Prev. social s/honorarios	357.500,05	60.378,09	0,00	417.878,14
8173050004	Prev.social s/ferias	319.221,38	69.046,33	35.593,26	352.674,45
8173050005	Prev.social s/13 salario	273.318,16	56.963,24	25.649,19	304.632,21
0081730997	Outras	6.073,84	180,00	0,00	6.253,84
8173099001	medicina do trabalho	6.073,84	180,00	0,00	6.253,84
0081733004	Despesas de Pessoal - Proventos	15.109.752,69	1.627.260,67	252.157,19	16.484.856,17
8173300004	Salários	9.180.033,30	847.206,96	18.465,99	10.008.774,27
8173300005	13º salario	1.085.848,94	221.875,34	101.675,78	1.206.048,50
8173300006	Férias	1.453.889,34	269.075,04	131.827,26	1.591.137,12
8173300010	Gratificacao comissao de pregao	3.888,00	0,00	0,00	3.888,00
8173300013	Hora Extra e DSR	620.840,30	53.953,74	0,00	674.794,04
8173300015	Anuênio	138.900,68	13.029,02	188,16	151.741,54
8173300019	Gratificação função quadro permanente	2.227.693,61	202.048,96	0,00	2.429.742,57
8173300020	Licença Maternidade - Prorrogação	15.549,16	0,00	0,00	15.549,16
8173300021	Indenizações Trabalhistas	157.700,00	0,00	0,00	157.700,00
8173300022	Salário Paternidade	16.174,58	0,00	0,00	16.174,58
8173300023	Proventos - ressarc. cessão CECIERJ	28.774,19	5.776,13	0,00	34.550,32
8173300024	Adicional de função	180.460,59	14.295,48	0,00	194.756,07
0081736001	Despesas de Pessoal - Treinamentos	155.266,78	50.034,66	0,00	205.301,44
8173600001	Treinamento - desp. de pessoal	88.964,59	37.761,66	0,00	126.726,25
8173600002	Seminários e Eventos	63.564,10	12.273,00	0,00	75.837,10
8173600003	Requalificação Profissional - Convenção Colet	2.738,09	0,00	0,00	2.738,09
0081737000	Despesas de Remuneração de Estagiários	422.918,43	40.668,83	0,00	463.587,26
8173700001	Estagiários	422.918,43	40.668,83	0,00	463.587,26
0081739008	Despesas de Processamento de Dados	1.817.622,82	178.816,96	46.632,87	1.949.806,91
8173900001	Desp. de proc. de dados	128.994,88	38.747,83	20.693,67	147.049,04
8173900002	Serviço de Manutenção de hardware	87.156,02	4.694,70	0,00	91.850,72
8173900003	Serviço de atualização de software básico	126.747,85	2.260,41	0,00	129.008,26
8173900004	Serviços SIFIC	770.585,62	73.318,75	5.176,98	838.727,39
8173900005	Serviços SIGEM	461.149,28	35.805,37	616,34	496.338,31
8173900006	Demais Sistemas de informação	242.989,17	23.989,90	20.145,88	246.833,19
0081742002	Despesas de Promoções e Relações Públic	34.733,43	2.112,34	0,00	36.845,77

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
8174200002	Brindes	900,00	0,00	0,00	900,00
8174200003	Evento Institucional	10.838,44	2.112,34	0,00	12.950,78
8174200004	Feiras, Exposições, Congressos	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
8174200005	Despesa com Promoções e Patrocínio	15.596,00	0,00	0,00	15.596,00
8174200006	Prêmios	5.298,99	0,00	0,00	5.298,99
0081745009	Despesas de Propaganda e Publicidade	63.699,04	7.853,60	0,00	71.552,64
8174500005	Propaganda e Publicidade	63.699,04	7.853,60	0,00	71.552,64
0081748006	Despesas de Publicações	60.870,64	1.921,38	0,00	62.792,02
8174800001	Diário oficial	60.870,64	1.921,38	0,00	62.792,02
0081751000	Despesas de Seguros	72.955,83	338,15	0,00	73.293,98
8175100002	Seguro de Respons. Civil de Executivos	68.914,98	0,00	0,00	68.914,98
8175100003	Seguro com bens móveis e imóveis	4.040,85	338,15	0,00	4.379,00
0081754007	Despesas de Serviços do Sistema Finance	109.792,49	8.457,71	238,88	118.011,32
8175400001	Sisbacen	13.893,36	1.510,05	223,34	15.180,07
8175400002	Tarifas bancárias	3.607,54	496,47	0,00	4.104,01
8175400003	Encargos Financeiros	2.061,98	31,08	15,54	2.077,52
8175400004	Bco Liquidante / BackOffice	39.708,18	2.959,30	0,00	42.667,48
8175400005	Selic / Cetip	35.290,75	3.460,81	0,00	38.751,56
8175400008	Cadastro/Manutenção Registro FIPs	15.230,68	0,00	0,00	15.230,68
0081757004	Despesas de Serviços de Terceiros	743.704,70	90.877,19	34.587,45	799.994,44
8175700001	Serviços de terceiros - PJ	600,00	14.000,00	0,00	14.600,00
8175700002	Consultas Cadastrais - Serasa/CDL/Outros	249.173,98	10.952,51	7.727,04	252.399,45
8175700004	Autenticacoes, reproducoes e copias	2.367,55	8,40	0,00	2.375,95
8175700007	Servicos graficos	20.684,00	114,70	0,00	20.798,70
8175700008	Montagem lay-out p/ Publicações	1.083,50	0,00	0,00	1.083,50
8175700010	Serviços de Mensageiro	38.055,46	6.625,68	3.312,84	41.368,30
8175700011	Serviço de recepção	137.024,47	25.769,22	13.716,19	149.077,50
8175700012	Serviço de Gravame	1.296,80	65,02	0,00	1.361,82
8175700013	Serviço de Copa	73.782,88	13.796,78	6.998,39	80.581,27
8175700014	Serviços de Telefonista	39.822,10	5.665,98	2.832,99	42.655,09
8175700015	Jovem Aprendiz	179.813,96	13.878,90	0,00	193.692,86
0081760008	Despesas de Serviços de Vigilância/Segu	73.674,58	13.668,68	6.834,34	80.508,92
8176000001	Serviço de Vigilância e Segurança	73.674,58	13.668,68	6.834,34	80.508,92
0081763005	Despesas de Serviços Técnico Especializ	86.566,08	88.093,04	0,00	174.659,12
8176300001	Consultoria técnica	58.166,08	10.193,04	0,00	68.359,12
8176300002	Serviços de auditoria	28.400,00	77.900,00	0,00	106.300,00
0081766002	Despesas de Transportes	158.123,94	14.931,79	0,00	173.055,73
8176600001	Despesas c/condução	158.118,94	14.931,79	0,00	173.050,73
8176600003	Combustiveis e lubrificantes	5,00	0,00	0,00	5,00
0081769009	Despesas Tributárias	146.456,38	11.594,18	0,00	158.050,56
8176900003	Taxas estaduais	3.843,24	0,00	0,00	3.843,24
8176900010	IPTU - Imposto Predial e Territorial Urb	107.423,58	9.765,78	0,00	117.189,36
8176900015	IPTU/TX Incêndio - Imóvel Adquirido Garantia	24.071,56	1.828,40	0,00	25.899,96
8176900016	ITR - Imóvel Adquirido em Garantia	11.118,00	0,00	0,00	11.118,00
0081775000	Despesas de Viagem no País	111.899,48	7.739,32	0,00	119.638,80
8177500003	Concessao de diaria	40.182,36	1.930,90	0,00	42.113,26
8177500004	Passagens	71.717,12	5.808,42	0,00	77.525,54
0081799000	Outras Despesas Administrativas	1.032.305,48	153.166,59	69.899,33	1.115.572,74
8179900002	Assinatura livros, jornais e revistas	7.311,66	878,30	439,15	7.750,81
8179900004	Emolumentos judiciais e cartorarios	176.556,67	3.640,47	47,46	180.149,68
8179900005	Lanches e refeições	4.086,65	882,97	508,06	4.461,56
8179900006	Copa e cozinha	1.237,02	450,63	0,00	1.687,65
8179900010	Associações - ABDE/Outras	161.892,53	27.869,55	13.211,44	176.550,64
8179900012	Despesa Livros, jornais e revistas	497,67	160,00	0,00	657,67
8179900013	Chaveiro	918,00	0,00	0,00	918,00
8179900015	Anuidades e contribuicoes de classe	7.272,40	0,00	0,00	7.272,40
8179900018	Condominio	503.200,82	108.821,30	55.000,00	557.022,12
8179900021	Condominio - Imóvel Adquirido Garantia	77.949,09	8.055,31	693,22	85.311,18
8179900099	Outras desp.administrativas	91.382,97	2.408,06	0,00	93.791,03
0081800009	Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	5.048.929,95	35.138.162,73	34.684.104,13	5.502.988,55
0081810006	Despesas de Amortização	1.200.874,04	108.684,35	0,00	1.309.558,39

Conta do Razão	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
0081810226	Desp Amortização Intangível # Sist Proc Dados	1.200.874,04	108.684,35	0,00	1.309.558,39
8181020004	Amort. Licença Uso Software Permanente	1.200.874,04	108.684,35	0,00	1.309.558,39
0081820003	Despesas de Depreciação	1.029.297,51	91.524,63	0,00	1.120.822,14
0081820209	(-) Intalações	273,44	24,86	0,00	298,30
8182000001	Despesa depreciação - Instalações	273,44	24,86	0,00	298,30
0081820302	(-) Móveis e Equipamentos	378.911,13	32.398,59	0,00	411.309,72
8182000002	Desp. deprec. - Móveis e equiptos de uso	75.286,18	6.600,92	0,00	81.887,10
8182000003	Despesa depreciação - Proc. de dados	300.784,75	25.423,65	0,00	326.208,40
8182000004	Despesa deprec. - Sistema de comunicação	2.840,20	374,02	0,00	3.214,22
0081820601	(-) Imóveis - Edificações	650.112,94	59.101,18	0,00	709.214,12
8182000006	Despesa depreciação - Imóveis	650.112,94	59.101,18	0,00	709.214,12
0081830000	Despesas de Provisões Operacionais	2.818.758,40	34.872.278,53	34.684.104,13	3.006.932,80
0081830309	Provisões de Operações de Crédito	2.818.758,40	34.872.278,53	34.684.104,13	3.006.932,80
8183030001	Provisoes para operacoes de credito	2.818.758,40	34.872.278,53	34.684.104,13	3.006.932,80
0081840007	Despesas de Provisões Passivas	0,00	65.675,22	0,00	65.675,22
0081840101	Provisão Contingências Passivas	0,00	65.675,22	0,00	65.675,22
8184000001	Provisão Contingências Passivas	0,00	65.675,22	0,00	65.675,22
0081900002	Outras Despesas Operacionais	2.710.821,62	609.140,17	374.985,53	2.944.976,26
0081925001	Despesas de Imposto S/ Serviço de Q Nat - ISS	336.369,24	43.637,66	0,08	380.006,82
8192500001	ISS - imp s/ servico	336.369,24	43.637,66	0,08	380.006,82
0081930003	Despesas de Contribuição ao COFINS	2.034.463,06	485.749,77	322.568,12	2.197.644,71
8193000001	Despesas de contrib. ao COFINS	2.034.463,06	485.749,77	322.568,12	2.197.644,71
0081933000	Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	330.600,24	78.934,35	52.417,33	357.117,26
8193300001	Desp. de contrib. ao PIS/PASEP	330.600,24	78.934,35	52.417,33	357.117,26
0081999006	Outras Despesas Operacionais	9.389,08	818,39	0,00	10.207,47
8199900001	Outras despesas operacionais	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
8199900002	Multas, juros, encargos s/atraso de pagt	7.676,69	339,89	0,00	8.016,58
8199900008	Perd.por sucata	212,39	478,50	0,00	690,89
0083000003	Despesas Não Operacionais	446.000,00	0,00	0,00	446.000,00
0083900000	Outras Despesas Não Operacionais	446.000,00	0,00	0,00	446.000,00
0083990003	Despesas de Provisões Não Operacionais	446.000,00	0,00	0,00	446.000,00
0083990106	Desvalorização de Outros Valores e Bens	446.000,00	0,00	0,00	446.000,00
8399010001	Desvalorização de Outros Valores e Bens	446.000,00	0,00	0,00	446.000,00
0088000008	(-) Rateios de Resultados Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
0088100001	(-) Rateios de Resultados Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
0088110008	(-) Rateios de Resultados Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
8811000102	P. Ded. - L 9430/96 Art 9º P1º Inc IIa P7º In	606.813,31-	0,00	0,00	606.813,31-
8811000103	P. Ded. - L 9430/96 Art 9º P1º Inc IIb P7º In	260.137,86-	0,00	0,00	260.137,86-
8811000104	P. Ded. - L 9430/96 Art 9º P1º Inc IIc P7º In	1.333.798,65-	0,00	0,00	1.333.798,65-
8811000105	P. Ded. - L 9430/96 Art 9º P1º Inc.III P7º In	2.778.026,60-	0,00	0,00	2.778.026,60-
8811000199	Ajuste ECF - PCLD	4.978.776,42	0,00	0,00	4.978.776,42
0089000007	Apuração de Resultado	5.422.310,80	2.831.501,17	3.473.542,50	4.780.269,47
0089400009	Imposto de Renda	5.422.310,80	2.341.482,97	3.473.542,50	4.290.251,27
0089410006	Imposto de Renda	3.337.526,08	1.433.593,51	2.125.527,63	2.645.591,96
0089410109	Prov. p/ Imposto de Renda - Valores Corrente	3.337.526,08	1.433.593,51	2.125.527,63	2.645.591,96
8941010001	Prov. IRPJ - valores correntes	3.337.526,08	1.433.593,51	2.125.527,63	2.645.591,96
0089420003	Contribuição Social	2.084.784,72	907.889,46	1.348.014,87	1.644.659,31
0089420106	Prov. p/ Contrib. Social - Valores Correntes	2.084.784,72	907.889,46	1.348.014,87	1.644.659,31
8942010001	Prov. Cont.Social - vlrs correntes	2.084.784,72	907.889,46	1.348.014,87	1.644.659,31
0089700008	Participações no Lucro	0,00	490.018,20	0,00	490.018,20
0089710005	Participações no Lucro	0,00	490.018,20	0,00	490.018,20
0089710201	Empregados	0,00	490.018,20	0,00	490.018,20
8971020001	Participação Lucros e Resultados	0,00	490.018,20	0,00	490.018,20

Usuário:THAISAMIZAEI

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
MODELO 6

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES (SERVIDORES E PATRONAL) DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS AO RPPS NO EXERCÍCIO

Órgão/Entidade:	Órgão Superior:	Exercício:
-----------------	-----------------	------------

Ativos, Inativos e Pensionistas													
Mês de Referência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R\$)										Total de Contribuições (R\$) (F=A+B+C+D+E)	
		Patronal (A)		Suplementar (B)		Ativo (C)		Inativo (D)		Pensionista (E)		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência		
Janeiro													
Fevereiro													
Março													
Abril													
Mai													
Junho													
Julho													
Agosto													
Setembro													
Outubro													
Novembro													
Dezembro													
13º Sal													
Janeiro													
Total (I)													
Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguente, conforme Notas Explicativas													
		Patronal (A)		Suplementar (B)		Ativo (C)		Inativo (D)		Pensionista (E)		Total de Contribuições (R\$) (F=A+B+C+D+E)	
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Total (II)													
Total Geral (III = I + II)													

NÃO APLICÁVEL

Nome:		Responsável pela Elaboração	
Matrícula:	Data: ___/___/___	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis OU não guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº _____
Nome:			
Matrícula:	Data: ___/___/___	Assinatura:	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

MODELO 8

QUADRO RESUMO DA DÍVIDA FUNDADA

Órgão/Entidade:		Órgão Superior:				Exercício:	
Autorizações		Saldo Devedor 31/12/20____ (R\$)	Movimento no Exercício (R\$)				Saldo Devedor 31/12/20____ (R\$)
			Entradas		Saída		
Legislação/Contratos	Data da Assinatura		Inscrições	Reajustamento	Provisão de Encargos	Amortização Principa!	Encargos
Titulos (I)							
Contratos (II)							
Total (I + II)							

NÃO APLICÁVEL

Declaro que os valores acima guardam paridade com o constante nos registros contábeis **OU** não guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.

Nome:

Responsável pelo Setor Contábil

CRC-RJ nº _____

Matrícula:

Data: ____/____/____

Assinatura:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

MODELO 9

RELAÇÃO DOS SALDOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Órgão/Entidade:			Órgão Superior:			Exercício:	
Inscrição nº	Processo nº	Nome/Razão Social	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	N.º do Empenho	Valor (R\$)
Exercício de _____							
Subtotal do Exercício de _____ (A)							
Exercício de _____							
Exercício de _____							
Subtotal do Exercício de _____ (B)							
Exercício de _____							
Subtotal de _____ (C)							
Total (A+B+C)							

NÃO APLICÁVEL

Declaro que os valores acima guardam paridade com o constante nos registros contábeis OU não guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.					Responsável pelo Setor Contábil	CRC/RJ nº _____
Nome: _____						
Matrícula: _____	Data: ____/____/____	Assinatura				

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

MODELO 11

RELAÇÃO DOS SALDOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR

Órgão/Entidade:			Órgão Superior:			Exercício:	
Inscrição nº	Processo nº	Nome/Razão Social	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	N.º do Empenho	Valor (R\$)
Exercício de _____							
Subtotal do Exercício de _____ (A)							
Exercício de _____							
Subtotal do Exercício de _____ (B)							
Exercício de _____							
Subtotal do Exercício de _____ (C)							
Total (A+B+C)							

NÃO APLICÁVEL

Declaro que os valores acima guardam paridade com o constante nos registros contábeis OU não guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.					Responsável pelo Setor Contábil	CRC/RJ nº _____
Nome: _____						
Matrícula: _____	Data: ____/____/____	Assinatura				

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
MODELO 10

RELAÇÃO DOS SALDOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO

Órgão/Entidade:			Órgão Superior:			Exercício:	
Inscrição nº	Processo nº	Nome/Razão Social	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	N.º do Empenho	Valor (R\$)
Exercício de _____							
Subtotal do Exercício de _____ (A)							
Exercício de _____							
Subtotal do Exercício de _____ (B)							
Exercício de _____							
Subtotal de _____ (C)							
Total (A+B+C)							

NÃO APLICÁVEL

Declaro que os valores acima guardam paridade com o constante nos registros contábeis OU não guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.		Responsável pelo Setor Contábil	CRC/RJ nº _____
Nome: _____			
Matrícula: _____	Data: ____/____/____	Assinatura	

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0027235-6

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

Código Ato

Eventos

007

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembléia Geral Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	XX

Nº do Protocolo

00-2018/166050-4

Recebido em 01/08/2018

JUCERJA

Último arquivamento:

00003238284 - 03/08/2018

NIRE: 33.3.0027235-6

AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

Boleto(s): 102779081

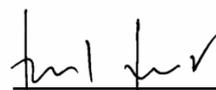
Hash: F19BD4F5-FA77-4395-BE50-CF95491A3CB5

Orgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DNRC	21,00	21,00

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTÔNIO MIGUEL FERNANDES, IGOR EDELSTEIN DE OLIVEIRA E MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SIMÃO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00003238292	05.940.203/0001-81	Avenida RIO BRANCO 245	Centro	Rio de Janeiro	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XX

Deferido em 03/08/2018 e arquivado em 03/08/2018



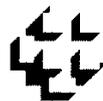
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL



00-2018/166050-4

Nº de Páginas: 49
Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 15.152/2018-BCB/Deorf/GTRJA
Processo 125402

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2018.

À
Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.
Avenida Rio Branco, nº 245 - 2º, 3º, 4º, 5º e 6º andar – Centro
20040-917 Rio de Janeiro – RJ

A/C dos Senhores
Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich - Diretor Jurídico
Dara de Souza e Silva - Diretor

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

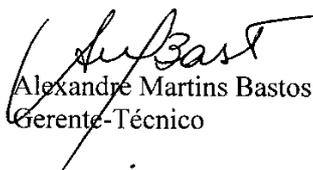
Prezados Senhores,

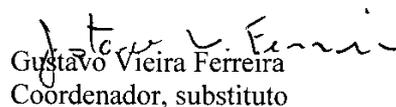
Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou a reforma estatutária, conforme deliberada nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 19 de março e 4 de julho de 2018.

2. Deverá essa sociedade, na próxima assembleia geral que realizar, promover reforma estatutária com a finalidade de: (i) incluir dispositivo referente ao cargo de Presidente do Comitê de Auditoria, a fim de compatibilizar o Estatuto Social à eleição deliberada em Reunião do Conselho de Administração, de 25 de julho de 2018, ainda não submetida a essa Autarquia; e (ii) excluir o §3º do art. 38, pelo fato de tal dispositivo ir de encontro ao disposto no art. 10, do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto 2012.

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,


Alexandre Martins Bastos
Gerente-Técnico


Gustavo Vieira Ferreira
Coordenador, substituto

Anexos: 2 documentos; 46 páginas.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica no Rio de Janeiro (GTRJA)
Av. Presidente Vargas, 730 – 19º andar – Centro – 20071-900 Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21)2189-5020, 2189-5146, 2189-5126
E-mail: gtrja.deorf@bcb.gov.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/validar> ou <http://www.jucerja.org.br/validar> e informe o nº de protocolo. Pag. 3/49



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81

JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2018**

I – DATA, HORA e LOCAL: dia 04 de julho de 2018, às 11:00 (onze horas), na sede da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., situada na Avenida Rio Branco, nº 245, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

II – MESA DOS TRABALHOS: Presidente: Luciana da Costa Martins de Almeida, representante do Acionista Controlador; Secretária: Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro.

III – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença, afastado, portanto, eventual vício de convocação por força do art. 124, §4º da Lei 6.404/76.

IV – CONVOCAÇÃO: Por ofício encaminhado aos acionistas, com antecedência legal, contendo a ordem do dia.

V – ORDEM DO DIA: Reforma do Estatuto Social da AgeRio, consolidando o seu texto.

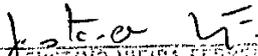
VI – DELIBERAÇÃO: Pela aprovação da reforma do Estatuto Social, que passa a vigor sob a redação a seguir apresentada, conforme deliberação do Conselho de Administração nº 69, de 24 de janeiro de 2018 e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 19 de março de 2018 e submetida à homologação do Banco Central do Brasil na mesma data, levando-se em consideração a retificação no art. 12, *caput* para se adequar ao disposto no Decreto nº 46.188/17 (art. 22, I e art. 30, §2º) e ratificando-se os demais artigos, em atendimento à determinação da referida Autarquia

1/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MAD. PESTAÇÃO A FAVOR DO DOS ATOS
PRATICADOS COM A DE CARTA DE CREDITO A PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA - RJ - RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servidos/validacao> ou <http://www.jucerja.rj.gov.br/servidos/validacao> informe o nº de protocolo. Pag. 5/49



na análise do Processo nº 125402.

Observa-se que a Ata da AGE referente à reforma do Estatuto Social da AgeRio, submetida à homologação do Banco Central do Brasil em 19 de março de 2018, já contempla os novos prazos de 02 (dois) anos para os mandatos dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com o artigo 22, incisos VI, VII e IX do Decreto Estadual nº 46.188/2017 (que regulamenta a Lei nº 13.303/2016 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro), nos artigos 10, §5º e 38 do novo Estatuto Social.

Os mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da AgeRio se estenderão, respectivamente, até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2019 e na primeira reunião do Conselho de Administração seguinte à AGO de 2019. E, em relação ao mandato dos membros do Conselho Fiscal eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018, submetida à homologação do Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2018, se estenderá até a posse dos membros eleitos na AGO de 2019.

Nesse sentido, confirma-se que os mandatos dos membros dos colegiados acima passarão a coincidir a partir da posse dos membros eleitos na AGO de 2019 e na primeira reunião do Conselho de Administração seguinte à AGO de 2019, todos com prazo de 02 (dois) anos.

Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO, OBJETO, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES

Art. 1º – A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A., constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, de capital fechado e autorizado, rege-se pelo presente Estatuto, pela Lei Estadual nº. 3.517, de 27 de dezembro de 2000, pelas Leis Federais nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303 de 30 de junho de 2016, suas posteriores alterações, e demais disposições legais aplicáveis.

§1º – A AGÊNCIA é Instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, sujeita às normas, à fiscalização e às decisões do Banco Central do Brasil.

§2º – A AGÊNCIA tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

§3º – O prazo de duração da AGÊNCIA é indeterminado.

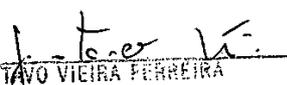
Art. 2º – Sempre que for necessário à consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a AGÊNCIA poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, agências, escritórios ou representações, ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares.

2/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS COM VIA DE CARTA VISTADA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA PEREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> informe o nº de protocolo.



Art. 3º – A AGÊNCIA tem por objeto a concessão de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

§1º – A AGÊNCIA poderá, ainda, realizar operações e atividades previstas na Resolução nº 2.828/01, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la e demais normas que regulam as Agências de Fomento, observadas a regulamentação pertinente e também:

I – prestar serviços, na condição de agente financeiro, de administração e gerenciamento de fundos de desenvolvimento, vedada, nesta hipótese, a assunção de riscos, e observado o disposto no artigo 35 da Lei Complementar nº 101/00;

II – realizar diagnósticos setoriais e regionais, diretamente ou mediante a contratação de terceiros;

III – prestar serviços de consultoria, assessoria ou assistência técnica aos municípios e órgãos da administração pública;

IV – adquirir, manter e alienar participação societária, direta ou indiretamente, no país, inclusive por meio de fundos de investimento, em instituições não financeiras, organizadas sob a forma de sociedade limitada, cujo capital esteja totalmente integralizado, ou de sociedade anônima, desde que se trate de operação compatível com seu objeto social, e que sejam observadas as seguintes condições:

- a) não se configure a condição de sócio ou acionista controlador;
- b) a sociedade não seja controlada, direta ou indiretamente, por Unidade da Federação;
- c) a Unidade da Federação não tenha influência significativa na sociedade; ou
- d) a participação no capital social total de uma mesma sociedade ou no patrimônio de um mesmo fundo de investimento não ultrapasse o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

V – divulgar o Estado como opção locacional para investimentos.

Art. 4º – A AGÊNCIA poderá realizar operações com recursos próprios e/ou de terceiros, captados no país e/ou no exterior nos termos da legislação pertinente.

Art. 5º – À AGÊNCIA é vedado, além das proibições fixadas na Resolução CMN nº 2.828/01, o seguinte:

I – a aplicação de recursos com rendimento inferior aos custos de captação;

II – a concessão de financiamento a órgãos e/ou entidades da administração pública estadual.



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A PEQUENO DOS ATOS
PRATICADOS CONTA DE CARTA LIGADA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse http://www.jucerja.org.br/servidos/chancelaria/validar_documento.php informe o nº de protocolo. Pag. 9/49



CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Art. 6º – O capital social é de R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

§1º – A sociedade está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

§2º – Não serão emitidos certificados e todas as ações serão nominativas.

§3º – Os acionistas terão direito de preferência à subscrição das ações emitidas, na forma prevista neste artigo, devendo exercê-lo no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do anúncio do aumento de capital.

§4º – O preço de emissão das ações nos aumentos de capital será definido, dentre outras formas, em função do valor do patrimônio líquido das ações.

§5º – As sobras de ações não subscritas serão rateadas na proporção dos valores subscritos entre os acionistas que tiverem pedido, no respectivo boletim, reserva de sobras, podendo o saldo eventualmente remanescente ser subscrito por terceiros, atendidos os critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração na reunião que deliberou sobre o correspondente aumento de capital.

Art. 7º – O Estado do Rio de Janeiro deterá o controle acionário da AGÊNCIA, conservando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

Parágrafo Único – Somente poderão ser acionistas da AGÊNCIA pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 8º – A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 9º – A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei.

§1º – A Assembleia Geral será convocada, em regra, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelos Conselheiros em exercício.

§2º – A Assembleia Geral será instalada pelo acionista majoritário.

§3º – A Assembleia Geral será presidida pelo acionista majoritário ou por qualquer membro do Conselho de Administração, sendo o secretário escolhido pelos acionistas presentes.

§4º – A ata da Assembleia Geral poderá ser lavrada na forma de sumário, conforme previsto no art. 130, § 1º, da Lei federal nº 6.404/76.

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RECEBIDO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse http://www.jucerja.org.br/servidos/chancelaria/validar_documento.php informe o nº de protocolo. Pag. 11/49



CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA

Art. 10 – A administração da AGÊNCIA compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

§1º – Os Conselheiros e Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da homologação pelo Banco Central do Brasil.

§2º – Os deveres e responsabilidades dos administradores são aqueles previstos nos artigos 153 a 159 da Lei nº 6.404/76.

§3º – A posse e o exercício dos cargos de membro do Conselho de Administração e da Diretoria estão condicionados à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

§4º – Os Conselheiros e Diretores deverão apresentar Declaração Anual de Ajuste de Imposto de Renda de Pessoa Física e respectivo recibo de entrega no ato de posse, anualmente, e no ato de desligamento.

§5º – Os Conselheiros e Diretores serão eleitos de forma unificada, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§6º – O administrador que houver sido reconduzido 3 (três) vezes consecutivas somente poderá voltar a fazer parte do mesmo colegiado após decorrido, no mínimo, 2 (dois) anos do término do seu último mandato.

§7º – Não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da AGÊNCIA

§8º – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela AGÊNCIA sobre os temas previstos na Lei nº 13.303/16.

§9º – Em caso de conflito de interesses, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva deverão se abster das discussões e deliberações sobre a matéria, cumprindo-lhes comunicar seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão de seu interesse.

§10 – Os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração não poderão ser acumulados com o de Presidente da AGÊNCIA, ainda que interinamente.

Art. 11 – A indicação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva observará ao disposto na Lei n.º 13.303/16, no Decreto Estadual nº 46.188/17, na Política de Sucessão dos Administradores da AGÊNCIA e nos demais normativos aplicáveis.

Parágrafo Único – Na composição da Diretoria Executiva serão observados, além dos requisitos mencionados no caput, os seguintes critérios:

a) pelo menos 1 (um) membro da Diretoria deverá ser empregado do quadro permanente da AGÊNCIA;

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> ou <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> informe o nº de protocolo. Pag. 13/49



b) os demais membros da Diretoria deverão ter exercido, nos últimos 10 (dez) anos, por pelo menos 2 (dois) anos, cargo ou função gerencial em área compatível àquela para o qual forem indicados.

Seção I – Do Conselho de Administração

Composição

Art. 12 – O Conselho de Administração é o órgão de deliberação responsável pela orientação geral dos negócios da AGÊNCIA, e é composto por 7 (sete) membros residentes e domiciliados no Brasil.

§1º – O mandato do Conselho de Administração estender-se-á até a investidura dos novos Conselheiros eleitos, exceto nos casos de renúncia ou destituição.

§2º – Cabe ao acionista majoritário indicar à Assembleia Geral os nomes dos Conselheiros que exercerão os cargos de Presidente e Vice-Presidente do colegiado.

§3º – É assegurado um representante dos empregados da AGENCIA no Conselho de Administração, escolhido dentre os empregados ativos, pelo voto direto, universal e com igual peso de seus pares, observado o quantitativo de empregados estabelecido no Decreto Estadual nº 46.188/17.

§4º – É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) Conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto na Lei nº 6.404/76.

§5º – O Conselho deve ser composto, no mínimo, por 2 (dois) membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, na forma prevista pela Lei nº 13.303/16.

Funcionamento

Art. 13 – O funcionamento do Conselho de Administração será disciplinado por meio do seu regimento interno, observado o disposto neste artigo.

§1º – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, conforme agenda fixada pelo mesmo a cada exercício e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, por 2 (dois) Conselheiros ou, ainda, pelo Presidente da AGÊNCIA.

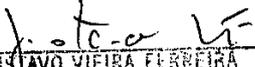
§2º – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante aviso por escrito, enviado a cada Conselheiro com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da reunião, contendo a descrição das matérias da Ordem do Dia, sendo dispensado se o Conselheiro presente não o reclamar até o início da reunião.

§3º – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros.

§4º – As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos presentes e registradas em atas, podendo a participação do Conselheiro na reunião se dar por meio de videoconferência ou outro meio certificado que possa assegurar a participação efetiva e autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> ou <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> informe o nº de protocolo.



§5º – Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o seu Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

§6º – Excepcionalmente a reunião poderá ser realizada por meio eletrônico, de acordo com o seu regimento interno.

§7º – As atas poderão ser lavradas de forma sumária no que se refere aos fatos ocorridos e conterão apenas as deliberações tomadas, observadas as disposições legais.

Vacância

Art. 14 – Na hipótese de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, decorrente de falecimento, renúncia ou incapacidade, as funções serão exercidas pelo respectivo suplente.

Parágrafo Único – Ocorrendo vacância de mais de três cargos de Conselheiros, a Assembleia Geral deverá ser obrigatoriamente convocada para eleição de novos membros para os cargos vagos.

Competência

Art. 15 – Compete ao Conselho de Administração as atividades previstas na Lei Federal nº 6.404/76, ou outra que venha substituí-la ou alterá-la, observada a regulamentação pertinente, e também:

I – assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de gestão de riscos, controle interno e canal de denúncias e demais mecanismos estabelecidos, pela Lei 13.303/16 e pelas normas do Banco Central do Brasil, para prevenção e mitigação dos principais riscos a que está sujeita a AGÊNCIA, inclusive os relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

II – deliberar sobre:

a) a aquisição, a alienação, a transferência, o arrendamento, a cessão e a oneração de bens imóveis ou de direitos a estes relativos, do Ativo Permanente da AGÊNCIA, obedecido o disposto na legislação estadual vigente;

b) o encaminhamento, à Assembleia Geral, de proposta versando sobre reforma estatutária, dissolução ou liquidação da AGÊNCIA, fusão ou incorporação sob qualquer modalidade;

c) a abertura e o fechamento de filiais, agências e escritórios ou representações, bem como a transferência da sede social;

d) a proposta orçamentária e o plano de negócios da AGÊNCIA para o exercício anual seguinte;

e) o Plano Estratégico da AGÊNCIA;

f) o seu regimento interno e dos Conselhos, Comissões e Comitês, exceto Conselho Fiscal;



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao.aspx?informacao=00003238292> ou <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao.aspx?informacao=00003238292> informe o nº de protocolo.



- g) o regime de alçadas, com suas instâncias e níveis de alçadas decisórias, bem como sobre as atribuições dos comitês e dos demais órgãos colegiados instituídos;
 - h) operações, renegociações e atos complementares cujo valor total exceda o limite da alçada da Diretoria Executiva, disposto no Regime de Alçadas;
 - i) o Plano de Cargos e Salários e o Programa de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados e Administradores;
 - j) a concessão de licença aos seus membros, sem remuneração;
 - k) a concessão de afastamento e licença ao Presidente da AGÊNCIA, inclusive a título de férias, nos termos do art. 27 deste Estatuto.
 - l) o aumento de capital social e a correspondente emissão de ações, observado o limite do capital autorizado;
 - m) a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício anterior ou de reserva de lucros, para posterior encaminhamento à Assembleia Geral;
 - n) a minuta do relatório da administração, ao fim de um semestre e anualmente, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com os pareceres das Auditorias Interna e Externa e do Conselho Fiscal e, se for o caso, a proposta de destinação do resultado do exercício;
 - o) analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;
 - p) as propostas de constituição de fundos, reservas e provisões e de absorção de eventuais prejuízos;
 - q) o regulamento interno de licitações e contratos;
 - r) as omissões do presente Estatuto, ad referendum, da Assembleia Geral de Acionistas;
 - s) o afastamento do Presidente ou dos Diretores por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, com interstício mínimo de 12 (doze) meses, a qual deverá ser registrada em ata;
- III – aprovar e divulgar o Código de Conduta e Integridade da AGÊNCIA, conforme previsto na Lei n.º 13.303/16;
- IV – aprovar a estrutura, o regulamento para atividades e o Plano Anual de Atividades, e examinar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna da AGÊNCIA, bem como nomear e dispensar o responsável pela Auditoria Interna.
- V – aprovar a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa;
- VI – aprovar a nomeação, designação e destituição do Diretor responsável pela gestão dos controles internos, conformidade e riscos, por proposta do Presidente da AGÊNCIA;
- VII – avaliar anualmente o desempenho, individual e coletivo, dos membros da Diretoria Executiva, na forma da Lei n.º 13.303/16, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;
- VIII – realizar uma autoavaliação anual do desempenho do Colegiado;

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RECEBIDO DOS ATOS
PRATICADOS CONSISTE DE CARTA EMITIDA À PARTE,
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> ou <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> nº de protocolo. Pag. 19/49



IX – aprovar e revisar, anualmente, as políticas de atuação da AGÊNCIA e as políticas corporativas de Gerenciamento e Gestão de Riscos e de Capital;

X – manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;

XI – autorizar a participação direta da AGÊNCIA no capital social de empresa privada, quando a participação estiver em linha com o plano de negócios da AGÊNCIA.

Seção II – Da Diretoria Executiva

Composição

Art. 16 – A Diretoria Executiva é órgão colegiado responsável pela gestão da AGÊNCIA e compõe-se de 3 (três) a 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) Diretor Jurídico e até 4 (quatro) Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

§1º – O Diretor Jurídico deverá ser formado em Direito e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§2º – Um dos Diretores estatutários responderá pela gestão do controle interno, conformidade e riscos, não podendo ter sob sua direção ou supervisão direta outras áreas ou atividades que possam gerar conflito de interesses.

§3º – O Diretor responsável pela gestão de controle interno, conformidade e riscos será indicado pelo Conselho de Administração.

§4º – O Diretor responsável pela gestão do controle interno, conformidade e riscos exercerá suas atribuições de maneira independente, sendo-lhe assegurado o acesso às informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições, podendo se reportar, diretamente e sem a presença dos membros da Diretoria Executiva, ao Presidente da AGÊNCIA e ao Conselho de Administração.

§5º – Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, as respectivas atribuições serão desempenhadas por outro membro da Diretoria, indicado pelo Presidente, observada a restrição prevista no § 2º deste artigo.

§6º – Em caso de vacância de cargo da Diretoria Executiva, competirá ao Conselho de Administração eleger o membro substituto, que completará o mandato do substituído.

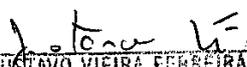
§7º – Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até que seus substitutos sejam empossados.

Funcionamento e Competência

Art. 17 – O funcionamento da Diretoria Executiva será disciplinado por meio do seu regimento interno, observando o disposto neste artigo.

§1º – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que o interesse da AGÊNCIA o exigir.

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servidos/chancelaria/validar_documento.php informe o nº de protocolo. Pag. 21/49



§2º – As reuniões da Diretoria Executiva realizar-se-ão por convocação do Presidente ou de 2 (dois) outros Diretores, mediante aviso, por escrito, enviado a cada Diretor, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contendo a descrição das matérias da Ordem do Dia e sendo considerado dispensado se o Diretor presente não o reclamar até o início da reunião.

§3º – O quórum para a instalação das reuniões será o da maioria absoluta e as deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes e registradas em atas, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de qualidade.

§4º – As atas poderão ser lavradas de forma sumária no que se refere aos fatos ocorridos e conterão apenas os assuntos e as respectivas deliberações tomadas, observadas as disposições legais.

Art. 18 – Compete à Diretoria Executiva:

I – aprovar as linhas orientadoras da ação da AGÊNCIA e suas normas de operação e de administração, mediante expedição de normas e regulamentos internos específicos, quando referentes às matérias de sua competência;

II – cuidar da execução do Planejamento Estratégico e respectivos programas de ação da AGÊNCIA;

III – aprovar plano operacional proposto pelos integrantes da Diretoria Executiva e controlar a sua execução;

IV – aprovar e apresentar ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente da AGÊNCIA, as matérias previstas no art. 15 deste Estatuto Social;

V – deliberar sobre:

a) a estrutura organizacional da AGÊNCIA e a distribuição interna das atividades administrativas;

b) o regulamento de pessoal da AGÊNCIA, no qual constem os direitos e deveres dos empregados, o regime disciplinar e as normas sobre a apuração de responsabilidade funcional;

c) aquisição ou alienação, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, de créditos oriundos de operações compatíveis com o objeto social;

d) aquisição ou alienação de participação societária por meio de fundos de investimento, em instituições não financeiras, desde que se trate de operação compatível com o objeto social e que também sejam observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela política de investimentos da AGÊNCIA e pelo regime de alçadas;

e) remuneração do Comitê de Investimentos;

f) aquisição, alienação, transferência, cessão e oneração de bens não enquadrados na categoria de “bens imóveis do ativo permanente”, bem como a renúncia de direitos, transações e compromisso arbitral, observado o regime de alçadas;

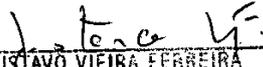
g) realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a AGÊNCIA, observado o regime de alçadas;

10/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel: (21) 2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> informe o nº do protocolo. Pag. 23/49



h) negociação de bens e direitos adquiridos pela AGÊNCIA em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução e a venda ou utilização produtiva de bens móveis dispensáveis em razão de obsolescência, processo de deterioração ou não utilidade;

i) abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas previstas no Plano de Cargos e Salários; e

j) as propostas de realização de operações, de prestação de garantias e de serviços, de renegociação, de recebimento de bens em dação em pagamento de dívidas, de declaração de vencimento antecipado e autorização para cobrança judicial, desistência de demandas judiciais, bem como os termos de transações judiciais e extrajudiciais, renúncia de direitos e compromisso arbitral, nos limites do regime de alçadas.

VI – autorizar renúncia de direitos, transações e compromisso arbitral nas operações de que trata o inciso V alíneas c e d do presente artigo, ressalvada a competência da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, sem prejuízo do previsto no art. 57;

VII – cumprir e fazer cumprir as prescrições legais, regulamentares e as deste Estatuto;

VIII – pronunciar-se sobre todas as matérias que, por sua iniciativa, devam ser submetidas ao Conselho de Administração;

IX – distribuir e aplicar os lucros apurados, nos termos de Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral, observada a legislação vigente;

X – instituir os Comitês como componentes organizacionais da AGÊNCIA, cuja composição e o funcionamento serão disciplinados por regimento interno, submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

XI – estabelecer métricas para a gestão de riscos, considerada sua integração ao planejamento estratégico da AGÊNCIA;

XII – fomentar a cultura de gestão de riscos, a cultura de gestão por processos e a integração das práticas de gestão de riscos aos negócios e aos objetivos estratégicos da AGÊNCIA;

XIII – monitorar o cumprimento e revisar periodicamente as Políticas e as iniciativas relativas à conformidade, integridade, gestão de riscos e de capital, observadas as disposições estatutárias e legais;

XIV – assegurar a implementação do Programa de Integridade da AGÊNCIA.

Do cargo de Presidente

Art. 19 – É de competência do Presidente:

I – convocar, presidir e supervisionar a atuação da Diretoria;

II – dirigir as atividades da AGÊNCIA, conforme orientação geral fixada pelo Conselho de Administração;

III – admitir, promover, punir, contratar, demitir e praticar demais atos compreendidos na administração de pessoal, na forma constante do Plano de Cargos e Salários e do Regulamento de Pessoal, podendo delegar esta atribuição no todo ou em parte;

11/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS COMEÇA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/validacao> informe o nº do protocolo. Pag. 25/49



- IV – propor a criação de empregos na carreira permanente e a fixação de salários e vantagens;
- V – apoiar as Secretarias de Estado na definição de políticas que tenham como objeto o incentivo financeiro à atividade econômica fluminense;
- VI – coordenar as relações da AGÊNCIA com as diferentes instituições envolvidas nas operações societárias, particularmente as Secretarias de Estado, bem como com as agências nacionais e internacionais de crédito e fomento;
- VII – coordenar a captação de recursos para a AGÊNCIA;
- VIII – responder pela Ouvidoria da AGÊNCIA perante o Banco Central do Brasil;
- IX – designar e dispensar o Ouvidor;
- X – indicar ao Conselho de Administração a designação e a dispensa do titular da unidade de Auditoria Interna da AGÊNCIA;
- XI – indicar ao Conselho de Administração a designação e a destituição do Diretor estatutário responsável pela Gestão do Controle Interno, Conformidade e Riscos;
- XII – superintender e coordenar o trabalho das unidades da AGÊNCIA, podendo delegar competência executiva e decisória, bem como distribuir, entre os demais diretores, a coordenação dos serviços da AGÊNCIA;
- XIII – designar substitutos para os membros da Diretoria, em seus impedimentos temporários, que não possam ser atendidos mediante redistribuição de tarefas, e, no caso de vacância, até o preenchimento desta pelo Conselho de Administração;
- XIV – designar, dentre os membros da Diretoria, a quem caberá a representação junto ao Banco Central do Brasil;
- XV – deliberar sobre sua substituição eventual por um dos Diretores;
- XVI – conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias, nos termos do art. 27 deste Estatuto, sendo as atribuições do Diretor licenciado desempenhadas conforme o disposto no §5º do art. 16 deste Estatuto;
- XVII – exercer todos os atos de Administração Geral, podendo delegar competência; e
- XVIII – exercer outras atividades determinadas pelo Conselho de Administração ou Diretoria.

Atribuições e Competências dos Diretores

Art. 20 – A cada Diretor compete:

- I – integrar a Diretoria Executiva na forma disposta neste Estatuto, relatando os assuntos da respectiva área de coordenação;
- II – coadjuvar o Presidente na direção e coordenação das atividades da AGÊNCIA;
- III – propor à Diretoria Executiva modelo de funcionamento de sua Diretoria;
- IV – propor alçadas à Diretoria Executiva, no âmbito de atuação da Diretoria;

12/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> informe o nº do protocolo. Pag. 27/49



V – subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração do plano de implementação do Plano Estratégico da AGÊNCIA;

VI – acompanhar a execução dos planos operacionais;

VII – exercer as tarefas de coordenação que lhe forem atribuídas pelo Presidente;

VIII – exercer as funções executivas e decisórias que lhe forem delegadas pelo Presidente ou pela Diretoria Executiva; e

IX – decidir sobre atos normativos concernentes às atividades que lhe forem atribuídas pela Presidente ou pelo Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – Além das atribuições descritas nos incisos do caput deste artigo, compete privativamente ao Diretor Jurídico:

I – zelar pela fiel observância das leis, regulamentos e atos normativos, podendo, sempre que tiver conhecimento de sua inobservância ou inexata aplicação, requisitar elementos ou solicitar informações aos órgãos da AGÊNCIA;

II – decidir sobre atos normativos concernentes à padronização de contratos, cláusulas, normas e procedimentos jurídicos e orientar quanto à elaboração de minutas contratuais, bem como opinar sobre a sua execução;

III – examinar, previamente ao encaminhamento ao órgão deliberativo competente, as solicitações de assistência jurídica, formuladas por dirigentes, empregados, ex-dirigentes e ex-empregados.

Representação da Agência

Art. 21 – A AGÊNCIA será representada por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva, por um membro da Diretoria Executiva e um procurador ou por dois procuradores.

§1º – Os instrumentos de mandato especificarão os poderes conferidos e serão outorgados por dois membros da Diretoria Executiva, com prazo determinado, exceto os judiciais, os quais poderão ter prazo indeterminado.

§2º – A AGÊNCIA poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria Executiva ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

a) mandatos com cláusula ad judicium et extra, para os casos de representação judicial e extrajudicial, hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;

b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;

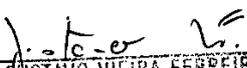
c) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a AGÊNCIA participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;

d) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique a assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela AGÊNCIA;

e) em depoimentos judiciais; ou

f) outras hipóteses deliberadas pela Diretoria Executiva.

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> informe o nº do protocolo. Pag. 29/49



Art. 22 – A AGÊNCIA manterá um arquivo cronológico com todas as procurações outorgadas em seu nome e o seu teor, cabendo a sua guarda e controle à Diretoria Jurídica.

Seção III – Da Remuneração dos Administradores

Art. 23 – Os membros do Conselho de Administração farão jus a honorários mensais, fixados pela Assembleia Geral, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) da média dos honorários atribuídos aos membros da Diretoria, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da AGÊNCIA.

Art. 24 – A remuneração e as verbas de representação do Presidente e dos demais Diretores serão fixados pela Assembleia Geral, tendo como parâmetro máximo o valor pago no mercado a administradores de empresas do mesmo porte e setor de atuação.

Art. 25 – O empregado eleito para integrar a Diretoria Executiva terá suspenso seu contrato de trabalho durante o período de gestão, assegurado seu retorno ao cargo efetivo.

Parágrafo Único – O empregado da AGÊNCIA, quando eleito para exercer o cargo de Diretor, poderá optar por perceber os honorários atribuídos aos membros da Diretoria Executiva ou perceber honorários calculados com base na sua última remuneração total como empregado acrescida de 20% (vinte por cento) dos honorários de Diretor.

Art. 26 – Aos membros da Diretoria Executiva será atribuída uma gratificação única, do mesmo valor de sua remuneração, a ser paga no mês de dezembro de cada ano, proporcionalmente ao número de meses em que o Diretor tiver exercido o seu mandato.

Art. 27 – É facultado aos membros da Diretoria Executiva gozar, a título de férias, após 1 (um) ano de mandato, licença especial remunerada de 30 (trinta) dias, a cada ano de mandato, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

§1º – A licença de Presidente da AGÊNCIA será concedida pelo Conselho de Administração e a dos Diretores pelo Presidente da AGÊNCIA, observada, na concessão, a época que melhor atenda ao interesse da AGÊNCIA.

§2º – O período de 1 (um) mês poderá ser fracionado em tantos períodos quantos necessários ao atendimento dos interesses da AGÊNCIA.

CAPÍTULO V – DOS COMITÊS

Art. 28 – A AGÊNCIA constituirá os seguintes Comitês:

I – Comitê de Investimentos;

14/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA PARTIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X/GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> informe o nº do protocolo. Pag. 31/49



- II – Comitê de Crédito e Renegociação;
- III – Comitê de Ética;
- IV – Comitê de Compras e Contratações;
- V – Comitê de Elegibilidade; e
- VI – Comitê de Auditoria.

§1º – Os Comitês de que trata este artigo, e os outros que venham a ser criados, constituem componentes organizacionais da AGÊNCIA e serão compostos por até 5 (cinco) membros indicados pelo Presidente, ouvida a Diretoria Executiva, exceto os Comitês de Elegibilidade e de Auditoria, que terão seus membros indicados pelo Conselho de Administração.

§2º – A composição e o funcionamento dos colegiados de que trata este artigo, e os demais que venham a ser criados, serão disciplinados por regimento interno editado com observância, no que couber, às disposições deste Estatuto, e submetidos à aprovação do Conselho de Administração por proposta do Presidente da AGÊNCIA.

Comitê de Investimentos

Art. 29 – O Comitê de Investimentos será um órgão de caráter propositivo e deliberativo, composto por membros escolhidos dentre empregados da AGÊNCIA, e até 2 (dois) membros independentes, com a finalidade de apreciar as propostas de operações de participação societária direta ou indireta, por meio de fundos de investimento.

Parágrafo Único – Os membros independentes terão sua remuneração fixada pela Diretoria Executiva, por reunião, conforme a sua especialidade e limitada à quantia de 5% (cinco por cento) da remuneração média da Diretoria Executiva, enquanto os membros empregados não possuirão direito a remuneração pela participação nas reuniões do Comitê de Investimentos.

Comitê de Crédito e Renegociação

Art. 30 – O Comitê de Crédito e Renegociação será um órgão autônomo e de caráter deliberativo, dividido em dois níveis, a quem compete opinar e decidir, nos limites de sua competência e alçadas, as concessões de crédito, realização de negócios e renegociações.

Comitê de Ética

Art. 31 – O Comitê de Ética será um órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar, aconselhar e atuar na gestão sobre a ética profissional dos empregados da AGÊNCIA e no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cabendo-lhe ainda deliberar sobre condutas antiéticas e sobre transgressões das normas da AGÊNCIA levadas ao seu conhecimento.

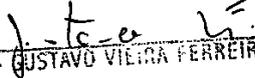
Comitê de Compras e Contratações

15/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RECEITO DOS ATOS
PRATICADOS COM A CARTA EMITIDA A PARTE.
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/consultaadmissao> informe o nº de protocolo. Pag. 33/49



Art. 32 – O Comitê de Compras e Contratações será um órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e decidir, nos limites de sua competência, sobre as compras e as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação específica, e opinar sobre a deflagração de processos licitatórios de alçada superior.

Comitê de Elegibilidade

Art. 33 – O Comitê de Elegibilidade será um órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de auxiliar os acionistas, verificando e opinando sobre a conformidade do processo de indicação e de avaliação de administradores e conselheiros fiscais.

Parágrafo Único – O Comitê de Elegibilidade será composto pelos mesmos membros que integram o Comitê de Auditoria, designados pelo Conselho de Administração, sem remuneração adicional.

Comitê de Auditoria

Art. 34 – O Comitê de Auditoria será um órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente, nos limites de sua competência, sobre as matérias previstas no art. 24 da Lei nº 13.303/16, Decreto Estadual nº 46.188/17, nas normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, demais normas aplicáveis e no seu regimento interno.

Art. 35 – O Comitê de Auditoria será integrado por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição.

§1º – A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral, compatível com o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, e em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

§2º – Caso o integrante do Comitê de Auditoria seja também membro do Conselho de Administração deverá optar pela remuneração de membro do referido Comitê.

§3º – Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deverá possuir comprovada experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria ou no setor de atuação da AGÊNCIA.

Art. 36 – Competirá ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I – opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II – supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da AGÊNCIA;

III – supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da AGÊNCIA;

16/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/seridos> ou <http://www.jucerja.org.br/seridos> e informe o nº de protocolo.



IV – monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela AGÊNCIA;

V – avaliar e monitorar exposições de risco da AGÊNCIA, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da AGÊNCIA;
- c) gastos incorridos em nome da AGÊNCIA.

VI – avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas;

VII – elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;

VIII – avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando AGÊNCIA for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Art. 37 – O Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo, uma reunião mensal, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL

Da Composição, Eleição e Posse

Art. 38 – O Conselho Fiscal, que funcionará em caráter permanente, será composto de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções.

§1º – Na constituição do Conselho Fiscal, deverá ser observado o disposto na Lei nº 13.303/16 e no Decreto Estadual nº 46.188/17, ou outro que venha alterá-lo ou substituí-lo.

§2º – A posse e o exercício dos cargos de membro do Conselho Fiscal estão condicionados à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

§3º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal estender-se-á até a investidura dos novos Conselheiros eleitos.

§4º – Não havendo titular(es) indicado(s) para ocupar a vaga destinada aos acionistas minoritários, caberá ao acionista controlador sua livre indicação.

§5º – O Conselho Fiscal, sem prejuízo das normas contábeis e fiscais aplicáveis, deverá observar, ainda, no que couber, as instruções editadas pela Auditoria Geral do Estado.

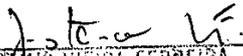
§6º – Os membros do Conselho Fiscal devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela AGÊNCIA sobre os temas previstos na Lei nº 13.303/16 e Decreto Estadual nº 46.188/17.

17/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA ENVIADA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> informe o nº de protocolo. Pag. 37/49



Deveres, Responsabilidades e Competência

Art. 39 – Aos membros do Conselho Fiscal aplica-se o disposto nos arts. 153 a 156 e 165 da Lei nº 6.404/76 e no Decreto Estadual nº 46.188/17, e, ainda, o disposto no § 6º do art. 77 da Constituição Estadual.

Art. 40 – Além das atribuições contidas no art. 163 da Lei nº 6.404/76, compete especialmente ao Conselho Fiscal:

I – eleger seu Presidente, na primeira reunião realizada após a posse.

II – manifestar-se sobre o relatório das Auditorias Interna e Externa e sobre os atos de gestão da AGÊNCIA, recomendando à Diretoria a adoção de medidas corretivas que julgar conveniente; e

III – apresentar parecer conclusivo à Assembleia Geral Ordinária, sobre as contas da Agência referentes ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 41 – Os membros do Conselho Fiscal reunir-se-ão uma vez por mês, em caráter ordinário, podendo ser extraordinariamente convocados por qualquer um de seus membros ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

Da Remuneração

Art. 42 – Os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus a honorários mensais de valor equivalente a 15% (quinze por cento) da média dos honorários atribuídos aos membros da Diretoria Executiva, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da AGÊNCIA.

§1º – O suplente que venha a substituir o membro efetivo, nos seus impedimentos, fará jus à percepção da remuneração atribuída ao titular.

§2º – Caberá ao Presidente da AGÊNCIA a indicação de um empregado qualificado para secretariar o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VII – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, LUCROS, FUNDOS E DIVIDENDOS

Art. 43 – O exercício social da AGÊNCIA abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 44 – Do lucro líquido do exercício, apurado conforme prescrito pelo art. 191 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA ENTREGUE À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> ou <http://www.jucerja.org.br/servicos/validacao> informe o nº de protocolo.



Parágrafo Único – Na forma do art. 195, da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para contingências.

Art. 45 – Do resultado do exercício, a parcela remanescente do lucro anual não destinada à constituição da reserva legal e/ou da reserva para contingências, se for o caso, e à distribuição de dividendos, será transferida à conta de reserva especial de lucros, nos moldes do art. 194 da Lei nº 6.404/76, até o limite do capital social, com a finalidade de aumentar o capital social da AGÊNCIA.

Parágrafo Único – O valor a que se refere o caput deste artigo será transferido para a conta capital social, mediante proposta da Diretoria, ouvidos o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, bem como aprovado pela Assembleia Geral, obedecidas normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Art. 46 – Todas as ações terão direito a um dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da lei.

Parágrafo Único – O valor dos juros, creditado ou pago, a título de remuneração sobre o Capital Próprio, poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios.

Art. 47 – O pagamento de dividendos será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados, sempre dentro do exercício social.

Art. 48 – Os dividendos não reclamados prescreverão em 3 (três) anos, após o que serão destinados para Reserva para Aumento de Capital, devendo ser incorporados por ocasião da primeira Assembleia Geral Extraordinária subsequente.

CAPÍTULO VIII – DOS EMPREGADOS DA AGÊNCIA

Art. 49 – O regime jurídico dos empregados da AGÊNCIA será o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 50 – A admissão na AGÊNCIA somente será realizada mediante a aprovação em concurso público, nos níveis salariais iniciais de cada cargo, salvo para o exercício de cargos em comissão, de livre provimento e exoneração, na forma da Lei Estadual nº 1.692/90, que regulamentou o art. 77, II, da Constituição Estadual.

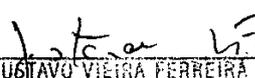
CAPÍTULO IX – DA AUDITORIA INTERNA

Art. 51 – A AGÊNCIA possui, em sua estrutura, um sistema de Auditoria Interna, subordinado diretamente ao Conselho de Administração, que será responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos

19/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONSTA DE CARTA ENTREGUE À PARTE.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DO RIO DE JANEIRO.


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA

Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse http://www.jucerja.org.br/servicos/chancela_digital informe o nº de protocolo.



processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Art. 52 – Sem prejuízo do sistema de Auditoria Interna, a AGÊNCIA deverá contratar, em caráter permanente, serviços de Auditoria Independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Único – Nenhuma contratação de auditoria independente poderá ser efetuada por um período superior a 5 (cinco) anos e sua recontração somente poderá ocorrer após um interstício de 3 (três) anos.

Art. 53 – Os auditores independentes deverão elaborar os relatórios previstos na Resolução CMN nº 3.198/04 ou outra que venha alterá-la ou substituí-la, considerando o mesmo período e data-base das demonstrações financeiras a que se referirem.

CAPÍTULO X – DA OUVIDORIA

Art. 54 – A AGÊNCIA dispõe de uma Ouvidoria, vinculada diretamente à Presidência, a qual tem a finalidade de atuar como canal de comunicação entre a Instituição, clientes e demais interessados, permitindo-lhes a comunicação com a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., mediante o registro de reclamações, elogios e/ou sugestões.

§1º – A atuação da Ouvidoria deve pautar-se pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento, competindo-lhe elaborar respostas adequadas às reclamações recebidas, bem como requisitar as informações e os documentos que considerar necessários às suas atividades.

§2º – A Ouvidoria tem assegurado o acesso às informações necessárias para sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

§3º – A Ouvidoria ao receber comunicações referidas no caput deve dar ciência imediata à área de controle interno da AGÊNCIA e à Auditoria Interna, quando for o caso.

§4º – O Ouvidor é designado, mediante portaria, pelo Presidente dentre empregados da AGÊNCIA, cabendo-lhe atuar sem prejuízo do desempenho de suas atribuições, não recebendo qualquer remuneração além daquela prevista para o seu cargo de origem.

§5º – O mandato do Ouvidor é de 3 (três) anos, permitida a recondução para um único mandato consecutivo, podendo, antes disso, ser destituído por decisão do Presidente.

§6º – O Ouvidor deve estar devidamente apto para o exercício da atividade, comprovado por meio de exame de certificação, que deve abranger, no mínimo, temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos.

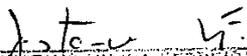
§7º – O Presidente é o responsável pela Ouvidoria junto aos sistemas de controle do Banco Central do Brasil, devendo o Ouvidor estar registrado nos referidos sistemas.

20/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro – 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONFORME CARTA ENVIADA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE CREDITAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DE CREDITAMENTO.


3.881.861-X - GUSTAVO VIERA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaria> ou <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaria> nº do protocolo. Pag. 43/49



§8º – Nas ausências legais e temporárias do Ouvidor, o Presidente designará, mediante Portaria, dentre os empregados da AGÊNCIA, que preencherem os requisitos exigidos para o exercício do cargo, o substituto que responderá como Ouvidor durante o período de afastamento do titular.

§9º – O Ouvidor pode ser destituído da função pelo Presidente, pelo não cumprimento das atribuições a ele determinadas, inadequação à função, não apresentação de certificação ou pela recusa de atualização periódica de seus conhecimentos.

Art. 55 – Além de outras previstas na legislação, constituem atribuições da Ouvidoria:

I – atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e demais interessados;

II – prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;

III – controlar e manter os registros referentes às atividades da Ouvidoria;

IV – informar aos reclamantes o prazo previsto para a resposta final, o qual não ultrapassará o máximo previsto em Resolução do Banco Central do Brasil, contados da data de protocolização da ocorrência;

V – encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo máximo previsto em resolução do Banco Central do Brasil, o qual pode ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas do mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;

VI – encaminhar aos setores competentes pela sua apuração todas as denúncias, tão logo sejam recebidas;

VII – produzir relatórios que expressem expectativas, demandas e nível de satisfação de clientes e da sociedade e sugerir mudanças, tanto gerenciais como procedimentais, a partir da análise e interpretação das manifestações recebidas;

VIII – propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas da AGÊNCIA, em decorrência da análise das reclamações recebidas;

IX – elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, à Diretoria Executiva da AGÊNCIA e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o inciso VII;

X – guardar sigilo referente a informações levadas ao seu conhecimento, no exercício de suas funções e manter sigilo sobre a identidade de denunciante, sempre que solicitado; e

XI – divulgar, por meio dos diversos canais de comunicação da AGÊNCIA, o trabalho realizado pela Ouvidoria, assim como informações e orientações que considerar necessárias ao desenvolvimento de suas ações.



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR E A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DOS ATOS
PRATICADOS CONFORME CARTA EMITIDA À PARTE.
DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E REGISTRO FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO


3.881.661-X - GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/consulta/validar> informe o nº do protocolo.



CAPÍTULO XI – DA GESTÃO DO CONTROLE INTERNO, CONFORMIDADE E RISCOS

Art. 56 – A AGÊNCIA disporá de unidade(s) dedicada(s) à Gestão do Controle Interno, Conformidade e Riscos, sob a liderança de Diretor com independência de atuação, na forma do §4º deste artigo e do art. 16, §2º deste Estatuto.

§1º – São atribuições da unidade que for responsável pela gestão de riscos, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco Central do Brasil e da AGÊNCIA, a identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento de riscos a que estão sujeitos os negócios e processos da AGÊNCIA.

§2º – São atribuições da unidade que for responsável pelo controle interno e conformidade, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco Central do Brasil e da AGÊNCIA, a avaliação e o monitoramento da eficácia dos controles internos e do estado de conformidade corporativo.

§3º – A unidade responsável pelo processo de controle interno e conformidade deverá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades ou quando um membro se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação de irregularidade a ele relatada.

§4º – A AGÊNCIA deverá proporcionar condições adequadas para o funcionamento e independência da(s) unidade(s) responsável(is) pela Gestão de Controle Interno, Conformidade e Riscos, bem como assegurar o seu acesso às informações necessárias ao exercício de suas atividades.

CAPÍTULO XII – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Art. 57 – A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A, seus acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis às atividades da Agência observada a ressalva aplicável aos direitos indisponíveis.

Parágrafo Único – Cada uma das partes envolvidas no litígio indicará 1 (um) árbitro para buscar a solução de controvérsia, e sempre que a quantidade destes for em número par, caberá aos mesmos a indicação de 1 (um) árbitro, de forma tal que a comissão de arbitragem seja sempre composta por um número ímpar de integrantes, com obediência às determinações da Lei nº 9.307/96.

CAPÍTULO XIII – DOS MECANISMOS DE DEFESA

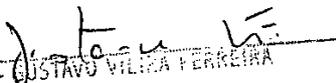
Art. 58 – A AGÊNCIA, por intermédio de seu corpo jurídico próprio ou mediante advogado especialmente contratado, assegurará a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos ou prestação de serviços, aos seus administradores, membros de seus órgãos estatutários e empregados

22/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749



ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR DE REGISTRAÇÃO E PROSEGUO DOS ATOS
PRATICADOS SOB O NÚMERO 3.881.661-X À PARTE.
DEPARTAMENTO DE REGISTRAÇÃO DE EMPRESAS FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA DE REGISTRAÇÃO


3.881.661-X - GUSTAVO VILMA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse http://www.jucerja.org.br/servicos/consulta/validar_documento.php informe o nº do protocolo. Pag. 47/49



mandatários ou prepostos desta AGÊNCIA, por atos relacionados com o exercício de suas funções.

§1º – Além de assegurar a defesa técnica, a AGÊNCIA arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância.

§2º – O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à AGÊNCIA dos valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse da Agência.

§3º – A AGÊNCIA poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de suas funções.

CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

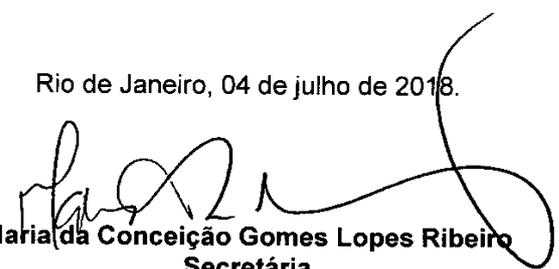
Art. 59 – Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pelas disposições legais em vigor, e, no silêncio destas, por deliberação do Conselho de Administração.

VII – DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Deliberação do Conselho de Administração nº 69/2018, de 24 de janeiro de 2018, Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 19 de março de 2018 e Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27 de abril de 2018, foram arquivadas na Sede da AGÊNCIA.

VIII – ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Presidente: Sra. Luciana da Costa Martins de Almeida; Secretária: Sra. Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro; Acionistas: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Sra. Luciana da Costa Martins de Almeida, conforme Ofício GG nº 178/2018, de 29 de junho de 2018, e Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, representada por sua Diretora-Presidente, Sra. Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro.

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro respectivo de Atas das Assembleias Gerais nº 03, fls. 052 a 072.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2018.

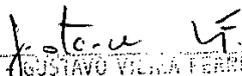


Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro
Secretária

23/23

Avenida Rio Branco, 245 – 3º andar – Centro - 20040-917 - Rio de Janeiro, RJ – Tel:(21)2333-1212
Ouvidoria: 0800-282-2749

ATESTAMOS QUE ESTE DOCUMENTO FOI SUBMETIDO
A EXAME DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM PROCESSO
REGULAR DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO DOS ATOS
PRATICADOS EM NOME DO ESTADO À PARTE.
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO FINANCEIRO
GERÊNCIA DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO


3.881.661-X GUSTAVO VIEIRA FERREIRA
Analista

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

NIRE: 333.0027235-6 Protocolo: 00-2018/166050-4 Data do protocolo: 01/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/08/2018 SOB O NÚMERO 00003238292 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EDF8A358FF82102356D8A3E53E682E7E8205D4529A6AE421B2B79977A3025AF5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> ou <http://www.jucerja.org.br/servicos/chancelaria> nº de protocolo.



OF PR/AgeRio 48/2018

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018

Ilmo. Sr.

JULIO CESAR CARMO BUENO

Presidente em exercício do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio
Avenida Rio Branco, nº 245, 3º andar, Centro
20.040-917 – Rio de Janeiro – RJ

A/C Gabinete da Presidência

Assunto: Renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - AgeRio

Prezado Presidente,

1 Conforme entendimentos, venho formalizar a minha renúncia, a partir de 16 de janeiro de 2019, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A – AgeRio, ao qual fui eleita na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2017, por motivos estritamente pessoais.

2 Por oportuno, agradeço a confiança e a oportunidade que me foram dispensadas.

Atenciosamente,



HELIA LUCIA PATRICIA DE AZEVEDO
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem aos Acionistas

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Introdução

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

Em 2019, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento a demandas de apoio financeiro que visam à sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público.

Em relação a recursos de terceiros, durante o exercício, a AgeRio operou com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio do Programa Inovacred. O objetivo é fomentar a inovação nas micro, pequenas e médias empresas, por meio do financiamento ao investimento fixo, à aquisição de máquinas e equipamentos e ao capital de giro associado.

3. Panorama Econômico

No ano de 2019, o cenário internacional, apesar de ainda muito volátil, apresentou melhores resultados em relação às condições que prevaleciam no final de 2018 e início de 2019. Naquele momento, havia uma combinação de expectativas de recessão, pelo Federal Reserve; tensões comerciais entre China e Estados Unidos, assim como os riscos geopolíticos (Brexit, indefinições políticas na Itália, crise com o Irã, crise econômica da Argentina, dentre outros).

Apesar disso, o processo de recuperação da economia brasileira ganhou fôlego no ano corrente. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), a projeção de crescimento da economia brasileira é de 1,2%. Essa projeção refletiu principalmente na evolução dos fatores domésticos. Entre eles, destacam-se: a aprovação de reformas estruturais, como a da Previdência e o encaminhamento de outras reformas que permitirão equacionar o desequilíbrio fiscal estrutural; a gradativa consolidação do marco regulatório e dos programas de concessões e parcerias público-privadas na área de infraestrutura; a continuidade do ajuste fiscal no curto prazo, com forte controle do gasto público; e a redução da taxa Selic e a expansão do crédito.

A recuperação, ainda que gradual, do mercado de trabalho se deu principalmente pelo aumento do consumo. A taxa ocupação tem crescido a um ritmo relativamente forte, apesar de apresentar uma leve desaceleração. Além disso, embora com menos intensidade, a maioria das ocupações criadas ainda vem ocorrendo no setor informal. Mesmo assim, o ano de 2019 foi encerrado com a criação de 644 mil novos postos de trabalho e com crescimento do salário real, segundo o Ministério da Economia.

Em relação à política monetária de 2019, a inflação fechou o ano em 4,31%, muito próxima da meta de 4,25%. Entretanto, mesmo com a inflação sob controle, ocorreram 2 choques no final do ano: carne e energia elétrica. No caso da carne, a alta observada decorre do forte aumento do consumo chinês, já a energia elétrica é explicada pelo baixo nível dos reservatórios. O fato de a inflação estar sob controle,

mesmo com choques transitórios, permitiu ao BCB continuar com a política de queda da taxa básica de juros, que vem ocorrendo desde julho. Em vista disso, a SELIC começou o ano que passou em 6,5% e terminou em 4,5%.

Diferentemente de todas as recuperações econômicas pelas quais o país passou, que grande parte foram impulsionadas pelo aumento do gasto público, seja através de investimentos ou desonerações tributárias, a recuperação atual tem sido puxada, sobretudo, pelo setor privado. Nessa conjuntura, é esperada a continuidade de um processo lento de recuperação, contudo mais consistente no longo prazo, tanto no país quanto no estado do Rio de Janeiro.

Em relação a economia fluminense, a perspectiva de desempenho em 2019 se consolida para um crescimento do PIB de 0,9%, segundo dados da FIRJAN. Este resultado representa um crescimento tímido da economia local, tendo em vista a forte queda do biênio 2015 e 2016 e o crescimento modesto em 2017 e o previsto de 2018, retratando a lenta recuperação da atividade produtiva fluminense.

O consumo das famílias ainda não apresenta sinais consistentes de recuperação, mas observa-se, na margem, uma ligeira melhora no mercado de trabalho fluminense, embora permaneça com elevado nível de ociosidade. Dados do emprego formal, disponibilizados pelo Caged/ME, corroboram a melhora do mercado de trabalho no estado. Foram criados 15,3 mil empregos formais no ano de 2019, concentrados nos segmentos de comércio, serviços e construção civil.

Sob a ótica da oferta, a atividade industrial no estado continuou a sua trajetória de expansão no trimestre finalizado em agosto, 1,3%, registrando a sua terceira alta consecutiva. O resultado do período refletiu basicamente o bom desempenho das atividades ligadas à cadeia produtiva do petróleo. Apesar da alta na produção, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostram tanto o decréscimo de 1,5 p.p. do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) no último trimestre, atingindo 75,3% (contra média histórica de 79,6%), quanto a perda de confiança dos empresários fluminenses.

4. Desempenho

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou um lucro líquido de R\$ 7,2 milhões no ano de 2019, com Patrimônio Líquido de R\$ 474,7 milhões e ativo total de R\$ 568,4 milhões. Os investimentos em operações de crédito somam R\$ 254,1 milhões, 53,6% superior ao mesmo período de 2018, composto por 73,8% de recursos próprios e 26,2% com recursos de terceiros.

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até duzentos mil reais. O MPO financia atividades produtivas de pequeno porte localizadas no estado do Rio de Janeiro.

O ano de 2019 foi marcado pelo avanço das operações. O volume de financiamentos concedidos totalizou um montante de R\$ 1.277.050,00, mais do que o triplo do ano anterior. A captação de clientes aconteceu, predominantemente, por meio de atendimento direto na agência, baseado principalmente na renovação de créditos de antigos clientes.

Também foi realizado um esforço de atualização normativa, decorrente tanto de mudanças na legislação quanto de melhorias administrativas. As normas e procedimentos foram alterados no intuito de aumentar o valor do financiamento, podendo chegar até a 21 mil reais. Além disso, foi reinserido normas de aval solidário, uma modalidade de garantia particularmente favorável ao fomento em comunidades.

Adicionalmente, além dos servidores disponibilizados pelas prefeituras conveniadas do programa para atuar como agentes de microcrédito, foi estabelecido um novo modelo com parceiros privados. Esse novo modelo, implementando por meio

de projeto piloto de credenciamento de correspondentes privados remunerados por resultados, iniciou uma nova fase do programa de MPO da Agência.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

4.2.2.1. Operações de Crédito

No ano de 2019, as operações de crédito contratadas com pessoa jurídica totalizaram R\$ 134,7 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Em 2019, 349 empresas receberam financiamento até 300 mil (representando 92,55% das contratações), 21 financiamento acima de 300 mil (5,59%) e 7 empresas financiamento de inovação (1,86%).

Em linha com o potencial do segmento das micro e pequenas empresas para geração de emprego e renda no cenário de recuperação econômica do Estado, foi dado continuidade ao projeto Rio em Ação – Agenda Positiva Micro e Pequena Empresa, uma parceria da AgeRio com Banco do Brasil, Caixa e Sebrae/RJ, com participação da FINEP e do BNDES. A união de esforços das instituições financeiras e do Sebrae proporcionou orientação financeira e não financeira às MPEs, além de atendimento individualizado aos interessados, por meio de eventos realizados em diversos municípios do Estado. Ao todo foram realizados oito eventos em diversas regiões do Estado.

4.2.2.2. Investimentos em Participações

Na posição de 31 de dezembro de 2019, a AgeRio havia integralizado um total de R\$ 20,9 milhões em 4 Fundos de Investimentos em Participação (FIP) e 1 Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). Os fundos investidos contribuíram para o desenvolvimento de 23 projetos fluminenses (13 de empresas, 3 de infraestrutura de salas de cinema e 7 de produção ou distribuição de filmes). As participações societárias indiretas, operacionalizadas por meio dos fundos, contam com a administração e a gestão de especialistas, realizadas por instituições certificadas e autorizadas pela CVM para tais funções, proporcionando maior governança e profissionalismo aos investimentos feitos.

Considerando os valores dos demais cotistas, o total aprovado para aportes no Rio de Janeiro somou R\$ 134,1 milhões – o que representa uma alavancagem de investimentos no estado de 6,42 vezes o valor desembolsado pela AgeRio.

4.2.3 Operações com Setor Público

As operações com setor público representaram, em 2019, 3,09% das contratações realizadas no período, beneficiando municípios das regiões Metropolitana e Sul Fluminense. No exercício, a AgeRio prospectou operações com 40 municípios no Rio de Janeiro, na qual realizou contratações com Miguel Pereira, no valor de R\$ 4,50 milhões, e Paty do Alferes, no valor de R\$ 3,51 milhões.

5. Carteira de Crédito – Própria e Administradas

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R\$ 1,750 bilhão, assim composto:

- a) A carteira de crédito própria apresentou saldo de R\$ 254.110 mil, um aumento de 53,6% em relação à posição de fechamento do exercício anterior;
- b) As carteiras administradas pela AgeRio apresentaram saldo de R\$ 1,496 bilhão, sendo compostas pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES), Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses (FREMFL) e Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO), os dois últimos indisponíveis para realização de novas operações de crédito ao longo de 2019.

CARTEIRA PRÓPRIA + CARTEIRA ADMINISTRADA		
Fonte	31/12/2018	31/12/2019
PRÓPRIA CP	R\$ 43.414.156,87	R\$ 56.527.154,58
PRÓPRIA LP	R\$ 122.030.034,16	R\$ 197.583.156,55
CARTEIRA PRÓPRIA	R\$ 165.444.191,03	R\$ 254.110.311,13
FUNDES	R\$ 1.501.242.618,71	R\$ 1.496.625.812,21
FREMF	R\$ 287.202,70	R\$ -
FEMPO	R\$ 7.575,53	R\$ 7.307,15
CARTEIRA ADM.	R\$ 1.501.537.396,94	R\$ 1.496.633.119,36
CARTEIRA GERAL	R\$ 1.666.981.587,97	R\$ 1.750.743.430,49

6. Gestão

6.1. Governança

A AgeRio possui estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social e em normativos internos, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, garantindo a tomada de decisões de forma colegiada e transparente, assegurando a conformidade de seus processos.

Em 2019 a Agência aprovou em Assembleia Geral a reforma de seu Estatuto Social, fortalecendo o processo de aprimoramento contínuo e contemplando, entre outras alterações: (i) a exclusão de suplentes para o Conselho de Administração, em atendimento à determinação do Banco Central do Brasil na análise da Assembleia Geral Extraordinária de 04 de julho de 2018; (ii) a inclusão para contemplar a atuação da Ouvidoria como última instância na prestação de atendimento às demandas dos clientes e demais interessados, conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.433/2015. Nessa reforma também foi incorporada a atribuição de Remuneração ao Comitê de Elegibilidade, para contemplar o critério e as atribuições do referido comitê em relação à Política de Remuneração dos Administradores, em atendimento à Resolução CMN nº 3921/2010. Além do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, no Estatuto Social da Agência estão definidos os seguintes Comitês que compõem a estrutura de

governança da empresa: Comitê de Crédito e Renegociação, Comitê de Compras e Contratações, Comitê de Investimentos, Comitê de Ética e Comitê de Auditoria. Os Comitês possuem regimes de alçadas e regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Ao longo do exercício, a AgeRio consolidou o conjunto de políticas e normas necessárias para atendimento das diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que se encontra integralmente atendida e refletida em sua estrutura de governança.

6.2. Ética

As atividades da AgeRio e todas as ações de sua Administração, empregados e colaboradores, são pautadas em transparência, princípios éticos e pelo valor da integridade. O Código de Ética e Conduta está adequado às normas legais vigentes e às boas práticas de mercado no que concerne à prevenção à lavagem de dinheiro e ao fortalecimento da governança corporativa e da cultura ética. A AgeRio possui Comitê de Ética autônomo instalado para apuração de infrações éticas por parte do corpo funcional, nos termos do Decreto Estadual nº 43.583/2012. A empresa promove anualmente iniciativas para disseminar, por toda a organização, os preceitos éticos que orientam a atuação da AgeRio.

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos, Finanças, Controle Interno e Compliance da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AGÊNCIA compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AGÊNCIA para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A AgeRio cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013. A tabela a seguir demonstra as principais contas do Demonstrativo de Limites operacionais da AGÊNCIA.

(R\$ Mil)	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	468.462
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	423.927
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	445.973
RWACPAD	302.707
RWAOPAD	143.267
RWA PARA RISCO DE MERCADO	0
VALOR TOTAL DA RBAN	154
LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO	211.964
Índice de Basileia (IB)	95,06%
Índice de Basileia Exigido	13,00%

6.4 Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e padrões éticos e de integridade promovidos pela Agência, permitindo, deste modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro

e ao financiamento do terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração e estão estruturadas por política interna aprovada pelo Conselho de Administração. Além de ações preventivas e de detecção, a empresa capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

A AgeRio possui Programa de Integridade, que consiste no conjunto de valores, normas e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta.

Em linha com o conjunto de ações para o fortalecimento deste programa, a AgeRio dispõe de um canal de denúncias, que possibilita aos empregados, clientes, fornecedores e público em geral o envio de comunicações de irregularidades ou inconformidades, por meio de ambiente apropriado em seu sítio eletrônico, com a preservação do sigilo da identidade do comunicante.

7. Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade socioambiental é um dos valores institucionais da AgeRio e reflete-se em todas as ações, negócios, gestão e relacionamentos da AGÊNCIA. Em relação a apoio financeiro, a AgeRio incentiva a execução de projetos que apresentem impactos ambientais positivos por meio de linhas de financiamento com condições especiais para projetos ecoeficientes.

As relações de trabalho são pautadas pela ética e transparência, incentivo à gestão participativa e à meritocracia, bem como pelo respeito à diversidade. A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Em 31 de dezembro de 2019, 39% do quadro de empregados e 47% das funções de gestão (coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores) eram ocupados por mulheres.

A Administração

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A
CNPJ:05.940.203/0001-81
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2019

ATIVO			PASSIVO		
	R\$ mil			R\$ mil	
	2019	2018		2019	2018
CIRCULANTE	<u>299.789</u>	<u>326.677</u>	CIRCULANTE	<u>46.533</u>	<u>36.897</u>
DISPONIBILIDADES	<u>27</u>	<u>4</u>	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	<u>18.512</u>	<u>20.384</u>
Caixa	2	1	BNDES	6.023	9.177
Bancos	25	3	FINAME	1.489	2.529
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<u>4 228.215</u>	<u>260.342</u>	FINEP	11.000	8.678
LFT	10.472	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>11 28.021</u>	<u>16.513</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	217.743	260.342	Cobrança e Arrecadação de Tributos	-	7
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>5 44.759</u>	<u>35.944</u>	Sociais e Estatutárias	7.200	2.700
Operações de Crédito	<u>56.542</u>	<u>43.413</u>	Fiscais e Previdenciárias	1.980	1.668
- Setor Privado	51.860	38.264	Diversas	18.841	12.138
- Setor Público	4.682	5.149	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>12 47.123</u>	<u>48.906</u>
(Provisão para Operações de Crédito)	(11.783)	(7.469)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	<u>10 47.123</u>	<u>48.906</u>
OUTROS CRÉDITOS	<u>6 4.225</u>	<u>7.139</u>	BNDES	5.772	11.653
Diversos	4.225	7.139	FINAME	1.670	3.157
OUTROS VALORES E BENS	<u>22.564</u>	<u>23.248</u>	FINEP	39.681	34.096
Bens não de Uso Próprio	7 28.729	29.029	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>12 474.797</u>	<u>472.092</u>
Impairment de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)	CAPITAL SOCIAL	468.949	468.948
Despesas Antecipadas	498	436	Capital Social	468.949	468.948
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>257.356</u>	<u>217.550</u>	Aumento de Capital	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<u>4 81.643</u>	<u>120.636</u>	RESERVAS DE LUCROS	5.848	3.144
LFT	47.123	93.887			
Cotas de Fundos em Participação	34.110	26.448			
Cotas dos Fundos Garantidores	410	301			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>5 175.713</u>	<u>96.914</u>			
Operações de Crédito	<u>197.608</u>	<u>122.030</u>			
- Setor Privado	183.517	107.887			
- Setor Público	14.091	14.143			
(Provisão para Operações de Crédito)	(21.895)	(25.116)			
PERMANENTE	<u>11.308</u>	<u>13.668</u>			
IMOBILIZADO DE USO	<u>8 3.281</u>	<u>4.372</u>			
Edificações	8.865	8.865			
Instalações	6	6			
Móveis e Equipamentos	916	915			
Sistema de Comunicação	48	37			
Equipamento de Processamento de Dados	1.984	1.980			
Depreciações Acumuladas	(8.538)	(7.431)			
INTANGÍVEL	<u>9 8.027</u>	<u>9.296</u>			
Licença de Uso de Software	14.272	14.231			
Amortização Acumulada	(6.245)	(4.935)			
Licença de Uso de Software					
Amortização Acumulada					
TOTAL	<u>568.453</u>	<u>557.895</u>	TOTAL	<u>568.453</u>	<u>557.895</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondos
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A
CNPJ:05.940.203/0001-81
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 e 2018

	R\$ mil		
	SEGUNDO	EXERCÍCIO FINDO EM	
	SEMESTRE	31 DE DEZEMBRO	
	2019	2019	2018
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>16.940</u>	<u>42.516</u>	<u>37.543</u>
Receita de Operações de Crédito	8.597	15.966	14.673
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	8.344	26.550	22.870
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(3.393)</u>	<u>(5.756)</u>	<u>(8.016)</u>
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.193)	(2.749)	(3.487)
Provisão para Operações de Crédito	(2.200)	(3.007)	(4.529)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>13.547</u>	<u>36.760</u>	<u>29.527</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(12.055)</u>	<u>(25.183)</u>	<u>(24.178)</u>
Receita de Prestação de Serviços	8.048	15.173	13.221
Despesa de Pessoal	(15.053)	(29.784)	(27.574)
Outras Despesas Administrativas	(3.979)	(7.960)	(7.935)
Despesas Tributárias	(1.399)	(3.093)	(2.741)
Outras Receitas Operacionais	396	557	939
Outras Despesas Operacionais	(68)	(76)	(89)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>1.492</u>	<u>11.577</u>	<u>5.349</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(266)	1.999
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.492	11.311	7.348
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>673</u>	<u>(3.617)</u>	<u>(4.061)</u>
Provisão para Imposto de Renda	427	(2.219)	(2.193)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	246	(1.398)	(1.868)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(490)	(490)	(474)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>1.675</u>	<u>7.204</u>	<u>2.814</u>
Juros s/Capital Próprio	(4.500)	(4.500)	(2.700)
por ação do capital social	<u>0.01</u>	<u>0.04</u>	<u>0.02</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência:
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ:05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018(MÉTODO INDIRETO)

	R\$ mil		
	SEGUNDO SEMESTRE/2019	EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO 2019	EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO 2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO	1.675	7.204	2.814
Ajustado por:			
Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	446	508
Depreciações e Amortizações	1.213	2.430	2.418
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	2.200	3.007	4.217
Reversão de Provisão Passivo Contingente	66	66	33
Ajuste Efeito Líquido JCP	(4.500)	(4.500)	(1.502)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	654	8.653	8.488
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(3.820)	(4.903)	(11.670)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	61.108	71.120	3.104
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(77.965)	(90.621)	(6.745)
Redução (aumento) em Outros Créditos	5.597	2.915	2.725
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	46	239	1.321
(Redução) aumento em Outras Obrigações	7.394	11.444	(11.829)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(247)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.166)	3.750	(3.183)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(60)	(71)	(109)
Baixa de Imobilizados	(1)	(1)	(0)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(61)	(72)	(109)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	3.250	(3.655)	(6.747)
Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos – JCP	-	-	10.000
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.250	(3.655)	3.253
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	22	23	(39)
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	5	4	43
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	27	27	4
AUMENTO(REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	22	23	(39)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Presidência:
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - em R\$ mil

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 30/JUN/19	468.949	2.408	1.012	5.253	477.622
Ajuste de Exercício Anterior					-
Aumento de Capital com Reservas					-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos					-
Lucro Líquido do Semestre				1.675	1.675
Destinações					
Constituição de Reservas		84	2.344	(2.428)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(4.500)	(4.500)
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.949	2.492	3.356	0	474.797
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	84	2.344	(5.253)	(2.825)
SALDOS EM 31/DEZ/17	453.102	2.080	5.846	-	461.028
Ajuste de Exercício Anterior				(247)	(247)
Aumento de Capital com Reservas	5.846		(5.846)		-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos	10.000				10.000
Lucro Líquido do Exercício				2.814	2.814
Destinações					-
Constituição de Reservas		52	1.012	(1.064)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(1.502)	(1.502)
SALDOS EM 31/DEZ/18	468.948	2.132	1.012	0	472.092
MUTAÇÕES DO PERÍODO	15.846	52	(4.834)	0	11.065
Ajuste de Exercício Anterior					-
Aumento de Capital com Reservas					-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos					-
Lucro Líquido do Exercício				7.204	7.204
Destinações					-
Constituição de Reservas		360	2.344	(2.704)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(4.500)	(4.500)
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.948	2.492	3.356	0	474.797
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	360	2.344	-	2.704

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP, e do FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Apóia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, quando não conflitantes com as regulamentações do CMN e BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Em 9 de março de 2020, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da instituição é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda e expressas em milhares de reais, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras), a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento.

A AgeRio vem investindo em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos, inclusive os apurados conforme Instrução CVM nº 579/2016, tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

e.1) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

e.2) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

e.3) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados ao Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

g) Ativo Permanente

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.

h) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base o Art. 1º, Inciso I, da Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

k) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

l) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 11 – “c2”.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

m) Créditos tributários

Com base no histórico de operação da Instituição, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais. Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.

NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12/2019	12/2018
I – Curto Prazo	228.215	260.342
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	217.743	260.342
LFT – Carteira Própria	10.472	-
II – Longo Prazo	81.643	120.636
LFT – Carteira Própria	47.123	93.887
Cotas de Fundos em Participações (ii)	34.110	26.749
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	410	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	309.858	380.978

- (i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP e FI CAIXA AgeRio, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco e pela Caixa Econômica Federal. O Fundo Exclusivo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo elsouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O FI CAIXA é um fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.

- (ii) As aplicações em cotas de Fundos em Participações, que totalizam R\$ 34.110 mil em 2019 (R\$ 26.749 mil em 2018), são investimentos que visam atender o objeto social da AGÊNCIA, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. A Instrução nº 578, de 30 de agosto de 2016, emitida pela CMN, consolidou em um único tipo de Fundo (FIP - Fundo de Investimento em Participações) diversas categorias de Fundos anteriormente existentes, vide composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
BBI	R\$ 10.000	R\$ 9.600	R\$ 23.911
Performa Key	R\$ 5.000	R\$ 4.218	R\$ 3.983
NascenTI	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 2.514
Funcine	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 1.051
Br Startups	R\$ 3.000	R\$ 3.000	R\$ 2.651
Total (ii)	R\$ 22.000	R\$ 20.818	R\$ 34.110

- (iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos, correspondem a R\$ 410 mil em dezembro de 2019 (R\$ 301 mil em 2018).

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
FGI	R\$ 45	R\$ 45	R\$ 78
FGO	R\$ 140	R\$ 140	R\$ 332
Total (iii)	R\$ 146	R\$ 146	R\$ 410

As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações 2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão 2019 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações 2018	Valor da Provisão 2018
AA		-				-	-
A	64.874	0,5	324	0	324	14.918	75
B	86.933	1	874	0	863	56.872	595
C	68.644	3	2.059	990	3.049	59.283	3.024
D	260	10	26	3	29	568	67
E	23	30	7	0	7	-	0
F	3.632	50	1.816	4	1.819	4.211	2.112
G	11.569	70	8.098	1.301	9.399	25.483	22.603
H	18.214	100	18.175	0	18.175	4.109	4.109
TOTAL	254.150		31.379	2.298	33.677	165.444	32.585

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	2019	2018
Saldo no início do período	32.585	30.825
Constituição da provisão	5.161	4.689
Constituição da provisão adicional	18	2.545
Reversão de provisão	(1.960)	(3.281)
Créditos baixados para Prejuízo	(2.127)	(2.193)
Saldo no fim do período	33.678	32.585

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	2019	2018
Setor Privado	51.860	38.264
Recursos Próprios	32.634	20.479
Repasse	19.226	17.785
Setor Público	4.682	5.149
Recursos Próprios	4.566	4.951
Repasse	116	198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.783)	(7.469)
Saldo Final do Período	44.759	35.944

Longo Prazo	2019	2018
Setor Privado	183.517	107.887
Recursos Próprios	136.297	60.147
Repasse	47.220	47.740
Setor Público	14.091	14.143
Recursos Próprios	14.091	14.028
Repasse	-	115
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(21.895)	(25.116)
Saldo Final do Período	175.713	96.914

d) Classificação da carteira por vencimento das parcelas

	2019	2018
Vencidas	3.410	1.346
Até 60 dias	872	942
De 60 dias a 180 dias	1.243	306
Acima de 180 dias	1.295	98

	2019	2018
Vincendas	250.739	164.098
Até 180 dias	25.268	19.126
De 181 a 360 dias	27.863	22.942
Acima de 360 dias	197.608	122.030

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade

Setor de atividade	2019	2018
Administração pública	15.443	19.293
Alimentos e Bebidas	21.109	19.316
Comércio	45.129	20.679
Construção e Imobiliário	8.560	5.889
Educação, Saúde e outros	20.886	18.769
Máquinas e equipamentos	2.582	3.925
Mineração	1.631	4.743
Químico e Petroquímico	4.408	3.731
Serviços Privados	35.370	25.225
Telecomunicações	18.756	20.150
Outros	80.276	23.724
Total	254.150	165.444

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Impostos e Contribuições a Compensar	1.386	1.387
Adiantamentos e Antecipações	162	169
Devedores por depósito em garantia	80	80
Conta transitória de financiamento	2.555	5.280
Diversos	42	223
Total	4.225	7.139

O saldo de R\$ 2.555 mil da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se a recebimentos ocorridos no final do mês a classificar no mês seguinte.

NOTA 7 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	2019	2018
Bens não de uso próprio	28.729	29.029
<i>Impairment</i> de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)

O valor de R\$ 28.729 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos Bens não de uso em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

NOTA 8 – IMOBILIZADO DE USO

BENS	Taxa de Depreciação	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2018
IMOBILIZADO DE USO		3.281	(1.091)	-	4.372
Custo de aquisição		11.819	30	14	11.803
Edificações	8%	8.865			8.865
Instalações	10%	6			6
Móveis e Equipamentos	10%	916	15	14	915
Sistemas de Comunicação	10%	48	11	-	37
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.984	4	-	1.980
Depreciação Acumulada		(8.538)	(1.121)	14	(7.431)

A taxa de depreciação fixada para “Edificações” corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

Em 31 de Dezembro de 2019, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

A administração realizou a avaliação interna e não foram identificados indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Imobilizado da AgeRio.

NOTA 9 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 2019	Adições	Transferência	Saldo em 2018
ATIVOS INTANGÍVEIS	8.027	(1.269)	-	9.296
Custo de aquisição	14.272	41	-	14.231
Licenças Antes de 01/10/2013	126	-	-	126
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
Licenças A Partir de 01/10/2013				14.105
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.833	41	172	12.620
Licença Uso Software – Em Andamento	-	-	(172)	172
Amortização Acumulada	(6.245)	(1.310)	-	(4.935)

- (i) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Temporário” é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.
- (ii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Permanente” é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017.

- (iii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Em Andamento” é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, que teve sua execução finalizada no 1º semestre/2019. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.

A administração realizou a avaliação interna e não foi identificado indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Intangível da AgeRio.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

	2019	2018
CURTO PRAZO	18.512	20.384
BNDES	6.023	9.177
Finame	1.489	2.529
FINEP	11.000	8.678
LONGO PRAZO	47.123	48.906
BNDES	5.772	11.653
Finame	1.670	3.157
FINEP	36.681	34.096

Correspondem a recursos originários de Instituições oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros pós-fixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos, taxas e indexadores.

b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

	2019	2018
Até 180 dias	10.132	10.146
De 181 a 360 dias	8.380	10.238
Acima de 360 dias	47.123	48.907
Vincendas	65.635	69.291

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	2019	2018
Dividendos - Governo do Estado do RJ	2.484	773
JCP - Governo do Estado do RJ	4.716	1.927
Total (i) e (ii)	7.200	2.700

- (i) Em 09 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social, no montante de R\$ 2.700 mil, relativos aos Dividendos e Juros Remuneratórios do Capital Próprio provisionado em dezembro de 2018, e encontra-se em homologação junto ao Banco Central do Brasil (BCB) para posterior registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e contabilização. No exercício de 2019 foi efetuada uma provisão no valor de R\$ 4.500 mil.
- (ii) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 do RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

b) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	225	236
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	444	187
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	23	26
Impostos e Contribuições s/ salários	1.288	1.219
Total	1.980	1.668

c) Diversas

c.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar

	2019	2018
Provisão Para Despesas de Pessoal	3.976	3.625
Outras Despesas Administrativas	91	66
Outros Pagamentos	52	40
Total	4.119	3.731

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

c.2) Provisão Para Passivos Contingentes

	2019	2018
FGI – Honra recebida	124	125
Passivos Trabalhistas	252	187
Total	376	312

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 252 mil em 12/2019 foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 2.946 mil. No exercício de 12/2018, o valor estimado era de R\$ 3.100 mil.

c.3) Credores Diversos no País

	2019	2018
Recursos do FEMPO	2	7
Repases - FUNDES / FREMF	6.864	5.982
Recursos do FUNGETUR	6.619	-
Diversos	861	1.633
Total	14.346	7.622
Total Diversas	18.841	11.665

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se quase que na sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para repasse no mês seguinte. Em 2019 a AgeRio tornou-se credenciada do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito. Esse fundo é vinculado ao Ministério do Turismo e voltado para a melhoria da infraestrutura turística, fornecendo base para beneficiar cidades que desejam investir no setor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 468.949 mil (quatrocentos e sessenta e oito milhões e novecentos e quarenta e nove mil reais) e em 2018 eram R\$ 468.949 mil, representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
Total	170.880.389

b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal.

NOTA 13 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

	2019	2018
Receita com Operações de Crédito	15.966	14.673
Receita com Títulos Públicos Federais	3.072	5.672
Receita com Fundos de Investimentos Renda Fixa	15.948	16.473
Resultado com Fundos de Investimentos em Participações	7.530	725
Total	42.516	37.543

b) Receita com a Prestação de Serviços

	2019	2018
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	12.622	12.257
Receita com Tarifas	2.551	964
Total	15.173	13.221

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

c) Despesa de Pessoal

	2019	2018
Proventos	16.485	15.673
Encargos Sociais	5.764	5.390
Honorários de diretores e conselheiros	1.918	1.646
Benefícios	4.948	4.302
Treinamentos	205	167
Estagiários	464	396
Total	28.784	27.574

d) Outras Despesas Administrativas

	2019	2018
Despesa de Energia Elétrica	180	210
Despesa de Aluguéis	36	106
Despesa de Comunicação	171	162
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	299	279
Despesa com Materiais	68	43
Despesa Processamento de Dados	1.950	2.170
Despesa Promoções e Relações	37	56
Despesa de Propaganda e Publicações	134	147
Despesa de Seguros	73	81
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	118	81
Despesa com Serviço de Terceiros	800	499
Despesa Serviço de Vigilância	81	113
Despesa Serviço Técnico Especializado	175	272
Despesa de Transporte	173	186
Despesa com Viagens	120	113
Outras Despesas Administrativas	1.115	1.000
Despesa com Depreciação e Amortização	2.430	2.418
Total	7.960	7.935

e) Despesas Tributárias

	2019	2018
ISS	380	293
COFINS	2.198	1.994
PIS	357	324
Outros Impostos e Taxas	158	130
Total	3.093	2.741

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	11.311	11.311	7.348	7.348
Participação nos lucros	490	490	474	474
Juros sobre o Capital Próprio	4.500	4.500	2.700	2.700
Resultado após participações	6.321	6.321	4.174	4.174
Adições	3.371	3.371	5.649	5.649
Exclusões	370	370	3.627	3.627
Lucro Líquido Ajustado	9.322	9.322	6.196	6.196
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	446	446
Base I.R. e Contrib. Social	9.322	9.322	6.642	6.642
IR - 25% e CSLL - 20% (2020) e 15% (2019)	2.219	1.398	1.534	1.328
Ganho Tributário JCP	1.098	675	659	540

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 16 – SEGUROS

SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR MÁXIMO DE COBERTURA (R\$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2019 a 25/02/2020	6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2019 a 17/04/2020	15.000

Em 31 de dezembro de 2019, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 17 – LIMITES OPERACIONAIS

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada.

A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	468.462	462.797
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	423.927	418.262
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	445.973	582.131
- RWA _{CPAD}	302.707	452.384
- RWA _{OPAD}	143.267	129.746
- RWA _{MPAD}	0	0
RBAN	154	627
Limite para Imobilização (LI)	211.964	209.131
Situação para Limite de Imobilização	3.281	4.372
Índice de Imobilização (II)	0,77%	1,05%
Índice de Basiléia (IB)	95,06%	71,85%
IB Amplo	N/A	70,96%

NOTA 18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as recomendações dos supervisores, reguladores e as práticas de mercado e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e de auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário designado para responder pelo controle interno, conformidade e riscos da instituição. A Política de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos está alinhada aos objetivos estatutários e estratégicos e define regras de atuação que dão suporte à execução de todas as atividades da AGÊNCIA e estão acessíveis a todos os administradores, empregados e colaboradores, conforme suas responsabilidades e atribuições.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Os riscos associados às atividades da AGÊNCIA são definidos na RAS e compreendem os riscos: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco reputacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

b) Risco de Mercado

A AGERIO não possui operações classificadas na carteira de negociação. As operações da AGERIO expostas ao risco de mercado estão classificadas na carteira de não negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

d) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

e) Risco Reputacional

O risco reputacional considera impactos advindos do risco de imagem, decorrente de publicidade negativa, verdadeira ou não, ou a eventos relevantes vinculados a outro tipo de risco, com possibilidade de perdas decorrentes do desgaste do nome da entidade em relação a clientes, empregados, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.

NOTA 19 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

A AgeRio possui políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que norteiam as ações da Agência a fim de prevenir e evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avalia os procedimentos adotados pela unidade responsável pelo controle interno e *compliance*.

Dentre as ações realizadas no âmbito da prevenção à PLD está o processo de Conheça seu Cliente, Conheça seu Empregado, Conheça se Fornecedor e análise de novos produtos e serviços.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Adicionalmente, a AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

A AgeRio promove treinamentos, capacitações e certificações sobre prevenção à lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção da cultura de controle da instituição.

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro: Acionista majoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN: Acionista minoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

A remuneração com os administradores no ano de 2019, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 1.917 mil (R\$ 1.646 mil na data base de 31 de dezembro de 2018).

NOTA 21 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 22 – EVENTO SUBSEQUENTE

A Administração da AgeRio tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 pelo mundo e empenha os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica da Agência.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Os possíveis impactos identificados por seus administradores deverão ser mitigados em razão do exposto a seguir:

a) A eventual elevação da inadimplência da carteira de crédito da AgeRio está contemplada no âmbito do Plano de Medidas Contingenciais para instituições financeiras, que tem como base a Resolução do BACEN nº 4.782 de 16 de março de 2020, e

b) Variações no valor dos investimentos da AgeRio: cabe destacar que a Agência não possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos Multimercado, sendo as suas aplicações em Fundos de Investimentos lastreados por Títulos Públicos Federais. Sobre as aplicações em Fundos de Participações (FIPs), em nenhum dos investimentos há a presença de empresas de capital aberto. Assim, o valor dos investimentos da AgeRio não deverá ser diretamente impactado pelas bruscas oscilações observadas no mercado de capitais em decorrência do COVID 19.

Tatiane Dutra Rosa Peres
Contadora – CRC/RJ 095.058/O-8
CPF: 086.192.197-66

Valquíria Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria e Risco

Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Diretores e aos Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A - AgeRio
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – AgeRio (“Agência ou AgeRio”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AgeRio em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de agosto de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A

CNPJ:05.940.203/0001-81

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO

A T I V O

P A S S I V O

	R\$ mil	
	2019	2018
CIRCULANTE	351.718	334.986
DISPONIBILIDADES	5	23
Caixa	2	2
Bancos	3	21
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4	272.099
Cotas de Fundos de Investimentos	280.232	272.099
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	35.307
Operações de Crédito	49.828	42.431
- Setor Privado	44.953	37.688
- Setor Público	4.875	4.743
(Provisão para Operações de Crédito)	(10.775)	(7.124)
OUTROS CRÉDITOS	6	4.261
Diversos	9.820	4.261
OUTROS VALORES E BENS	7	23.295
Bens não de Uso Próprio	28.729	29.029
Impairment de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)
Despesas Antecipadas	543	484
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	196.388	211.191
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4	117.812
LFT	56.027	91.020
Cotas de Fundo em Empresas	-	-
Cotas de Fundos em Participação	34.707	26.792
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	93.379
Operações de Crédito	127.637	114.816
- Setor Privado	114.975	99.097
- Setor Público	12.662	15.719
(Provisão para Operações de Crédito)	(21.983)	(21.437)
PERMANENTE	8	14.777
IMOBILIZADO DE USO	3.821	4.872
Edificações	8.865	8.865
Instalações	6	6
Móveis e Equipamentos	917	876
Sistema de Comunicação	42	33
Equipamento de Processamento de Dados	1.985	1.962
Sistema de Transporte	-	-
Depreciações Acumuladas	(7.994)	(6.870)
INTANGÍVEL	9	9.905
Licença de Uso de Software	14.231	14.197
Amortização Acumulada	(5.590)	(4.292)
TOTAL	560.568	560.953

	R\$ mil	
	2019	2018
CIRCULANTE	40.781	45.720
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	21.443
BNDES	8.135	9.598
FINAME	2.187	3.684
FINEP	9.898	8.161
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	24.277
Cobrança e Arrecadação de Tributos	14	13
Sociais e Estatutárias	2.700	10.000
Fiscais e Previdenciárias	5.482	4.141
Diversas	12.365	10.123
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	42.165	48.852
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	48.852
BNDES	8.118	16.017
FINAME	2.156	4.341
FINEP	31.891	28.494
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	466.381
CAPITAL SOCIAL	468.949	453.101
Capital Social	468.949	453.101
Aumento de Capital	-	-
RESERVAS DE LUCROS	3.420	8.194
LUCROS ACUMULADOS	5.253	5.086
TOTAL	660.568	560.953

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquínia Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria e Riscos

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf. 086.192.197-66



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A
CNPJ:05.940.203/0001-81
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	R\$ mil	
	<u>PRIMEIRO SEMESTRE</u>	<u>PRIMEIRO SEMESTRE</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>25.576</u>	<u>19.232</u>
Receita de Operações de Crédito	7.370	7.186
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	18.206	12.046
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(2.363)</u>	<u>(1.777)</u>
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.556)	(1.777)
Provisão para Operações de Crédito	(807)	0
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>23.213</u>	<u>17.455</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(13.128)</u>	<u>(11.115)</u>
Receita de Prestação de Serviços	7.125	6.637
Despesa de Pessoal	(14.731)	(13.423)
Outras Despesas Administrativas	(3.980)	(3.740)
Despesas Tributárias	(1.694)	(1.448)
Outras Receitas Operacionais	160	868
Outras Despesas Operacionais	(8)	(9)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>10.085</u>	<u>6.340</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(266)	1.999
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	9.819	8.339
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(4.290)</u>	<u>(2.986)</u>
Provisão para Imposto de Renda	(2.645)	(1.625)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	(1.645)	(1.361)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	<u>5.529</u>	<u>5.353</u>
por ação do capital social	<u>0.03</u>	<u>0.03</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência:
 Alexandre Rodrigues Pereira
 Presidente

Diretoria
 Valquíria Xavier Delmondes
 Diretora de Controladoria e Riscos

Contador
 Tatiane Dutra Rosa Peres
 CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - em R\$ mil

CONTAS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL		LEGAL	DE LUCROS	OUTRAS		
ESPECIFICAÇÕES							
SALDOS EM 31/DEZ/17	453.101		2.079	5.848	-	461.028	
Lucro Líquido do Semestre					5.353	5.353	
Destinações					(267)	-	
Constituição de Reservas			267			-	
SALDOS EM 30/JUN/18	453.101		2.346	5.848	5.086	466.381	
MUTAÇÕES DO PERÍODO							
SALDOS EM 31/DEZ/18	-		267		5.086	5.353	
Lucro Líquido do Semestre	468.949		2.132	1.012	0	472.093	
Destinações					5.529	5.529	
Constituição de Reservas			276		(276)	-	
SALDOS EM 30/JUN/19	468.949		2.408	1.012	5.253	477.622	

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria e Riscos

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
:RC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ:05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS (MÉTODO INDIRETO)

	R\$ mil	
	PRIMEIRO SEMESTRE/2019	PRIMEIRO SEMESTRE/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	5.529	5.353
Ajustado por:		
Desvalorização de Outros Valores e Bens	446	508
Depreciações e Amortizações	1.217	1.212
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	807	(312)
Reversão de Provisão Passivo Contingente	-	(3)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	7.999	6.758
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(1.082)	(1.023)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	10.011	(5.828)
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(12.656)	1.957
Redução (aumento) em Outros Créditos	(2.681)	5.600
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	195	1.274
(Redução) aumento em Outras Obrigações	4.049	(4.026)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.917	5.735
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(11)	(13)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(11)	(13)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	(6.905)	(5.742)
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(6.905)	(5.742)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	1	(20)
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA		
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	4	43
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	5	23
AUMENTO(REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	1	(20)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Presidência:
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria e Riscos

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66



**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 e de 2018
(Em reais mil)**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

As operações da AgeRio são regulamentadas pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações editadas pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP de acordo com o programa INOVACRED, a AgeRio atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Apóia, também, investimentos no Estado através da participação acionária direta e indireta.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e, com

base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, quando não conflitantes com as regulamentações do CMN e BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Em 13 de agosto de 2019, a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações contábeis.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional – CMN incluem caixa e depósitos bancários.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento.

A AgeRio vem investindo em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos, inclusive os apurados conforme Instrução CVM nº 579/2016, tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

e.1) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos

prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

e.2) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

e.3) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados ao Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

g) Ativo Permanente

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.

h) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo

Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base o Art. 1º, Inciso I, da Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

k) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

l) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 11 – “c2”.

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2019 e 2018, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	06/2019	06/2018
I – Curto Prazo	280.232	272.099
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	280.232	272.099
II – Longo Prazo	90.734	117.812
LFT – Carteira Própria	56.027	91.020
Cotas de Fundos em Participações (ii)(iii)	34.707	26.792
Total de Títulos e Valores Mobiliários	370.966	389.911

- (i) As Cotas do Fundo de Investimentos são custodiadas pelo Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal. O Fundo exclusivo no Banco Bradesco destina-se exclusivamente aos poderes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e empresas controladas (sociedades de economia mista), sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Quanto a aplicação na Caixa Econômica Federal é feita em fundo também exclusivo e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.
- (ii) As aplicações em cotas de Fundos em Participações, que totalizam R\$ 34.707 mil em 2019 (R\$ 26.792 mil em 2018), são investimentos que visam atender o objeto social da AGÊNCIA, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. A Instrução nº 578, de 30 de agosto de 2016, emitida pela CMN, consolidou em um único tipo de Fundo (FIP - Fundo de Investimento em Participações) diversas categorias de Fundos anteriormente existentes, vide composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
BBI	R\$ 10.000	R\$ 9.600	R\$ 24.004
Performa Key	R\$ 5.000	R\$ 4.218	R\$ 3.956
NascenTI	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 2.533
Funcine	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 1.266
Br Startups	R\$ 3.000	R\$ 3.000	R\$ 2.618
Total (ii)	R\$ 22.000	R\$ 20.818	R\$ 34.377

(iii) O saldo das Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos, que também compõem este saldo, corresponde a R\$ 329 mil em 30 de junho de 2019 (R\$ 301 mil em 2018).

Fundo	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
FGI	R\$ 43	R\$ 74
FGO	R\$ 103	R\$ 256
Total (iii)	R\$ 146	R\$ 330

Total (ii) + Total (iii)	R\$ 34.707
---------------------------------	-------------------

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações Junho/2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão Junho/2019 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações Junho/2018	Valor da Provisão Junho/2018
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	22.962	0,5	115		115	9.125	46
B	63.419	1	634	16	650	54.543	583
C	55.272	3	1.658	1.126	2.784	56.849	3.068
D	1.044	10	104	4	108	1.654	177
E	6	30	2	0	2	138	41
F	5.469	50	2.734	5	2.738	18.163	11.291
G	25.924	70	18.147	4.844	22.992	11.895	8.474
H	3.369	100	3.369	0	3.369	4.880	4.881
TOTAL	177.465		26.763	5.995	32.758	157.247	28.561



b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	06/2019	06/2018
Saldo no início do período	32.585	30.825
Constituição da provisão	2.027	1.087
Constituição da provisão adicional	106	116
Reversão de provisão	(1.453)	(1.823)
Créditos baixados para Prejuízo	(507)	(1.644)
Saldo no fim do período	32.758	28.561

A AgeRio efetua a revisão de risco da carteira de crédito semestralmente para adequação do nível de risco e da provisão adicional. Essa medida leva em conta a análise de revisão de risco, o histórico de pagamentos, o nível de concentração dos clientes na carteira de crédito e o prazo das operações.

No 1º semestre de 2019, foi mantida a provisão adicional para perdas com operações de crédito no valor de R\$ 5.994 mil em conformidade com a Política de Gerenciamento de Risco de Crédito da Instituição.

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	06/2019	06/2018
Setor Privado	44.953	37.688
Recursos Próprios	16.844	19.567
Repasse	28.109	18.121
Setor Público	4.875	4.743
Recursos Próprios	4.676	4.545
Repasse	199	198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.775)	(7.124)
Saldo Final do Período	39.053	35.307



Longo Prazo	06/2019	06/2018
Setor Privado	114.975	99.097
Recursos Próprios	46.712	53.209
Repasse	68.263	45.888
Setor Público	12.662	15.719
Recursos Próprios	12.645	15.506
Repasse	17	213
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(21.983)	(21.437)
Saldo Final do Período	105.654	93.379

d) Classificação da carteira por vencimento parcelas

	06/2019	06/2018
Vencidas	2.065	1.756
Até 60 dias	1.036	849
De 60 dias a 180 dias	659	895
Acima de 180 dias	370	12

	06/2019	06/2018
Vincendas	175.400	155.491
Até 180 dias	23.703	21.077
De 181 a 360 dias	24.060	19.598
Acima de 360 dias	127.637	114.816



e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade em 30 de junho de 2019

Setor de atividade	06/2019	06/2018
Administração pública	17.537	20.463
Alimentos e Bebidas	21.669	18.815
Comércio	24.825	21.390
Construção e Imobiliário	6.742	5.922
Educação, Saúde e outros	18.087	19.295
Máquinas e equipamentos	3.356	5.161
Mineração	3.163	6.299
Químico e Petroquímico	3.843	3.527
Serviços Privados	30.316	20.005
Telecomunicações	16.509	16.622
Outros	31.418	19.748
Total	177.465	157.247

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

	06/2019	06/2018
Impostos e Contribuições a Compensar	2.954	2.660
Adiantamentos e Antecipações	672	719
Devedores por depósito em garantia	80	70
Diversos	6.114	812
Total	9.820	4.261

NOTA 7 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	06/2019	06/2018
Bens não de uso próprio	28.729	29.029
<i>Impairment</i> de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)

O valor de R\$ 28.729 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos Bens não de uso em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.



NOTA 8 – IMOBILIZADO DE USO

BENS	Taxa de Depreciação	Saldo em 06/2019	Adições	Baixas	Saldo em 06/2018
IMOBILIZADO DE USO		3.821			4.872
Custo de aquisição		11.815	74	(1)	11.742
Edificações	8%*	8.865	-	-	8.865
Instalações	10%	6	-	-	6
Móveis e Equipamentos	10%	917	42	(1)	876
Sistemas de Comunicação	10%	42	9	-	33
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.985	23	-	1.962
Depreciação Acumulada		(7.994)	(1.124)	-	(6.870)

* Conforme Art. 322 do Regulamento do Imposto de Renda de 2018 – Decreto 9.580/18, Item I, tendo em vista que corresponde ao bem adquirido usado, a taxa de depreciação fixada corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

Em 30 de Junho de 2019, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

A administração realizou a avaliação interna e não foram identificados indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Imobilizado da AgeRio.

NOTA 9 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 06/2019	Adições	Transferência	Saldo em 06/2018
ATIVOS INTANGÍVEIS	8.641			9.905
Custo de aquisição	14.231	34	-	14.197
Licenças Antes de 01/10/2013				
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
Licenças A Partir de 01/10/2013				
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.780	22	172	12.586
Licença Uso Software – Em Andamento (iii)	-	-	(172)	172
Demais sistemas	12	12	-	-
Amortização Acumulada	(5.590)	(1.298)	-	(4.292)

- (i) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Temporário” é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.



- (ii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Permanente” é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017, ficando, tão somente, pendente de implantação o item (iii). O item (iii) foi implantado no 1º semestre/2019. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.
- (iii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Em Andamento” é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, pendente de homologação.

A administração realizou a avaliação interna e não foi identificado indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Intangível da AgeRio.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

	06/2019	06/2018
CURTO PRAZO	20.220	21.443
BNDES	8.135	9.598
Finame	2.187	3.684
FINEP	9.898	8.161
LONGO PRAZO	42.165	48.852
BNDES	8.118	16.017
Finame	2.156	4.341
FINEP	31.891	28.494

As obrigações por empréstimos e repasses são compostas basicamente de recursos captados nas instituições oficiais - BNDES, FINAME e FINEP.

A taxa média de juros aplicada nas operações é de 0,6%, acrescida das variações dos indexadores como TJLP, SELIC, CEI e Cesta de Moeda.

b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

	06/2019	06/2018
Até 180 dias	10.444	11.534
De 181 a 360 dias	9.777	9.909
Acima de 360 dias	42.164	48.852
Vincendas	62.385	70.295



NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	06/2019	06/2018
JCP - Governo do Estado do RJ (i)	2.700	10.000
Total	2.700	10.000

- (i) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 do RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

b) Fiscais e previdenciárias

	06/2019	06/2018
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	216	238
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	4.290	2.986
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	14	31
Impostos e Contribuições s/ salários	962	886
Total	5.482	4.141

c) Diversas

c.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar

	06/2019	06/2018
Provisão Para Despesas de Pessoal	4.453	4.517
Outras Despesas Administrativas	50	189
Outros Pagamentos	44	48
Total	4.547	4.754

c.2) Provisão Para Passivos Contingentes

	06/2019	06/2018
FGI – Honra recebida	124	146
Passivos Trabalhistas	186	145
Contingências Cíveis	-	5
Total	310	296

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 186 mil em 06/2019 foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com

ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 2.946 mil. No exercício de 06/2018, o valor estimado era de R\$ 3.180 mil.

c.3) Credores Diversos no País

	06/2019	06/2018
Recursos do FEMPO	5	18
Repasses - FUNDES / FREMF	6.044	4.326
Diversos	1.459	729
Total	7.508	5.073

Total Diversas	12.365	10.123
-----------------------	---------------	---------------

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se quase que na sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para posterior repasse ao respectivo fundo e para os Fundos de Recuperação dos Municípios Fluminenses – FREMF e o Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Na composição dessa rubrica são registrados também os recursos recebidos pela AgeRio para posterior repasse.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2019, o capital social é de R\$ 468.949 mil (quatrocentos e sessenta e oito milhões e novecentos e quarenta e nove mil reais) (R\$ 453.101 mil em 2018), representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
Total	170.880.389

Abaixo demonstramos a evolução do Capital Social:

Descrição	Valor (R\$ MIL)
Capital Social no início do semestre	468.949
Total do Capital Social em 30 de junho de 2019	468.949

b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros

remanescentes após a constituição da reserva legal e são utilizadas para aumento de capital conforme deliberação dos acionistas.

NOTA 13 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

	06/2019	06/2018
Receita com Operações de Crédito	7.370	7.186
Receita com Títulos Públicos Federais	1.503	2.804
Receita com Fundos de Investimentos Renda Fixa	9.054	8.274
Resultado com Fundos em Empresas e Participações	7.649	968
Total	25.576	19.232

b) Receita com a Prestação de Serviços

	06/2019	06/2018
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	6.215	6.286
Receita com Tarifas	910	351
Total	7.125	6.637

c) Despesa de Pessoal

	06/2019	06/2018
Proventos	8.343	7.684
Encargos Sociais	2.851	2.653
Honorários de diretores e conselheiros	846	801
Benefícios	2.403	2.064
Treinamentos	63	39
Estagiários	225	182
Total	14.731	13.423



d) Outras Despesas Administrativas

	06/2019	06/2018
Despesa de Energia Elétrica	92	111
Despesa de Aluguéis	18	80
Despesa de Comunicação	100	69
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	125	146
Despesa com Materiais	29	29
Despesa Processamento de Dados	983	1.033
Despesa Promoções e Relações	26	3
Despesa de Propaganda e Publicações	65	36
Despesa de Seguros	40	41
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	55	34
Despesa com Serviço de Terceiros	408	223
Despesa Serviço de Vigilância	38	75
Despesa Serviço Técnico Especializado	69	35
Despesa de Transporte	69	116
Despesa com Viagens	56	38
Outras Despesas Administrativas	590	459
Despesa com Depreciação e Amortização	1.217	1.212
Total	3.980	3.740

e) Despesas Tributárias

	06/2019	06/2018
ISS	170	143
COFINS	1.246	1.066
PIS	202	174
Outros Impostos e Taxas	76	65
Total	1.694	1.448

NOTA 14 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Com base no histórico de operação da AgeRio, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais. Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.



NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	06/2019		06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participação dos empregados	9.820	9.820	8.339	8.339
(+) Adições	1.296	1.296	532	532
(-) Exclusões	(152)	(152)	(2.064)	(2.064)
Lucro Líquido Ajustado	10.964	10.964	6.807	6.807
IR - 25% e CSLL - 15% (2019)	2.645	1.645	1.625	1.361
Taxa efetiva	26,93%	16,75%	19,49%	16,32%
Total IR e CSLL		4.290		2.986

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não mantinha operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 17 – SEGUROS

SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR MÁXIMO DE COBERTURA (R\$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2019 a 25/02/2020	6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2019 a 17/04/2020	15.000

Em 30 de junho de 2019, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 18 – LIMITES OPERACIONAIS

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada.

A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	06/2019	06/2018
Patrimônio de Referência (PR)	468.981	456.477
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	424.446	411.942
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	341.273	594.748
- RWA _{CPAD}	217.797	461.570
- RWA _{OPAD}	123.476	133.178
- RWA _{MPAD}		-
RBAN	154	627
Limite para Imobilização (LI)	212.223	205.971
Situação para Limite de Imobilização	3.820	4.872
Índice de Imobilização (II)	0,90%	1,18%
Índice de Basiléia (IB)	124,37%	69,26%

NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos da AGERIO abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além da gestão do capital da instituição, em observância às exigências do Banco Central do Brasil. A estrutura de gerenciamento de riscos da AGERIO é compatível com a natureza e complexidade das operações e produtos oferecidos.

A AGERIO possui políticas para o gerenciamento de cada categoria de risco, que definem um conjunto de princípios e diretrizes, a fim de manter as exposições em níveis suficientes e adequados estabelecidos pela instituição e alinhados à sua estratégia de capital.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito compreende a avaliação de risco de crédito das operações e o monitoramento da carteira de crédito da instituição.

b) Risco de Mercado

A AGERIO não possui operações classificadas na carteira de negociação. As operações da AGERIO expostas ao risco de mercado estão classificadas na carteira de não negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

d) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

Os conhecimentos sobre risco operacional são disseminados na AGERIO, de forma a estimular a participação de todos os empregados na identificação e reporte das exposições e eventos de risco identificados no desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento da cultura de gestão do risco operacional.

e) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

NOTA 20 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

A AgeRio possui políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que norteiam as ações da AgeRio a fim de prevenir e evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avalia os procedimentos adotados pela unidade responsável pelo controle interno e *compliance*.

A AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

A AgeRio promove treinamentos, capacitações e certificações sobre prevenção à lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção da cultura de controle da instituição.

NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro: Acionista majoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN: Acionista minoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

A remuneração com os administradores no semestre, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 940 mil (R\$ 977 mil na data base de 30 de junho de 2018).

NOTA 22 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Continuidade Operacional (NBC TA 570) validando a capacidade da AgeRio em continuar em operação, levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro.



Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

Tatiane Dutra Rosa Peres
Contadora – CRC/RJ 095.058/O-8
CPF: 086.192.197-66

Valquíria Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria e Risco

Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A AgeRio

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis - Individuais

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2019**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A - AgeRio
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. (“Agência” ou “AgeRio”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AgeRio em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros Assuntos

Demonstrações contábeis consolidadas

A AgeRio elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com a Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório separado, não contendo qualquer modificação, com data de 11 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, as não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A
CNPJ:05.940.203/0001-81
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2019

ATIVO			PASSIVO		
	R\$ mil			R\$ mil	
	2019	2018		2019	2018
CIRCULANTE	<u>299.789</u>	<u>326.677</u>	CIRCULANTE	<u>46.533</u>	<u>36.897</u>
DISPONIBILIDADES	<u>27</u>	<u>4</u>	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		
Caixa	2	1	BNDES	18.512	20.384
Bancos	25	3	FINAME	6.023	9.177
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<u>4</u>	<u>260.342</u>	FINEP	1.489	2.529
LFT	10.472	-	FINEP	11.000	8.678
Cotas de Fundos de Investimentos	217.743	260.342	OUTRAS OBRIGAÇÕES		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>5</u>	<u>35.944</u>	Cobrança e Arrecadação de Tributos	28.021	16.513
Operações de Crédito	<u>56.542</u>	<u>43.413</u>	Sociais e Estatutárias	-	7
- Setor Privado	51.860	38.264	Fiscais e Previdenciárias	7.200	2.700
- Setor Público	4.682	5.149	Diversas	1.980	1.668
(Provisão para Operações de Crédito)	(11.783)	(7.469)	Diversas	18.841	12.138
OUTROS CRÉDITOS	<u>6</u>	<u>7.139</u>	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>47.123</u>	<u>48.906</u>
Diversos	4.225	7.139	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		
OUTROS VALORES E BENS	<u>22.564</u>	<u>23.248</u>	BNDES	47.123	48.906
Bens não de Uso Próprio	28.729	29.029	FINAME	5.772	11.653
Impairment de Bens não de Uso	(6.664)	(8.218)	FINAME	1.670	3.157
Despesas Antecipadas	498	436	FINEP	39.681	34.096
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>257.356</u>	<u>217.250</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>12</u>	<u>474.797</u>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<u>4</u>	<u>120.336</u>	CAPITAL SOCIAL		
LFT	47.123	93.887	Capital Social	468.949	468.948
Cotas de Fundos em Participação	34.110	26.448	Aumento de Capital	-	-
Cotas dos Fundos Garantidores	410	301	RESERVAS DE LUCROS	5.848	3.144
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>5</u>	<u>96.914</u>			
Operações de Crédito	<u>197.608</u>	<u>122.030</u>			
- Setor Privado	183.517	107.887			
- Setor Público	14.091	14.143			
(Provisão para Operações de Crédito)	(21.895)	(25.116)			
PERMANENTE	<u>11.308</u>	<u>13.668</u>			
IMOBILIZADO DE USO	<u>8</u>	<u>4.372</u>			
Edificações	8.865	8.865			
Instalações	6	6			
Móveis e Equipamentos	916	915			
Sistema de Comunicação	48	37			
Equipamento de Processamento de Dados	1.984	1.980			
Depreciações Acumuladas	(8.538)	(7.431)			
INTANGÍVEL	<u>9</u>	<u>9.296</u>			
Licença de Uso de Software	14.272	14.231			
Amortização Acumulada	(6.245)	(4.935)			
Licença de Uso de Software					
Amortização Acumulada					
TOTAL	<u>568.453</u>	<u>557.595</u>	TOTAL	<u>568.453</u>	<u>557.895</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf. 086.192.197-66



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - em R\$ mil

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 30/JUN/19	468.949	2.408	1.012	5.253	477.622
Ajuste de Exercício Anterior					-
Aumento de Capital com Reservas					-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos					-
Lucro Líquido do Semestre				1.675	1.675
Destinações					-
Constituição de Reservas		84	2.344	(2.428)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(4.500)	(4.500)
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.949	2.492	3.356	0	474.797
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	84	2.344	(5.253)	(2.825)
SALDOS EM 31/DEZ/17	453.102	2.080	5.846	-	461.028
Ajuste de Exercício Anterior				(247)	(247)
Aumento de Capital com Reservas	5.846		(5.846)		-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos	10.000			2.814	10.000
Lucro Líquido do Exercício					2.814
Destinações					-
Constituição de Reservas		52	1.012	(1.064)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(1.502)	(1.502)
SALDOS EM 31/DEZ/18	468.948	2.132	1.012	0	472.092
MUTAÇÕES DO PERÍODO	15.846	52	(4.834)	0	11.065
Ajuste de Exercício Anterior					-
Aumento de Capital com Reservas					-
Aumento de Capital - Renuncia Dividendos					-
Lucro Líquido do Exercício				7.204	7.204
Destinações					-
Constituição de Reservas		360	2.344	(2.704)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)				(4.500)	(4.500)
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.948	2.492	3.356	0	474.797
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	360	2.344	-	2.704

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria, Risco e Compliance

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A
CNPJ:05.940.203/0001-81
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 e 2018

	R\$ mil		
	SEGUNDO	EXECÍCIO FINDO EM	
	<u>SEMESTRE</u>	<u>31 DE DEZEMBRO</u>	
	<u>2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>16.940</u>	<u>42.516</u>	<u>37.543</u>
Receita de Operações de Crédito	8.597	15.966	14.673
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	8.344	26.550	22.870
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(3.393)</u>	<u>(5.756)</u>	<u>(8.016)</u>
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(1.193)	(2.749)	(3.487)
Provisão para Operações de Crédito	(2.200)	(3.007)	(4.529)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>13.547</u>	<u>36.760</u>	<u>29.527</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(12.055)</u>	<u>(25.183)</u>	<u>(24.178)</u>
Receita de Prestação de Serviços	8.048	15.173	13.221
Despesa de Pessoal	(15.053)	(29.784)	(27.574)
Outras Despesas Administrativas	(3.979)	(7.960)	(7.935)
Despesas Tributárias	(1.399)	(3.093)	(2.741)
Outras Receitas Operacionais	396	557	939
Outras Despesas Operacionais	(68)	(76)	(89)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>1.492</u>	<u>11.577</u>	<u>5.349</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(266)	1.999
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.492	11.311	7.348
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>673</u>	<u>(3.617)</u>	<u>(4.061)</u>
Provisão para Imposto de Renda	427	(2.219)	(2.193)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	246	(1.398)	(1.868)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(490)	(490)	(474)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>1.675</u>	<u>7.204</u>	<u>2.814</u>
Juros s/Capital Próprio	(4.500)	(4.500)	(2.700)
por ação do capital social	<u>0,01</u>	<u>0,04</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Presidência:
Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria
Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Contador
Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf. 086.192.197-66



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ:05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (MÉTODO INDIRETO)

	R\$ mil		
	SEGUNDO SEMESTRE/2019	EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO 2019	EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO 2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO	1.675	7.204	2.814
Ajustado por:			
Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	446	508
Depreciações e Amortizações	1.213	2.430	2.418
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	2.200	3.007	4.217
Reversão de Provisão Passivo Contingente	66	66	33
Ajuste Efeito Líquido JCP	(4.500)	(4.500)	(1.502)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	654	8.653	8.488
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(3.820)	(4.903)	(11.670)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	61.108	71.120	3.104
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(77.965)	(90.621)	(6.745)
Redução (aumento) em Outros Créditos	5.597	2.915	2.725
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	46	239	1.321
(Redução) aumento em Outras Obrigações	7.394	11.444	(11.829)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(247)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.166)	3.750	(3.183)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(60)	(71)	(109)
Baixa de Imobilizados	(1)	(1)	(0)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(61)	(72)	(109)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	3.250	(3.655)	(6.747)
Aumento de Capital com Renúncia de Dividendos – JCP	-	-	10.000
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.250	(3.655)	3.253
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	22	23	(39)
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	5	4	43
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	27	27	4
AUMENTO(REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	22	23	(39)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Presidência: Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

Diretoria: Valquíria Xavier Delmondes
Diretoria de Controladoria, Risco e Compliance

Contador: Tatiane Dutra Rosa Peres
CRC/RJ 095.058/O-8 Cpf: 086.192.197-66



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP, e do FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO. Apoia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, quando não conflitantes com as regulamentações do CMN e BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15

Em 9 de março de 2020, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da instituição é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda e expressas em milhares de reais, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras), a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A Circular n.º 3.068/01 – BACEN que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às agências de fomento.

A AgeRio vem investindo em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos, inclusive os apurados conforme Instrução CVM nº 579/2016, tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

e.1) Operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

e.2) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

e.3) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Valores e Bens

Compostos por Bens Não Destinados ao Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

g) Ativo Permanente

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso.

O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de softwares para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras e por gastos com pessoal, alocados na implantação dos respectivos sistemas.

h) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

i) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade como determinado pelas normas contábeis vigentes.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% nos termos da legislação fiscal em vigor, tendo como base o Art. 1º, Inciso I, da Instrução Normativa da RFB nº 1591 de 05 de novembro de 2015.

k) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

l) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 11 – “c2”.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

m) Créditos tributários

Com base no histórico de operação da Instituição, não foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporais e de prejuízos fiscais. Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da AgeRio uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.

NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12/2019	12/2018
I – Curto Prazo	228.215	260.342
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	217.743	260.342
LFT – Carteira Própria	10.472	-
II – Longo Prazo	81.643	120.636
LFT – Carteira Própria	47.123	93.887
Cotas de Fundos em Participações (ii)	34.110	26.749
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	410	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	309.858	380.978

- (i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP e FI CAIXA AgeRio, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco e pela Caixa Econômica Federal. O Fundo Exclusivo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo elsouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O FI CAIXA é um fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.

- (ii) As aplicações em cotas de Fundos em Participações, que totalizam R\$ 34.110 mil em 2019 (R\$ 26.749 mil em 2018), são investimentos que visam atender o objeto social da AGÊNCIA, sendo mais uma das modalidades de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro. A Instrução nº 578, de 30 de agosto de 2016, emitida pela CMN, consolidou em um único tipo de Fundo (FIP - Fundo de Investimento em Participações) diversas categorias de Fundos anteriormente existentes, vide composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
BBI	R\$ 10.000	R\$ 9.600	R\$ 23.911
Performa Key	R\$ 5.000	R\$ 4.218	R\$ 3.983
NascenTI	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 2.514
Funcine	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 1.051
Br Startups	R\$ 3.000	R\$ 3.000	R\$ 2.651
Total (ii)	R\$ 22.000	R\$ 20.818	R\$ 34.110

- (iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos, correspondem a R\$ 410 mil em dezembro de 2019 (R\$ 301 mil em 2018).

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
FGI	R\$ 45	R\$ 45	R\$ 78
FGO	R\$ 140	R\$ 140	R\$ 332
Total (iii)	R\$ 146	R\$ 146	R\$ 410

As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações 2019	Provisão %	Valor da Provisão Resolução n.º 2682/99	Provisão Adicional	Valor da Provisão 2019 Resolução n.º 2682/99 + Adicional	Total das Operações 2018	Valor da Provisão 2018
AA		-				-	-
A	64.874	0,5	324	0	324	14.918	75
B	86.933	1	874	0	863	56.872	595
C	68.644	3	2.059	990	3.049	59.283	3.024
D	260	10	26	3	29	568	67
E	23	30	7	0	7	-	0
F	3.632	50	1.816	4	1.819	4.211	2.112
G	11.569	70	8.098	1.301	9.399	25.483	22.603
H	18.214	100	18.175	0	18.175	4.109	4.109
TOTAL	254.150		31.379	2.298	33.677	165.444	32.585

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	2019	2018
Saldo no início do período	32.585	30.825
Constituição da provisão	5.161	4.689
Constituição da provisão adicional	18	2.545
Reversão de provisão	(1.960)	(3.281)
Créditos baixados para Prejuízo	(2.127)	(2.193)
Saldo no fim do período	33.678	32.585

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	2019	2018
Setor Privado	51.860	38.264
Recursos Próprios	32.634	20.479
Repasse	19.226	17.785
Setor Público	4.682	5.149
Recursos Próprios	4.566	4.951
Repasse	116	198
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.783)	(7.469)
Saldo Final do Período	44.759	35.944

Longo Prazo	2019	2018
Setor Privado	183.517	107.887
Recursos Próprios	136.297	60.147
Repasse	47.220	47.740
Setor Público	14.091	14.143
Recursos Próprios	14.091	14.028
Repasse	-	115
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(21.895)	(25.116)
Saldo Final do Período	175.713	96.914

d) Classificação da carteira por vencimento das parcelas

	2019	2018
Vencidas	3.410	1.346
Até 60 dias	872	942
De 60 dias a 180 dias	1.243	306
Acima de 180 dias	1.295	98

	2019	2018
Vincendas	250.739	164.098
Até 180 dias	25.268	19.126
De 181 a 360 dias	27.863	22.942
Acima de 360 dias	197.608	122.030

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade

Setor de atividade	2019	2018
Administração pública	15.443	19.293
Alimentos e Bebidas	21.109	19.316
Comércio	45.129	20.679
Construção e Imobiliário	8.560	5.889
Educação, Saúde e outros	20.886	18.769
Máquinas e equipamentos	2.582	3.925
Mineração	1.631	4.743
Químico e Petroquímico	4.408	3.731
Serviços Privados	35.370	25.225
Telecomunicações	18.756	20.150
Outros	80.276	23.724
Total	254.150	165.444

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Impostos e Contribuições a Compensar	1.386	1.387
Adiantamentos e Antecipações	162	169
Devedores por depósito em garantia	80	80
Conta transitória de financiamento	2.555	5.280
Diversos	42	223
Total	4.225	7.139

O saldo de R\$ 2.555 mil da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se a recebimentos ocorridos no final do mês a classificar no mês seguinte.

NOTA 7 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	2019	2018
Bens não de uso próprio	28.729	29.029
Impairment de Bens não de Uso	(6.664)	(6.218)

O valor de R\$ 28.729 mil se refere a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada avaliação externa dos Bens não de uso em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e contábeis vigentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

NOTA 8 – IMOBILIZADO DE USO

BENS	Taxa de Depreciação	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2018
IMOBILIZADO DE USO		3.281	(1.091)	-	4.372
Custo de aquisição		11.819	30	14	11.803
Edificações	8%	8.865			8.865
Instalações	10%	6			6
Móveis e Equipamentos	10%	916	15	14	915
Sistemas de Comunicação	10%	48	11	-	37
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.984	4	-	1.980
Depreciação Acumulada		(8.538)	(1.121)	14	(7.431)

A taxa de depreciação fixada para “Edificações” corresponde à metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo.

Em 31 de Dezembro de 2019, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

A administração realizou a avaliação interna e não foram identificados indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Imobilizado da AgeRio.

NOTA 9 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 2019	Adições	Transferência	Saldo em 2018
ATIVOS INTANGÍVEIS	8.027	(1.269)	-	9.296
Custo de aquisição	14.272	41	-	14.231
Licenças Antes de 01/10/2013	126	-	-	126
Licença Uso Software – Informática	126	-	-	126
Licenças A Partir de 01/10/2013				14.105
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	-	-	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.833	41	172	12.620
Licença Uso Software – Em Andamento	-	-	(172)	172
Amortização Acumulada	(6.245)	(1.310)	-	(4.935)

- (i) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Temporário” é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.
- (ii) A rubrica Intangível “Licença Uso Software – Permanente” é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017.

- (iii) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Em Andamento" é composta pelo custo com a aquisição de parte do software Gestão do Sistema de Crédito, que teve sua execução finalizada no 1º semestre/2019. Os softwares estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, conforme estudo técnico realizado pela área de tecnologia.

A administração realizou a avaliação interna e não foi identificado indícios de desvalorização nos bens que compõem o Ativo Intangível da AgeRio.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) As obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma

	2019	2018
CURTO PRAZO	18.512	20.384
BNDES	6.023	9.177
Finame	1.489	2.529
FINEP	11.000	8.678
LONGO PRAZO	47.123	48.906
BNDES	5.772	11.653
Finame	1.670	3.157
FINEP	36.681	34.096

Correspondem a recursos originários de Instituições oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros pós-fixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos, taxas e indexadores.

b) Composição das obrigações por empréstimos e repasses por data de vencimento

	2019	2018
Até 180 dias	10.132	10.146
De 181 a 360 dias	8.380	10.238
Acima de 360 dias	47.123	48.907
Vincendas	65.635	69.291

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

Dividendos e JCP	2019	2018
Dividendos - Governo do Estado do RJ	2.484	773
JCP - Governo do Estado do RJ	4.716	1.927
Total (i) e (ii)	7.200	2.700

- (i) Em 09 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social, no montante de R\$ 2.700 mil, relativos aos Dividendos e Juros Remuneratórios do Capital Próprio provisionado em dezembro de 2018, e encontra-se em homologação junto ao Banco Central do Brasil (BCB) para posterior registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e contabilização. No exercício de 2019 foi efetuada uma provisão no valor de R\$ 4.500 mil.
- (ii) Os Juros Remuneratórios do Capital Próprio são calculados e provisionados com observância dos procedimentos fundamentados no artigo nº 355 do RIR/2018, nos artigos nºs 29 e 30 da IN SRF nº 11/1996 e nos artigos nºs 75 e 76 da IN RFB nº 1.700/2017.

b) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	225	236
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	444	187
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	23	26
Impostos e Contribuições s/ salários	1.288	1.219
Total	1.980	1.668

c) Diversas

c.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar

	2019	2018
Provisão Para Despesas de Pessoal	3.976	3.625
Outras Despesas Administrativas	91	66
Outros Pagamentos	52	40
Total	4.119	3.731

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

c.2) Provisão Para Passivos Contingentes

	2019	2018
FGI – Honra recebida	124	125
Passivos Trabalhistas	252	187
Total	376	312

A provisão para o FGI representa o valor das honras recebidas do referido fundo garantidor para cobertura de perdas com operações de crédito. O valor deve permanecer provisionado até que se esgotem todas as medidas administrativas e judiciais de cobrança.

A necessidade de Provisão de Contingências de natureza trabalhistas de R\$ 252 mil em 12/2019 foi avaliada conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis, com base na metodologia interna da Diretoria Jurídica da AgeRio.

A AgeRio configura em processos classificados como de Perda Possível, na esfera trabalhista e civil e, tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, homologado pela Resolução nº 3.823/09, a AgeRio estima o montante de R\$ 2.946 mil. No exercício de 12/2018, o valor estimado era de R\$ 3.100 mil.

c.3) Credores Diversos no País

	2019	2018
Recursos do FEMPO	2	7
Repasses - FUNDES / FREMF	6.864	5.982
Recursos do FUNGETUR	6.619	-
Diversos	861	1.633
Total	14.346	7.622
Total Diversas	18.841	11.665

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se quase que na sua totalidade aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para repasse no mês seguinte. Em 2019 a AgeRio tornou-se credenciada do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito. Esse fundo é vinculado ao Ministério do Turismo e voltado para a melhoria da infraestrutura turística, fornecendo base para beneficiar cidades que desejam investir no setor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 468.949 mil (quatrocentos e sessenta e oito milhões e novecentos e quarenta e nove mil reais) e em 2018 eram R\$ 468.949 mil, representado por ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro	170.866.736
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	13.653
Total	170.880.389

b) Reserva de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social. As outras Reservas de Lucros representam os lucros remanescentes após a constituição da reserva legal.

NOTA 13 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

	2019	2018
Receita com Operações de Crédito	15.966	14.673
Receita com Títulos Públicos Federais	3.072	5.672
Receita com Fundos de Investimentos Renda Fixa	15.948	16.473
Resultado com Fundos de Investimentos em Participações	7.530	725
Total	42.516	37.543

b) Receita com a Prestação de Serviços

	2019	2018
Receita com a Administração de Fundos Estaduais	12.622	12.257
Receita com Tarifas	2.551	964
Total	15.173	13.221

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais

c) Despesa de Pessoal

	2019	2018
Proventos	16.485	15.673
Encargos Sociais	5.764	5.390
Honorários de diretores e conselheiros	1.918	1.646
Benefícios	4.948	4.302
Treinamentos	205	167
Estagiários	464	396
Total	28.784	27.574

d) Outras Despesas Administrativas

	2019	2018
Despesa de Energia Elétrica	180	210
Despesa de Aluguéis	36	106
Despesa de Comunicação	171	162
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	299	279
Despesa com Materiais	68	43
Despesa Processamento de Dados	1.950	2.170
Despesa Promoções e Relações	37	56
Despesa de Propaganda e Publicações	134	147
Despesa de Seguros	73	81
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	118	81
Despesa com Serviço de Terceiros	800	499
Despesa Serviço de Vigilância	81	113
Despesa Serviço Técnico Especializado	175	272
Despesa de Transporte	173	186
Despesa com Viagens	120	113
Outras Despesas Administrativas	1.115	1.000
Despesa com Depreciação e Amortização	2.430	2.418
Total	7.960	7.935

e) Despesas Tributárias

	2019	2018
ISS	380	293
COFINS	2.198	1.994
PIS	357	324
Outros Impostos e Taxas	158	130
Total	3.093	2.741

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	11.311	11.311	7.348	7.348
Participação nos lucros	490	490	474	474
Juros sobre o Capital Próprio	4.500	4.500	2.700	2.700
Resultado após participações	6.321	6.321	4.174	4.174
Adições	3.371	3.371	5.649	5.649
Exclusões	370	370	3.627	3.627
Lucro Líquido Ajustado	9.322	9.322	6.196	6.196
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	446	446
Base I.R. e Contrib. Social	9.322	9.322	6.642	6.642
IR - 25% e CSLL - 20% (2020) e 15% (2019)	2.219	1.398	1.534	1.328
Ganho Tributário JCP	1.098	675	659	540

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 16 – SEGUROS

SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR MÁXIMO DE COBERTURA (R\$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2019 a 25/02/2020	6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2019 a 17/04/2020	15.000

Em 31 de dezembro de 2019, a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 17 – LIMITES OPERACIONAIS

A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada.

A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	468.462	462.797
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	423.927	418.262
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	445.973	582.131
- RWA _{CPAD}	302.707	452.384
- RWA _{OPAD}	143.267	129.746
- RWA _{MPAD}	0	0
RBAN	154	627
Limite para Imobilização (LI)	211.964	209.131
Situação para Limite de Imobilização	3.281	4.372
Índice de Imobilização (II)	0,77%	1,05%
Índice de Basileia (IB)	95,06%	71,85%
IB Amplo	N/A	70,96%

NOTA 18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as recomendações dos supervisores, reguladores e as práticas de mercado e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e de auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário designado para responder pelo controle interno, conformidade e riscos da instituição. A Política de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos está alinhada aos objetivos estatutários e estratégicos e define regras de atuação que dão suporte à execução de todas as atividades da AGÊNCIA e estão acessíveis a todos os administradores, empregados e colaboradores, conforme suas responsabilidades e atribuições.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Os riscos associados às atividades da AGÊNCIA são definidos na RAS e compreendem os riscos: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco reputacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

b) Risco de Mercado

A AGERIO não possui operações classificadas na carteira de negociação. As operações da AGERIO expostas ao risco de mercado estão classificadas na carteira de não negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

d) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

e) Risco Reputacional

O risco reputacional considera impactos advindos do risco de imagem, decorrente de publicidade negativa, verdadeira ou não, ou a eventos relevantes vinculados a outro tipo de risco, com possibilidade de perdas decorrentes do desgaste do nome da entidade em relação a clientes, empregados, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.

NOTA 19 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

A AgeRio possui políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que norteiam as ações da Agência a fim de prevenir e evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avalia os procedimentos adotados pela unidade responsável pelo controle interno e *compliance*.

Dentre as ações realizadas no âmbito da prevenção à PLD está o processo de Conheça seu Cliente, Conheça seu Empregado, Conheça se Fornecedor e análise de novos produtos e serviços.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Adicionalmente, a AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

A AgeRio promove treinamentos, capacitações e certificações sobre prevenção à lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção da cultura de controle da instituição.

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro: Acionista majoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN: Acionista minoritário conforme explanado na nota explicativa número 12.

A remuneração com os administradores no ano de 2019, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 1.917 mil (R\$ 1.646 mil na data base de 31 de dezembro de 2018).

NOTA 21 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 22 – EVENTO SUBSEQUENTE

A Administração da AgeRio tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 pelo mundo e empenha os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica da Agência.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais**

Os possíveis impactos identificados por seus administradores deverão ser mitigados em razão do exposto a seguir:

a) A eventual elevação da inadimplência da carteira de crédito da AgeRio está contemplada no âmbito do Plano de Medidas Contingenciais para instituições financeiras, que tem como base a Resolução do BACEN nº 4.782 de 16 de março de 2020, e

b) Variações no valor dos investimentos da AgeRio: cabe destacar que a Agência não possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos Multimercado, sendo as suas aplicações em Fundos de Investimentos lastreados por Títulos Públicos Federais. Sobre as aplicações em Fundos de Participações (FIPs), em nenhum dos investimentos há a presença de empresas de capital aberto. Assim, o valor dos investimentos da AgeRio não deverá ser diretamente impactado pelas bruscas oscilações observadas no mercado de capitais em decorrência do COVID 19.

Tatiane Dutra Rosa Peres
Contadora – CRC/RJ 095.058/O-8
CPF: 086.192.197-66

Valquíria Xavier Delmondes
Diretora de Controladoria e Risco

Alexandre Rodrigues Pereira
Presidente

QUADRO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - em 07/02/2019**EXERCÍCIO 2019**

ACIONISTA	Tipo de Ação	Nº AÇÕES	R\$	%	VOTANTE
Governo do Estado do Rio de Janeiro	ON	170.866.736	468.911.161,82	99,99%	99,99%
Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	ON	13.653	37.468,05	0,01%	0,01%
Total	ON	170.880.389	468.948.629,87	100,00%	100,00%

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
MODELO 7

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES (SERVIDORES E PATRONAL) DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS AO RGPS NO EXERCÍCIO

Órgão/Entidade : Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro Órgão Superior: SEDEERI Exercício: 2019

Ativos, Inativos e Pensionistas													
Mês de Referência	Nº de Segurados (Ativo,	Valor das Contribuições (R\$)										Total de Contribuições (R\$) (F=A+B+C+D+E)	
		Patronal (A)		Suplementar (B)		Ativo (C)		Inativo (D)		Pensionista (E)		Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês
		Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de		
Janeiro	134	299.349,98	299.349,98			76.863,46	76.863,46					376.213,44	376.213,44
Fevereiro	131	292.317,16	292.317,16			75.934,55	75.934,55					368.251,71	368.251,71
Março	129	296.803,94	296.803,94			75.844,87	75.844,87					372.648,81	372.648,81
Abril	132	302.743,36	302.743,36			77.156,84	77.156,84					379.900,20	379.900,20
Maio	129	302.219,44	302.219,44			76.873,83	76.873,83					379.093,27	379.093,27
Junho	131	302.601,72	302.601,72			76.706,12	76.706,12					379.307,84	379.307,84
Julho	129	309.949,36	309.949,36			76.707,93	76.707,93					386.657,29	386.657,29
Agosto	128	308.543,10	308.543,10			77.116,47	77.116,47					385.659,57	385.659,57
Setembro	129	317.684,45	317.684,45			77.342,67	77.342,67					395.027,12	395.027,12
Outubro	129	322.278,59	322.278,59			77.648,79	77.648,79					399.927,38	399.927,38
Novembro	131	312.848,32	312.848,32			78.777,41	78.777,41					391.625,73	391.625,73
Dezembro	132	330.073,72	330.073,72			77.726,46	77.726,46					407.800,18	407.800,18
13º Sal		267.339,75	267.339,75			73.166,49	73.166,49					340.506,24	340.506,24
Total (I)		3.964.752,89	3.964.752,89			997.865,89	997.865,89					4.962.618,78	4.962.618,78
Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas													
		Patronal (A)		Suplementar (B)		Ativo (C)		Inativo (D)		Pensionista (E)		Total de Contribuições (R\$)	
		Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de	Valor Devido relativo ao Mês de	Valor Repassado relativo ao Mês de
		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
Total (II)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
Total Geral (III = I + II)		3.964.752,89	3.964.752,89	-	-	997.865,89	997.865,89	-	-	-	-	4.962.618,78	4.962.618,78

Nome: Erika Elizabete de Oliveira Silva Mattioli		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 219	Data: 14 / 08 / 2020	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis OU não		Responsável pelo Setor Contábil	
Nome: Tatiane Dutra Rosa Peres		CRC-RJ nº 095.058/O-8	
Matrícula: 171	Data: 14 / 08 / 2020	Assinatura:	

QUADRO AUXILIAR DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

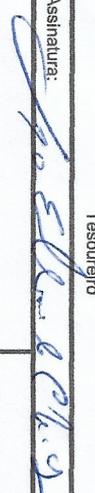
Orgão/Entidade: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Orgão Superior: SEDEERI	Exercício: 2019
--	-------------------------	-----------------

Banco	Conta Bancária	Saldo em 31/12 conforme extrato (R\$) (A)	Débitos (R\$) (B)		Créditos (R\$) (C)		Saldo Contábil em 31/12 (R\$) (D = A + B - C)
			Anteriores ao Exercício de Referência	Relativos ao Exercício de Referência	Anteriores ao Exercício de Referência	Relativos ao Exercício de Referência	
Bradesco	Ag. 6898 C/C 61-2	0					0,00
Bradesco	Ag. 6898 C/C 62-0	3.267,22					3.267,22
Bradesco	Ag. 6898 C/C 63-9	4,20					4,20
Bradesco	Ag. 6898 C/C 637-8	1.501,13					1.501,13
Bradesco	Ag. 6898 C/C 773-0	105,32					105,32
Bradesco	Ag. 6898 C/C 774-9	0,00					0,00
Bradesco	Ag. 6898 C/C 1042-1	11.838,05					11.838,05
Bradesco	Ag. 6898 C/C 1584-9	0,00					0,00
Bradesco	Ag. 6898 C/C 2737-5	22,88					22,88
Bradesco	Ag. 6898 C/C 4183-1	343,44					343,44
CEF	Ag. 3225 C/C 2151-9	297,00					297,00
CEF	Ag. 3073 C/C 572-0	0,00					0,00
Banco do Brasil	Ag. 2234-9 C/C100,000-4	7.013,38					7.013,38
Total Bancos em 31/12 (I)		24.392,62	0,00	0,00	0,00	0,00	24.392,62
Total em Espécie em 31/12 (II)		2.132,19	0,00	0,00	0,00	0,00	2.132,19
Total das Disponibilidades Financeiras (III = I + II)							26.524,81

Nome: Sergio Eduardo de Carvalho Mesquita Ayres

Matrícula: 362

Data: 19/08/2020

Assinatura: 

Tesoureiro

Nome: Tatiane Dutra Rosa Peres

Matrícula: 171

Data: 19/08/2020

Assinatura: _____

Responsável pelo Setor Contábil

CRC-RJ nº 095.058/O-8

TATIANE DUTRA ROSA
PERES:08619219766

Assinado de forma digital por TATIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Dados: 2020.08.27 17:25:19 -03'00'

QUADRO II - MODELO 2

CRÉDITOS

Órgão: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Órgão Superior: SEDEERI	Exercício: 2019
---	-------------------------	-----------------

Anteriores ao Exercício de Referência						
Conta Bancária	Data do Evento	Número do Documento	Natureza/Histórico do Crédito	Valor (R\$)	Nota Explicativa para Regularização	Data da Regularização
Relativos ao Exercício de Referência						
Subtotal (A)						

Conta Bancária	Data do Evento	Número do Documento	Natureza/Histórico do Crédito	Valor (R\$)	Nota Explicativa para Regularização	Data da Regularização
Subtotal (B)				0		
Total (A+B)						

Nome: Sergio Eduardo de Carvalho Mesquita Ayres

Matrícula: 362

Data: 19/08/2020

Assinatura: 

Nome: Tatlane Dutra Rosa Peres

Matrícula: 171

Data: 19/08/2020

Assinatura:

Responsável pela Tesouraria

Responsável pelo Setor Contábil

CRC-RJ nº 095.058/O-8

TATTIANE DUTRA ROSA
PERES:08619219766

Assinado de forma digital por TATTIANE DUTRA ROSA PERES:08619219766
Dados: 2020.08.27 17:22:37 -03'00"

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

MODELO 4

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Órgão/Entidade: Agência de fomento do estado do RJ	Órgão Superior: SEDEERI	Exercício: 2019
---	--------------------------------	------------------------

Examinada a Prestação de Contas Anual de Gestão, referentes ao exercício em questão, tendo sido constatado:

Descrição	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa nº
(A) A regularidade dos documentos e comprovantes que deram origem aos registros contábeis	x			
(B) A propriedade e regularidade dos registros contábeis	x			
(C) A regularidade da execução orçamentária da despesa			x	
(D) A regularidade da execução orçamentária da receita			x	
(E) A observância aos conceitos estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/64, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais normas aplicáveis			x	
(F) A paridade do saldo do Ativo Imobilizado com o controle apresentado pelo responsável pelos Bens Patrimoniais	x			
(G) A contabilização da depreciação, amortização ou exaustão dos bens do Ativo Imobilizado em cumprimento ao cronograma definido na legislação pertinente	x			
(H) A paridade do saldo do Ativo em Estoques com o controle apresentado pelo responsável por Bens em Almoarifado	x			
(I) A paridade do saldo do Ativo em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações com o controle apresentado pelo setor de Tesouraria	x			
(J) A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, originados no exercício	x			
(L) A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, de exercícios anteriores			x	
(M) A inexistência de ilegalidades ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário	x			

Notas Explicativas (em caso da condição ser NÃO ou alguma irregularidade/impropriedade for detectada):

(C e D) A Agerio possui autonomia financeira. A partir do ano 2020 passará a informar o orçamento para o Estado.

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e atestam a fidedignidade das rotinas e Demonstrativos Contábeis		Responsável pelo Setor Contábil	CRC/RJ nº 095.058/O-8
Nome: Tatiane Dutra Rosa Peres			
Matrícula: 171	Data: 14 / 08 / 2020	Assinatura:	



RELATÓRIO

RE AUDIT 03/2020 G10

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2020

Ao

Presidente

Assunto: Relatório sobre Prestação de Contas Anual

Ref.: Prestação de Contas Anual – AgeRio 2019

Senhor Presidente,

1 Em atendimento ao previsto na Deliberação TCE nº 278 de 24 de agosto de 2017, que dispõe sobre a apresentação de Prestação de Contas Anual de Gestão, realizamos o presente relatório.

2 Sobre o tema, informamos que as avaliações promovidas pela Auditoria Interna no exercício contemplaram os trabalhos ora mencionados no Plano Anual de Atividades – PLANAT, sendo este elaborado por meio de abordagem baseada em risco.

3 Em relação ao presente processo administrativo, verificamos a instrução dos documentos abaixo, dos quais atestamos sua conformidade:

3.1 Cadastros dos responsáveis;

3.2 Balancete analítico;

3.3 Demonstrações financeiras assinadas;

3.4 Quadro auxiliar das disponibilidades financeiras;

3.5 Relatório do responsável pelo setor contábil;

3.6 Estatuto social;

- 3.7 Relatórios e pareceres de órgãos colegiados;
 - 3.8 Atas de reunião dos órgãos colegiados;
 - 3.9 Termos de posse e cartas de renúncia de administradores;
 - 3.10 Relatórios de auditoria independente;
 - 3.11 Demonstrativo de contribuições RGPS;
- 4 Esclarecemos que, concorrentemente, poderá haver uma análise pela CGE/AGE, com emissão de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis.
- 5 Para prosseguimento, solicito que este processo seja remetido à CGE/AGE e CGE/SUPEXT.

Atenciosamente,

VITOR BANDEIRA S. BARBOSA

Gerente Executivo

AUDIT

Rio de Janeiro, 02 setembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo**, em 02/09/2020, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **7803885** e o código CRC **01255013**.

Referência: Processo nº SEI-220009/000595/2020

SEI nº 7803885

Av. Rio Branco,, 245 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-917
Telefone:

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

ATO DA AUDITORA GERAL

PORTARIA AGE Nº 01 DE 10 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES INTEGRANTES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL À AUDITORIA GERAL DO ESTADO.

A AUDITORA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 7.989, de 14 de junho de 2018.

CONSIDERANDO:

- a necessidade de atender ao previsto no §3º, Art. 6º da Resolução CGE nº 55, de 31 de março de 2020;
- o Ato Normativo Conjunto TCE nº 004, de 06 de abril de 2020, que prorrogou o prazo para a remessa das Prestações de Contas Anuais de Gestão, referentes à competência de 2019, previstos na Deliberação TCE nº 278/17;
- a necessidade de promover a comunicação interinstitucional e a coordenação de esforços entre os integrantes da Rede de Unidades de Controle Interno (Rede UCI).

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar o cronograma de entrega da Prestação de Contas Anual de Gestão pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual até as seguintes datas:

- a) até 15 de julho de 2020 para os órgãos e entidades selecionados pelo TCE-RJ.
- b) até 27 de agosto de 2020 para os demais órgãos e entidades não selecionados pelo TCE-RJ.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2020

Aureny Martins de Carvalho
Auditora-Geral do Estado ID 2012194-6



Ao
GABIN

Senhora Chefe de Gabinete,

- 1 Em atendimento à solicitação feita encaminho dois documentos externos, a saber:
 - 1.1 Deliberação TCE no. 278 de 24 de agosto de 2017;
 - 1.2 Portaria CGE/AGE no. 01 de 10 de junho de 2020.
- 2 Peço que providenciem os demais encaminhamentos necessários.

Atenciosamente,

VITOR BANDEIRA S. BARBOSA

Gerente de Auditoria Interna

AUDIT

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo**, em 03/09/2020, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **7815821** e o código CRC **E0C036F6**.

Referência: Processo nº SEI-220009/000595/2020

SEI nº 7815821

Av. Rio Branco,, 245 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-917
Telefone:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Agência Estadual de Fomento
Presidência

À
AUDIT

Senhor Auditor Interno

Devolvemos o presente processo, solicitando sua complementação, para permitir exame pelo PR antes do encaminhamento à CGE/AGE

- 1) sobre o documento SEI 7724863 - Parecer nr. 03/2020/AGERIO/AUDIT: item 3: "Em relação ao presente processo administrativo, foram verificados os documentos conforme abaixo,,". Solicitamos fazer constar do parecer a manifestação conclusiva dessa auditoria sobre a análise realizada;
- 2) pedimos anexar ao processo a Deliberação TCE nº 278 de 24 de agosto de 2017, mencionada em seu PA 03/2020 e também a Portaria CGE/AGE 01/2020 mencionada em minuta de ofício remetida a este GABIN em 27/08/2020 e, por oportuno pedimos esclarecer se tal minuta ainda é válida e se é necessária a emissão do ofício por parte da Presidência.
- 3) Pedimos por fim emitir despacho no processo SEI quando de seu encaminhamento a este GABIN, mencionando que houve pleno atendimento a esses dois dispositivos (do item 2 acima) para que possamos providenciar os encaminhamentos subsequentes.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Gonçalves Bruno, Chefe de Gabinete**, em 04/09/2020, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **7772488** e o código CRC **888F6103**.

Referência: Processo nº SEI-220009/000595/2020

SEI nº 7772488

Av. Rio Branco,, 245 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-917
Telefone:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Agência Estadual de Fomento
Presidência

Ilmo. Sr. Hormindo Bicudo Neto
Controlador-Geral do Estado
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Rua Erasmo Braga, nº 118, 12º andar, Centro
Rio de Janeiro –RJ

Assunto: Prestação de Contas Anual –AgeRio 2019

Ref.: Deliberação TCE-RJ nº 278/17

Senhor Controlador-Geral do Estado,

1 Considerando o disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e Portaria CGE/AGE nº 01, de 10 de junho de 2020, encaminhamos os documentos que compõem a Prestação de Contas Anual da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. –AgeRio, exercício de 2019.

2 Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rodrigues Pereira, Presidente**, em 04/09/2020, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **7863173** e o código CRC **47A39E70**.

Referência: Processo nº SEI-220009/000595/2020

SEI nº 7863173

Av. Rio Branco,, 245 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-917
Telefone: